
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

ANNA BASTOS FARIA

**ÉTICA, CONSUMO E MEIO AMBIENTE:
o consumo político à luz da perspectiva dos funcionamentos**

Rio de Janeiro

2017

ANNA BASTOS FARIA

**ÉTICA, CONSUMO E MEIO AMBIENTE:
o consumo político à luz da perspectiva dos funcionamentos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, de instituições de ensino superior associadas, como requisito final à obtenção do Título de Mestre em Bioética orientada pela Professora Doutora Maria Clara Dias.

Rio de Janeiro

2017

F224 Faria, Anna Bastos.
Ética, consumo e meio ambiente: o consumo político à luz da perspectiva dos
funcionamentos/ Anna Bastos Faria. – Rio de Janeiro: UFRJ/UFF/UERJ/
FIOCRUZ, 2017.
184 f.; 30 cm.

Orientadora: Maria Clara Dias.

Dissertação (Mestrado) - UFRJ/UFF/UERJ/FIOCRUZ. Programa de Pós-
Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, 2017.

Referências: f. 110-115

1. Sociedade de consumo. 2. Comportamento do consumidor. 3. Permacultura.
4. Dieta vegana. 5. Meio ambiente. 6. Desenvolvimento sustentável. 7. Bioética.
I. Dias, Maria Clara. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. III. Universidade
Federal Fluminense. IV Universidade do Estado do Rio de Janeiro. V. Fundação
Oswaldo Cruz. VI. Título.

CDD 171.7

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANNA BASTOS FARIA

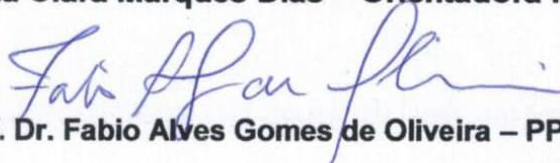
**ÉTICA, CONSUMO E MEIO AMBIENTE: O CONSUMO
POLÍTICO À LUZ DA PERSPECTIVA DOS FUNCIONAMENTOS.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, em Associação UFRJ-FIOCRUZ-UERJ-UFF, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva.

Aprovada em 16 de novembro de 2017.



Profª. Drª. Maria Clara Marques Dias – Orientadora PPGBIOS/UFRJ



Prof. Dr. Fabio Alves Gomes de Oliveira – PPGBIOS/UFF



Profª Drª Maria de Fátima Ferreira Portilho – CPDA/UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Maria Clara Dias, sempre tão carinhosa, motivadora e cuidadosa. Foi uma experiência transformadora conhecê-la. Desta parceria espero produzir ainda outros frutos.

Ao professor Fabio Oliveira pelas valiosas contribuições e por acompanhar esta trajetória desde a qualificação até a defesa.

À professora Rita Paixão pelo apoio, aprendizados e pelas importantes contribuições em meu exame de qualificação.

À todos os professores do PPGBIOS que, cada qual ao seu jeito, contribuíram para que eu me encantasse cada vez mais com a bioética.

À Capes por ter concedido bolsa de estudo durante meu primeiro ano de mestrado, apoio indispensável para que, naquele momento, pudesse me dedicar exclusivamente aos estudos.

À professora Fátima Portilho por gentilmente concordar em participar da minha banca de defesa.

Aos meus colegas de mestrado. O PPGBIOS, por seu caráter interdisciplinar, uniu um grupo bastante diverso e singular de pessoas, o que, acredito, tenha tornado a experiência do mestrado muito mais rica e alegre.

Às minhas colegas de trabalho da Pró-reitoria de extensão da UFRJ, por todo apoio e compreensão.

Ao Luciano, por todo o amor, companheirismo e compreensão.

Por fim, agradeço imensamente aos meus pais, Maruza e Fabio, por todo apoio, dedicação, amor e carinho com que sempre me destinaram e pela grande ajuda que me ofereceram para a realização desta dissertação de mestrado. Se hoje acredito que através da ética podemos mudar o mundo é porque fui criada num lar onde se valoriza a empatia, o respeito, a justiça e tanto outros valores que me fazem admirá-los e desejar ser uma pessoa tão incrível quanto eles são.

RESUMO

FARIA, Anna Bastos. **Ética, consumo e meio ambiente:** o consumo político à luz da perspectiva dos funcionamentos. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

A proposta deste trabalho consiste em discutir as questões éticas relacionadas ao consumismo e ao meio ambiente, pelo viés da responsabilidade do consumidor. Partindo da premissa de que o alto consumo seria um dos grandes responsáveis pela crise ambiental que enfrentamos hoje, propõe-se como hipótese de trabalho a reflexão de que um dos caminhos para a solução dos problemas ambientais se baseia na tomada de consciência por parte da população e na mudança de hábitos de consumo que afetam negativamente o meio ambiente. Para sustentar tal pressuposição, serão apresentadas, primeiramente, as características da sociedade de consumo: como surgiu, sua relação com a degradação ambiental e a concepção ética na qual está amparada. Posteriormente, serão analisadas duas práticas de consumo político: o veganismo e a permacultura. São atitudes que resultam de uma reflexão ética dos membros desses grupos, que buscam, através da conscientização do consumidor, alcançar uma relação sustentável entre ser humano e natureza. Mesmo sendo propostas fundamentadas em concepções éticas mais inclusivas, aponta-se que tais práticas possuem algumas limitações. Com objetivo de superar tais limitações e inconsistências éticas, será apresentada uma proposta de fundamentação ética baseada na Perspectiva dos Funcionamentos. Esta teoria visa a um remodelamento da relação ser humano/meio ambiente, buscando conciliar uma forma de vida humana digna, justa e igualitária com o florescimento do meio ambiente.

Palavras-chave: Consumo político. Ética. Meio ambiente.

ABSTRACT

FARIA, Anna Bastos. **Ética, consumo e meio ambiente:** o consumo político à luz da perspectiva dos funcionamentos. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidad do Estado do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

The purpose of this paper is to discuss ethical issues related to consumerism and the environment, addressing consumer responsibility. Assuming that the high consumption would be one of the main reasons for the environmental crisis that we face today, it is proposed as a working hypothesis that one of the ways to solve the environmental problems, lies in awareness among the population and changing consumption habits that negatively affect the environment. To support this hypothesis, I will present the characteristics of the consumer society: how it emerged, its connection with environmental degradation and the ethical conception in which it is grounded. Subsequently, I will analyze two practices of political: veganism and permaculture. These attitudes result from an ethical consideration of the members of these groups, who seek, through consumer awareness, to achieve a sustainable relationship between humans and nature. Although they are proposals based on more inclusive ethical conceptions, it is pointed out that such practices have some limitations. In order to overcome such limitations and ethical incoherencies, I will present a proposal for ethical grounds based on the Perspective of Functionings. This theory aims at a remodeling of the relationship between human beings and the environment, seeking to reconcile a dignified, just and equal human life form with the flowering of the environment.

Keywords: Political consumption. Ethics. Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Seu garfo	67
Figura 2 - Eles param de matar	67
Figura 3 - Flor da permacultura	74
Figura 4 - Princípios éticos e de design	79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 SOCIEDADE DE CONSUMO	18
2.1 ORIGENS DA SOCIEDADE DE CONSUMO	18
2.2 CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS DA SOCIEDADE DE CONSUMO	25
2.3 A FALÁCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	32
2.4 ANTROPOCENTRISMO	36
3 AMBIENTALIZAÇÃO DO CONSUMO	39
3.1 CONSUMO VERDE	40
3.2 CONSUMO SUSTENTÁVEL	44
2.3 CONSUMO E CIDADANIA	47
4 PRÁTICAS DE CONSUMO POLÍTICO	54
4.1 VEGANISMO	56
4.1.1 O que é veganismo?	57
4.1.2 Motivações e influências	59
4.1.3 Fundamentação teórica	62
4.1.4 Divergências	63
4.1.5 Importância das relações	64
4.1.6 Auto-atribuição de responsabilidade	66
4.1.7 Consumo político e ativismo vegano	68
4.2 PERMACULTURA E ECOVILAS	71
4.2.1 Permacultura	72
4.2.2 Princípios éticos	75
4.2.3 Princípios de design	78
4.2.4 Ecovilas	80
4.2.5 Consumo	83
5 O CONSUMO E A PERSPECTIVA DOS FUNCIONAMENTOS	87
5.1 A ÉTICA E O CONSUMO POLÍTICO	87
5.2 TEORIA DOS FUNCIONAMENTOS	96
6 CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

Acredito que a escolha por um objeto de pesquisa quase sempre se relaciona com aspectos da trajetória pessoal do pesquisador. Meu caso não foi diferente. Estudar as implicações éticas da sociedade de consumo e sua relação com o meio ambiente não se deu por nenhuma casualidade ou oportunidade acadêmica, mas por um desejo de me instrumentalizar e me aprofundar neste tema que sempre me tocou intimamente. Comecei a estudar este assunto formalmente a partir de 2015 quando ingressei no mestrado. Naquele momento estava interessada em compreender melhor e buscar um arcabouço teórico para algo que até então me questionava apenas intuitivamente: seria possível transformar a sociedade a partir da mudança individual dos meus hábitos de consumo? Na medida em que meu estilo de vida provoca consequências coletivas, não haveria uma dimensão ética sobre a qual devo refletir e que poderia me levar a mudar meu comportamento?

Exerço alguns tipos de consumo político desde muito antes de entender que isto existe enquanto conceito e prática consolidada. Na adolescência deixei de comer carne por acreditar que o meu não-consumo dizia alguma coisa, que isto repercutiria financeiramente no fabricante e que, com o aumento de outros não-consumos, ele deixaria de utilizar animais para a produção de alimentos.

Não sei afirmar ao certo porque comecei a pensar assim. Não houve influência familiar nessa decisão. Tentando resgatar a origem deste tipo de reflexão em minha vida, lembro-me de assistir, na minha infância, uma campanha da ação da cidadania¹ que passava nos intervalos comerciais da TV. Nela, Betinho contava uma história sobre um incêndio na floresta. Todos os animais fugiam desesperados, mas um beija-flor, ao invés de fugir, tentava apagar o incêndio. Ele voava até o rio, pegava um pouco de água com o bico e jogava no fogo. O leão, ao ver aquela cena, pergunta ao beija-flor: você acha que sozinho vai conseguir apagar o fogo? O beija-flor responde que sabia que não conseguiria apagar o fogo sozinho, estava apenas fazendo a sua parte.

¹ Movimento social liderado pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho).

Adotei o vegetarianismo baseada na crença de que estaria fazendo a minha parte. Naquele momento o que me preocupava era o sofrimento dos animais. Alguns anos depois me deparei com informações que relacionavam o aumento da degradação ambiental com a expansão do consumo. Passei a me questionar se não poderíamos, enquanto consumidores, interferir nas práticas de mercado visando reduzir os impactos ambientais.

A partir de então, estudando a relação entre consumo e meio ambiente, descobri existem muitas pessoas que mudaram suas formas de vida com o objetivo de reduzir o decorrente impacto sobre o meio ambiente. Isto me levou a questionar porque estas iniciativas não são disseminadas na sociedade.

De modo geral, é possível perceber uma sensibilidade da população quanto à necessidade de soluções para as questões ambientais. Aparentemente, a sociedade tem abraçado causas ambientais e se mostrado mobilizada frente a este tema. Houve nos últimos anos grande repercussão e debate público em torno de assuntos como: o novo código florestal, a construção da usina de Belo Monte, a crise hídrica, o desastre ambiental de Mariana (MG). Em 2014, por exemplo, aconteceu uma grande manifestação mundial pedindo a diminuição de emissões de carbono. A “People’s Climate March” (Passeata pelo Clima) foi realizada antes do início da conferência do clima da ONU em cento e sessenta e dois países tendo sua maior expressão em Nova Iorque, onde reuniu quatrocentas mil pessoas.

Nunca foi tão grande a preocupação da população brasileira com o meio ambiente. Segundo uma pesquisa realizada pelo IBOPE (CNI, 2012), 94% dos brasileiros possuem alguma preocupação ambiental. De acordo com esta pesquisa, a população brasileira atualmente está priorizando o meio ambiente até mesmo quando há conflito com o crescimento econômico. Outra informação interessante, foi a conclusão de que 52% dos brasileiros se dizem dispostos a pagar mais caro por um produto ambientalmente correto.

Já segundo a pesquisa “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e consumo sustentável”, do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2012), 82% dos brasileiros discordam de que o progresso seja mais importante do que a preservação da

natureza. Além disso, 87% não estão dispostos a conviver com mais poluição ainda que acompanhada com maior oferta de empregos.

Tais dados refletem a opinião dos brasileiros, na qual o desenvolvimento e o crescimento econômico não prevalecem sobre as questões ambientais. Segundo esta última pesquisa, o brasileiro atualmente se auto-atribui mais responsável por solucionar os problemas ambientais do que em anos anteriores. 46% dos brasileiros imputam responsabilidade a “cada um de nós”, embora a maioria ainda acredite que os principais responsáveis por solucionar os problemas ambientais são as esferas governamentais - 61% atribuem responsabilidade ao governo estadual, 54% à prefeitura, 48% ao governo federal. Essa percepção mudou ao longo dos anos, já que em 1992, quando foi realizada a primeira edição da pesquisa, apenas 39% dos brasileiros atribuía esta incumbência a si mesmo.

Mas quais são as mudanças de atitudes que a população adotou como forma de minimizar os danos ambientais?

De acordo com a pesquisa realizada pelo Ibope (CNI, 2012), as três atitudes individuais para conservação ambiental mais comuns são: evitar desperdício de água (71%), não jogar lixo nas ruas (61%) e evitar o desperdício de energia (58%). Enquanto que apenas 10% evita o desperdício e a geração de lixo, 7% dá preferência a produtos "verdes", 7% compra produtos com embalagens recicláveis, e 6% deixa de comprar produtos que afetem o meio ambiente.

Já a pesquisa “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e consumo sustentável” (BRASIL, 2012), revelou que, dentre as mudanças de hábitos de consumo com a finalidade de reduzir os impactos ambientais, os entrevistados afirmaram ter interesse em “utilizar garrafas PET/retornáveis” (88%), “utilizar embalagens que decompõem mais rápido” (85%) e “comprar produtos concentrados que utilizem menos água” (82%).

Com relação a “atitudes cotidianas para ajudar na proteção do meio ambiente”, a que os brasileiros estão mais dispostos a adotar é a separação do lixo (86%); a segunda, é reduzir o consumo de energia elétrica (61%); e a terceira, eliminar o desperdício de água (58%). Neste mesmo levantamento, apenas 11% dos brasileiros

afirmaram estar dispostos a participar de boicote a produtos de empresas que poluem o meio ambiente.

Diante de tais dados, percebe-se uma contradição entre o elevado percentual de preocupação e as atitudes individuais para a conservação ambiental. Quando as atitudes dizem respeito à transformação de seus hábitos de consumo, a população se mostra menos disposta a adotar um estilo de vida sustentável.

No entanto, devemos nos questionar se a população está devidamente informada sobre a relação entre consumo e poluição do meio ambiente e sobre quais mudanças seriam mais importantes para adotar uma postura que cause menor impacto ambiental.

Seria justo atribuir aos consumidores responsabilidade pelos impactos derivados dos produtos que adquirem? O consumidor sofre diversas influências e manipulações que estimulam o consumo e que contribuem para torná-lo um ato ainda mais banalizado e irrefletido em sua vida. As indústrias se utilizam, principalmente, de duas estratégias para se aproveitar e fomentar o consumismo: o *marketing* e a obsolescência programada (LEONARD, 2011). O *marketing* cria nas pessoas o sentimento de necessidade de possuir determinado produto. Já a obsolescência programada consiste na estratégia de fazer com que um produto tenha uma vida útil menor do que poderia. Alguns produtos são desenhados para durar pouco. Muitas empresas planejam uma data de validade para que se compre mais produtos em menos tempo.

As indústrias usam diversas estratégias para mascarar o processo produtivo. O interesse é vender. Somos constantemente manipulados e incentivados a consumir cada vez mais. Para os produtores não é interessante que a população conheça muitos detalhes do processo produtivo, talvez porque muitos consumidores, provavelmente, mudariam seu comportamento.

No entanto, cabe questionar: assim como é interessante para a indústria garantir nossa ignorância, não será também interessante para nós, consumidores, sermos ignorantes? Raramente pensamos sobre o que significa consumir. Não estaríamos nos acomodando em nosso desconhecimento? Rejeitar uma reflexão

sobre o modo como as coisas são feitas não seria uma forma de legitimar nossa atitude consumista e de nos eximir da responsabilidade?

Afinal quem deve assumir o compromisso para solucionar os problemas ambientais que enfrentamos? Os governos? As empresas? Os consumidores? Ou o compromisso deve ser compartilhado entre todos? Minha aposta recai na última alternativa. Acredito que todos estão implicados neste processo.

Temos acompanhado, atualmente, uma mudança de postura tanto das empresas quanto dos governos visando atenuar o impacto ambiental provocado pelos processos de produção e consumo da sociedade contemporânea industrializada. São exemplos disso a implementação de diversas regulamentações ligadas à legislação ambiental e a modernização de muitas indústrias em seus processos de produção. Este movimento das empresas de redefinir seus métodos produtivos parece surgir da motivação, em parte genuína, de reduzir a poluição, mas também de melhorar sua imagem perante a opinião pública. Desse modo, podemos suspeitar que tais iniciativas se aproximam mais de uma estratégia de *marketing* do que de preocupações ambientais éticas. Nesse caso, não podemos presumir que o benefício ambiental seria de grande valor. Mas, ainda que uma dada empresa reformule integralmente seu modo de fabricação, adotando as mais modernas tecnologias e procedimentos para uma gestão ambiental, com franca intenção de alcançar um meio ambiente mais saudável, podemos nos questionar se tais avanços são suficientes.

É possível perceber uma mobilização, tanto de governos como da comunidade científica, na busca por novas tecnologias mais “limpas” e que produzam menos danos ambientais. Para eles, a solução dos problemas ambientais reside no avanço tecnológico e científico. Em outras palavras, pode-se dizer que é uma tentativa de reduzir os impactos ambientais sem alterar significativamente a lógica mercadológica e capitalista vigente hoje.

Será possível aliar o atual sistema econômico a uma forma de vida humana que não agrida o meio ambiente? Ou será que o cerne do problema está, não no tipo de tecnologia utilizada, mas no sistema em si? Existem garantias de que o avanço científico e tecnológico proporcione uma maior sustentabilidade ambiental? Em suma, existe produção industrial sem impactos ambientais?

Se a produção de qualquer mercadoria exige consumo de energia, água, matérias-primas, além de gerar resíduos, como então conciliar as demandas por maior produção e ao mesmo tempo ter uma postura ecologicamente responsável? É certo colocar todo o peso da responsabilidade sobre a legislação, os órgãos ambientais e as indústrias? Devemos contar apenas com maior fiscalização, leis mais rigorosas, avanços tecnológicos para alcançar as melhorias ambientais de que necessitamos?

Onde entram os consumidores nesta equação? Não são também responsáveis pelos produtos que adquirem e os resíduos que geram?

Ainda que os consumidores sejam alvo de diversas formas de manipulação, acredito que não devemos ignorar sua responsabilidade e as implicações éticas do consumo. Por isso estabeleci um recorte analítico: o papel dos consumidores. Mas, não advogo que a solução de todos os problemas ambientais que enfrentamos hoje resida única e exclusivamente na conscientização do consumidor. Acredito, sim, que ele é um dos atores importantes nesse processo e que também possui responsabilidades.

O consumo tem implicações que vão além da própria possibilidade de um indivíduo adquirir mercadorias. A meu ver, a questão do consumismo implica em diversos problemas morais, cabe destacar dois. O primeiro diz respeito ao fato de que o consumo excessivo gera uma demanda por aumento da produção, ocasionando grande pressão sobre os recursos naturais do planeta. Com uma classe consumidora cada vez maior e mais ávida por novos produtos, o esgotamento dos recursos naturais é, hoje, uma realidade. Ao consumir estamos indiretamente gerando danos ambientais. Eis a primeira consequência ética do consumo. A segunda, está relacionada à exclusão social e à desigual distribuição de riquezas:

Segundo o relatório State of the World 2004, o crescimento global do consumo encobre gigantescas disparidades. Doze por cento da população mundial que vive na América do Norte e na Europa ocidental é responsável por 60% dos gastos pessoais do planeta, enquanto um terço que vive no sul da Ásia e na África subsaariana responde por apenas 3,2%. Em termos globais, 20% da população que reside nos países de maior renda efetua 86% dos gastos pessoais; os 20% mais pobres abocanham míseros 1,3% (LEONARD, 2011, p. 186)

Só existe consumo excessivo por uma parte da humanidade porque a outra parte vive na pobreza, impossibilitada de consumir. Seria inviável que todos no mundo tivessem o mesmo nível de consumo da Europa e dos Estados Unidos, pois isso provocaria o esgotamento dos recursos naturais. Mas também não deveria ser aceitável que uma parte da população tenha direito a acesso a bens e a outra não. É necessária uma distribuição mais igualitária de riquezas. A desigualdade é um problema moral, pois os interesses dos ricos têm um peso maior do que os dos pobres.

Nós vivemos numa sociedade de excessos, numa sociedade em que já não avaliamos mais a necessidade que temos de cada elemento que, compulsivamente, incorporamos. Nós temos dois, três, quatro computadores; nós temos dois, três, quatro carros; temos tudo em excesso. Realizamos viagens – somente não interplanetárias, porque ainda não temos acesso a isso -, sem o menor desejo e sem a menor necessidade. Nós as realizaríamos apenas porque estão à disposição na agência de viagem do lado da nossa casa. Por quê? Porque somos adictos. Porque nos deixamos levar pelo hábito irrefletido de agregar a nossas vidas bens que em nada contribuem para seu real valor. Porque queremos o tempo todo consumir, consumir e consumir. Só que há uma conta a se pagar com tudo isso, e quem paga essa conta já não somos mais nós mesmos. Quem paga essa conta são todos os seres humanos, e, sobretudo, aqueles seres humanos que não podem decidir sobre o que consumir e o que não consumir. Porque nos altos custos de nossas vidas existe uma conta que eles, que não desfrutam de suas benesses e não possuem rendimentos, também estão comprometidos a pagar (DIAS, 2012, p. 115).

Assim, proponho, neste estudo, discutir as questões éticas relacionadas ao consumismo e ao meio ambiente, pensando pelo viés da responsabilidade do consumidor.

Sustento a discussão em um pressuposto central, que consiste na ideia de que a crise ambiental da atualidade é decorrente principalmente do crescente consumo dos indivíduos afluentes. A partir de tal premissa, proponho a reflexão de que um dos caminhos para a solução dos problemas ambientais está na conscientização da população e na mudança de hábitos que afetam negativamente o meio ambiente. Deverá o consumidor, a partir de suas convicções éticas, assumir a responsabilidade de mudar seus hábitos de consumo com o objetivo de transformar as práticas do mercado? Será o consumidor um elemento importante na busca por um futuro

sustentável? Para amparar tal discussão, pretendo analisar as implicações éticas do consumo em relação ao meio ambiente. Através da análise do veganismo e da permacultura, procuro apontar uma proposta de vida fundamentada na perspectiva dos funcionamentos (DIAS, 2015), em que seja possível reelaborar nossa atual relação com o consumo.

A perspectiva dos funcionamentos consiste numa teoria ética, desenvolvida pela professora Maria Clara Dias, que se propõe a oferecer uma abordagem de justiça mais inclusiva. Nela, é possível ter como objeto de consideração moral tanto os seres humanos quanto os seres não-humanos, inanimados e o próprio meio ambiente. Tal abrangência se justifica pelo fato de o foco da moralidade não estar centrado nos seres racionais, sencientes, ou no valor à vida, como acontece na maioria das correntes éticas. Aqui, o objeto de consideração moral são os sistemas funcionais. Se existem funcionamentos básicos indispensáveis à realização de qualquer entidade, então garantir a integridade de tais funcionamentos será o objetivo desta teoria ética.

A partir desta teoria, o processo de individuação e identificação de qualquer entidade é determinado pelas características funcionais, e não meramente materiais, das mesmas. Indivíduos serão então compreendidos como sistemas funcionais. Assim, o objetivo da moralidade será garantir a realização plena dos funcionamentos básicos dos diversos sistemas funcionais.

Qualquer entidade que realiza funções pode ser definida como um sistema funcional, mas nem todo sistema funcional pode ser caracterizado como um concernido moral. Para tanto, é preciso que ele seja um sistema no qual nós identificamos uma fonte própria de valor. Ou seja, em que haja o reconhecimento de características próprias daquele sistema que nós valoramos.

Para Maria Clara Dias, a justificativa para inclusão do meio ambiente consiste no reconhecimento da riqueza e complexidade dos diversos sistemas que o compõe. Por isso, nós, seres humanos, a partir desta perspectiva ética, atribuímos ao meio ambiente um valor intrínseco.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar, sob o ponto de vista da perspectiva dos funcionamentos, a conciliação entre uma forma de vida humana que seja digna, justa e igualitária e o florescimento do meio ambiente.

Outros objetivos decorrem desta finalidade principal. Primeiramente, busco apresentar uma breve descrição das características da sociedade atual, analisando de que forma o consumismo exacerbado vem provocando danos ao meio ambiente e quais valores estão subjacentes na sociedade de consumo. Em segundo lugar, realizar uma análise de duas práticas, o veganismo e a permacultura, nas quais a conscientização e a postura ética frente a questões ambientais se transformaram em ações políticas relativas ao consumo. Por último, analisar, do ponto de vista ético, a coerência e consistência do veganismo e da permacultura e propor, a partir da perspectiva dos funcionamentos, o caminho para um consumo ético.

Para atender tais objetivos, no primeiro capítulo será realizada uma revisão bibliográfica para uma análise sobre as características da sociedade de consumo, tendo em vista os aspectos históricos que contribuíram para a evolução do consumismo e sua relação com a degradação ambiental. Farei uma exposição sobre as consequências ambientais da sociedade de consumo, procurando demonstrar por que e como a sociedade de consumo polui. Apresentarei também os aspectos envolvidos na criação do conceito de desenvolvimento sustentável, buscando explicitar as implicações desta proposta. Por fim, efetuirei uma discussão acerca do antropocentrismo, perspectiva ética hegemônica em nossa sociedade.

No segundo capítulo, serão apresentados os fatores que levaram ao entendimento de que o consumo poderia tornar-se uma ação política. Fundamentada nas discussões propostas por Fátima Portilho, abordarei os conceitos de consumo verde e consumo sustentável, seus objetivos e suas limitações. Em seguida, serão analisadas as implicações de se assumir o consumo como uma ação política e como um exercício da cidadania.

No terceiro capítulo serão abordados o veganismo e a permacultura. Ambos são compreendidos pelos indivíduos que os adotam como práticas de consumo político e são práticas que resultam ou podem resultar numa forma de vida menos nociva ao meio ambiente. Será realizada um levantamento bibliográfico abordando as

perspectivas éticas, os objetivos, as formas de atuação e as limitações das duas práticas.

Por último, retomando os casos abordados no terceiro capítulo, analisarei as concepções éticas que os norteiam, para, em seguida, expor uma proposta de remodelamento da relação ser humano/meio ambiente tendo como base a perspectiva dos funcionamentos.

2 SOCIEDADE DE CONSUMO

2.1 ORIGENS DA SOCIEDADE DE CONSUMO

Diante das possíveis interpretações para as causas da crise ecológica que enfrentamos hoje, parto do pressuposto de que um dos fatores fundamentais para sua gênese encontra-se no surgimento da sociedade de consumo. Irei analisar brevemente, neste capítulo, alguns fatores relacionados ao seu surgimento. Se assumirmos que entender as causas de um determinado problema faz parte do caminho para uma solução, encontraremos, então, a justificativa para se estudar os processos envolvidos na origem do consumismo. Se hoje o consumismo pode ser interpretado como uma das causas dos nossos problemas ambientais, torna-se relevante compreender os motivos que levaram à sua emergência.

Para este fim, utilizarei como fundamentação teórica as análises empreendidas pelo sociólogo Colin Campbell (2001). Segundo o autor, a sociedade de consumo foi decorrência de uma revolução de caráter cultural, que modificou os valores morais da sociedade inglesa pré-industrial. Hábitos hedonistas, antes reprovados pela ética protestante, deram lugar ao apego material e à demanda pelo luxo.

Quando se fala em Sociedade de Consumo não se quer dizer apenas que seus membros consomem, pois consumir é um ato que todos os seres humanos, assim como todos os seres vivos, fazem. A questão que o termo “sociedade de consumo” visa a apontar consiste na mudança do paradigma da produção para o paradigma do consumo. A sociedade que precedeu a atual pode ser caracterizada como uma “sociedade de produtores”, na qual seus indivíduos tinham o compromisso de desempenhar o papel social de produtor. Atualmente não há mais a necessidade de formar tantos produtores, já que a industrialização provocou uma redução na necessidade de mão-de-obra. Mas há a necessidade de formar consumidores. "Com isso a categoria matricial de sociabilidade deixa de ser o trabalho, passando a ser a interação social" (PORTILHO, 2010, p. 72). Quando se fala em sociedade de consumo se pretende evidenciar uma condição desta sociedade: o consumo não é

apenas direito ou lazer, mas sobretudo uma imposição. Consumir tornou-se um exercício e um dever de cidadania (Bauman, 1999 apud PORTILHO, 2010).

Nos estudos referentes à Revolução Industrial, muitos teóricos enfocam suas análises nas mudanças técnicas implementadas em torno do modo de produção, dando menos importância às mudanças nos hábitos de consumo. Para o autor Colin Campbell (2001),

a compreensão da Revolução Industrial como transformação dramática das formas de abastecimento pressupõe uma compreensão análoga sobre as forças que provocaram uma mudança dramática nos hábitos de procura e na formação de uma classe consumidora. Assim, a Revolução do Consumidor, ou seja, o crescimento da propensão ao consumo, deve ser vista como complemento essencial da Revolução Industrial, para que se compreenda o aparecimento da base econômica das sociedades modernas (CAMPBELL, 2001, p. 82).

Ainda Campbell (2001, p. 82), citando Perkin (1969), destaca que "a procura do consumidor foi a chave decisiva para a Revolução Industrial". A revolução do consumo surgiu na classe média da sociedade inglesa do século XVIII, setor da sociedade de forte tradição religiosa. As classes aristocráticas, embora consumissem em grandes quantidades, não tiveram um papel tão significativo para alavancar a revolução do consumo, já que sempre consumiram em grande quantidade. A expansão no hábito de consumo, portanto, se deu de forma mais significativa na classe média, uma burguesia composta por comerciantes, artesãos, engenheiros, funcionários públicos e pequenos proprietários rurais. Seus hábitos de procura e compra se voltaram para bens considerados de luxo à época, tais como: brinquedos, sedas, roupas da moda, botões e alfinetes. Esta revolução do consumo não se caracterizou pela compra de bens de capital e de necessidade, mas sim de supérfluos.

Campbell defende que há um fator que tem passado despercebido nos estudos sobre Sociedade de Consumo. Costuma-se pensar que sua origem esteja relacionada a questões econômicas e à industrialização. Diz-se que a ordem econômica daquele momento forjou uma classe consumidora. Porém, Campbell sustenta o contrário: o crescimento econômico teria ocorrido em decorrência da procura do consumidor e a

industrialização se dado em etapa posterior à consolidação de um mercado consumidor. Apenas após o amadurecimento de uma demanda adequada para o aumento da produção foi que se consolidou a evolução da Revolução Industrial. Por isso, ele não concorda com as teorias que justificam as alterações do comportamento dos consumidores a partir de mudanças econômicas. A explicação desse novo comportamento estaria, então, relacionada à mudança cultural que antecede a Revolução Industrial. A revolução do consumo, para Campbell, foi consequência de uma transformação estrutural de ordem subjetiva, cultural, estética e ética. Momento em que ocorreu uma alteração nos códigos morais daquele grupo social, passando a ser moralmente aceitável consumir ao invés de poupar (PORTILHO, 2010).

Campbell investiga que nos estudos relativos às causas para um aumento do consumo, os historiadores têm se baseado em três correntes teóricas. A primeira se fundamenta na ideia de que o crescimento populacional produz uma expansão do mercado, conseqüentemente aumentando o consumo. Tal teoria se mostrou questionável já que ao se observar o recente aumento demográfico ocorrido nos países em desenvolvimento, situação em que haveria uma similaridade de condições com a Inglaterra no século XVIII, não se observou uma expansão do mercado. Nesses casos, aconteceu o oposto, o aumento populacional levou a um aumento da pobreza, sem aumentar, portanto, o consumo.

Os teóricos passaram, então, a desenvolver outra hipótese, a de que o aumento do poder aquisitivo teria acarretado numa maior propensão ao consumo. Mas esta teoria também se tornou discutível na medida em que muitos consumidores não destinam sua renda excedente automaticamente para a aquisição de novas mercadorias, isto seria uma característica típica do consumidor moderno. O consumidor tradicional sempre teve o hábito de poupar ou empregar sua renda em atividades de lazer.

A partir da refutação de tais hipóteses, os historiadores econômicos foram compelidos a interpretar que o aumento do consumo teria sido uma decorrência de mudanças nos comportamentos e valores da sociedade.

A partir desse ponto de vista, a revolução cultural significou, em sua essência, uma modificação nos valores e códigos morais que suscitou a manifestação de

comportamentos hedonistas. As restrições puritanas deram lugar ao desejo, ao apego material e à busca pelo luxo e opulência.

Segundo Campbell, Max Weber em seu livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo” demonstrou que a disseminação de doutrinas protestantes, especialmente a luterana e a calvinista, acarretou numa veneração ao trabalho e à acumulação de riqueza. Esta interpretação trazida pelas igrejas protestantes ia em sentido oposto ao que era pregado pela Igreja Católica, já que esta proibia práticas de captação de lucro. Neste sentido, as novas doutrinas religiosas tiveram influência direta no desenvolvimento do capitalismo ao legitimar práticas econômicas antes condenadas. Weber, em sua tese, não abordou a questão do desenvolvimento do consumo, mas para Campbell é possível traçar um paralelo entre as duas transformações (a nova aceitação do lucro e do consumo).

Assim, se para Max Weber determinadas doutrinas protestantes (...) acabaram santificando, não apenas o trabalho, mas também a acumulação conscienciosa e legal da riqueza, Campbell estende essa análise para compreender como a moral religiosa também contribuiu para superar as objeções às novas práticas de procura por prazer através dos bens de consumo de luxo. O que chamamos de Sociedade de Consumo nasceu, portanto, da aliança entre a Revolução Industrial e a revolução moral protestante. Logo, a propensão a adquirir objetos para fins de ostentação não é, em si mesma, incompatível com a busca dos deveres morais. Ao contrário, o consumismo, nas suas origens, esteve associado aos ideais de liberdade individual e valorização do convívio familiar pelo aconchego material dos lares (PORTILHO, 2010, p. 88).

Para Campbell, o que fomentou a revolução do consumo foi o aparecimento do Romantismo, movimento estético e intelectual que contribuiu para que emergissem ideais tais como: o casamento por amor, o lazer enquanto necessidade humana, o florescimento do gosto pelo romance e o interesse pela moda.

O romantismo, cujo auge se deu entre os anos de 1790 e 1830, abarcou os campos da filosofia, literatura, pintura e música. Campbell o caracterizou como sendo ao mesmo tempo uma reação e uma herança do movimento iluminista.

Como Gauderfroy-Demombynes o exprimiu, ‘o romantismo é um modo de sentir, um estado mental em que a sensibilité e a imaginação predominam sobre a razão, e tende para o novo, para o individualismo, a revolta, a fuga, a melancolia e a fantasia. Outras características típicas desse modo de sentir

seriam: a insatisfação com o mundo contemporâneo, uma inquieta ansiedade em face da vida, uma preferência pelo estranho e curioso, uma inclinação para o sonho e o devaneio, um pendor para o misticismo, e uma celebração do irracional (CAMPBELL, 2001, p. 254).

Os ideais românticos contribuíram para justificar o hedonismo - particularidade do consumidor moderno - legitimando certas características como o devaneio, desejo e a rejeição da realidade. O romantismo também colaborou para difundir o interesse pela novidade, aspecto essencial para que a moda se consolidasse. Assim, este movimento foi responsável por formar a base ética e estética que sustenta o comportamento frenético e incessante do consumidor moderno.

Os novos valores promovidos pelo movimento romântico contribuíram, portanto, para legitimar as vantagens do luxo e do consumo, que se justificavam entre outras coisas por impulsionar a produção e a prosperidade. Assim, o consumo adquiriu um novo status moral, deixando de ser algo negativo e reprovável para tornar-se algo honrado e nobre.

A valorização do sentimentalismo, da emoção, da beleza física e do individualismo afloraram com o movimento romântico. A partir de então, o consumo passou a ter uma conotação que o vinculava mais com pertencimento e identificação do que com necessidade. Passou a estar atrelado à dimensão simbólica e cultural, como uma forma de manifestação da essência individual. As identidades sociais cada vez mais passaram a se definir através do consumo.

Para Campbell, o hedonismo característico deste período, que teria promovido uma revolução no consumo, não está associado propriamente à satisfação pela aquisição de novos produtos, mas sim à fantasia subjacente ao ato de consumir. O espírito do consumismo se encontraria no desejo de se realizar os prazeres desfrutados na imaginação, fato que estimularia uma necessidade permanente pela novidade. O consumo seria então apenas uma parte da concretização imaginativa que compõe o complexo comportamento hedonista.

(...) o espírito do consumismo moderno é tudo, menos materialista. A ideia de que os consumidores contemporâneos têm um desejo insaciável de adquirir objetos representa um sério mal-entendido sobre o mecanismo que impele as pessoas a querer os bens. Sua motivação básica é o desejo de experimentar na realidade os dramas agradáveis de que já desfrutaram na imaginação, e

cada 'novo' produto é visto como se oferecesse uma possibilidade de concretizar essa ambição. Todavia, desde que a realidade não pode nunca proporcionar os prazeres perfeitos encontrados nos devaneios (ou, se de qualquer modo, tão somente em parte, e muito ocasionalmente), cada compra leva literalmente à desilusão, algo que explica como o necessitar se extingue tão depressa, e por que as pessoas se desfazem dos bens tão rapidamente quanto os adquirem (CAMPBELL, 2001, p. 131 e 132).

Campbell afirma que o Romantismo não só teve papel definitivo na formação do consumismo moderno, como também permaneceu disseminando-se enquanto força antagônica ao tradicionalismo e influenciando a manutenção de seus próprios valores e conseqüentemente fortalecendo o consumismo pelos séculos posteriores ao seu surgimento. Tal influência de valores pode ser percebida, por exemplo, nos movimentos *beat* e *hippie* dos anos 1950 e 1960.

Campbell interpreta que, curiosamente, não havia intenção por parte dos românticos em promover o consumismo. Condenavam o “utilitarismo burguês” tanto quanto rejeitavam a ética tradicional puritana. Campbell define tal condição como uma ironia da história. Embora desejassem estabelecer o hedonismo, não tinham a intenção de disseminar o hábito de aquisição incessante de bens e serviços.

A autora Fátima Portilho (2010), analisando a questão do consumo a partir dos estudos de Karl Marx, afirma que dentro da lógica capitalista, o consumo estaria relacionado às atividades de trabalho e produção.

Para Marx, o trabalho é essencial à nossa composição ontológica, ou seja, nós criamos e habitamos um mundo material de acordo com nossa própria imagem que reflete o caráter único das nossas necessidades. Este mundo material emerge e se manifesta nos produtos do nosso trabalho. Portanto, o consumo (entendido aqui como processo de usar e empregar esses produtos) é simplesmente a realização do trabalho e da produção e, portanto, a realização do essencial do ser humano (...) separando-nos do mundo natural. Entretanto, sob o capitalismo, esta relação vital entre trabalho e consumo é rompida, uma vez que os trabalhadores não mais se engajam em atividades para produzir produtos que satisfaçam suas próprias necessidades. Ao contrário, vendem sua força de trabalho por salário. (...) Igualmente, o consumo se torna consumo de produtos criados por outros de quem o propósito primeiro não foi a satisfação de uma necessidade mas a obtenção de lucro. Sob tais condições, o consumo se torna alienado (PORTILHO, 2010, p. 90).

A aquisição de mercadorias tornou-se acessível, imediata e trivial na sociedade contemporânea. A desconexão entre a produção e o consumo faz com que ele seja

desfrutado como um “milagre”. Não é resultado do trabalho daquele que consome.

Surge, então, uma nova forma de alienação. Se o trabalho humano (atividade prática material pela qual a natureza é transformada) apresenta-se como uma atividade alienada, uma vez que o operário cria um objeto no qual não se reconhece, o não-operário, visto que não participa de processo produtivo, tem uma relação contemplativa e exterior com relação à produção. Assim, nos alienamos de nós mesmos através do sistema de produção - como já foi denunciado há tempos - mas também através dos sistema de consumo (PORTILHO, 2010, p. 91).

As abordagens marxistas têm sido muito criticadas por negligenciarem os aspectos culturais e sociais nos estudos da Sociedade de Consumo. Estes teóricos têm caracterizado o consumo como fenômeno decorrente da produção e compreendido apenas em termos de mercadoria, ignorando fatores sociais e simbólicos envolvidos nas práticas de consumo. No entanto, para Portilho, existe relação entre as práticas de consumo e a luta política do proletariado.

Ainda que as perspectivas marxistas não deem conta de abordar todos os aspectos nos estudos da Sociedade de Consumo, elas podem contribuir para uma compreensão sobre a banalização do consumo. As transformações ocorridas nos processos produtivos remodelaram o jeito como consumimos. Estamos completamente desconectados do modo de produção e, assim, não percebemos que um objeto, por mais simples que seja, precisa de extração de matéria-prima, uso de energia, água e força de trabalho para ser produzido. Tal alienação nos coloca em uma posição de desconhecimento sobre a origem das coisas que consumimos e como elas são feitas. Então nós os naturalizamos. Procedemos como se, do nada, surgissem e ocupassem as prateleiras dos estabelecimentos comerciais que costumamos frequentar. Preferimos não pensar sobre a complexidade da estratégia que envolve a fabricação e a distribuição dos produtos para que tenhamos acesso fácil e garantido a quase tudo que precisamos. Assim também fazemos com as sobras das coisas que usamos, como se elas se desintegrassem tão logo postas no lixo longe dos nossos olhos. Neste sentido, pode-se interpretar que a alienação do consumidor moderno, denunciada pelos estudiosos marxistas, produz uma atitude de negligência, uma percepção em que o indivíduo não se sinta responsável pelo que

consume. Poderíamos nos questionar então, tal alienação não estaria associada ao consumismo exacerbado que existe hoje e conseqüentemente à falta de comprometimento do agente com suas implicações ambientais e sociais?

O fenômeno originado na Europa ocidental no século XVIII, analisado por Campbell, foi responsável por disseminar o consumismo em diversas partes do planeta, ainda que passando por várias transformações e assumindo outras formas até chegar ao modelo atual. Como veremos no próximo item, a consolidação da sociedade de consumo e a crescente exploração ambiental intrínseca à atividade industrial, vem produzindo danos incalculáveis ao meio ambiente.

2.2 CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS DA SOCIEDADE DE CONSUMO

Um consumidor satisfeito seria uma catástrofe para uma economia de consumo. Assim, nessa estruturação econômica, o desencadeamento de um processo de depreciação, ridicularização e enfeimento das necessidades de ontem faz os produtos e desejos sucumbirem à pressão de produtos novos e melhorados, que prometem fazer tudo o que eles já podiam fazer, mas de forma mais rápida e eficiente. Para as expectativas se manterem vivas e novas esperanças preencherem os vazios deixados por aquelas já desacreditadas e descartadas, a estrada entre a loja e a lata de lixo precisa ser curta, e a passagem, rápida (GONÇALVES; CESCO, 2013, p. 5).

Meu objetivo neste subcapítulo é analisar porque a sociedade de consumo provoca conseqüências negativas ao meio ambiente e quais são. A linha de raciocínio que permeia esta parte do trabalho fundamenta-se na premissa de que os indivíduos afluentes ao manterem seu estilo de vida com crescente nível de consumo estão incentivando e demandando a produção de novos bens de consumo, aumentando a produção e conseqüentemente os impactos ambientais derivados desta atividade.

Segundo Fátima Portilho (2010), até os anos de 1970, havia a hegemonia de um discurso no qual se defendia que os problemas ambientais eram decorrentes, principalmente, do grande crescimento populacional ocorrido no século XX. Tal visão, ainda que fosse parcialmente verdadeira, servia aos interesses daqueles países que detinham maior poder político e científico. Este era o discurso das nações industrializadas, principalmente do hemisfério norte, notadamente os Estados Unidos

e países da Europa. Eles responsabilizavam os países em desenvolvimento, do hemisfério sul, como os principais causadores de danos ambientais, já que a explosão demográfica demandaria muitos recursos naturais.

A partir da Conferência de Estocolmo (1972), passou-se a declarar que a maior pressão pelos recursos naturais do planeta vinha, na realidade, daqueles países que possuíam modo de produção mais desenvolvido, ou seja, as nações industrializadas. Os países em desenvolvimento ainda detinham modos de produção rudimentares e sua população ainda era em grande parte rural. Já os países do Norte, por terem vivido uma Revolução Industrial, contavam com mais indústrias e, conseqüentemente, geravam mais poluição.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio 92, o foco da discussão se deslocou do modo de produção para o modo de consumo. Difundiu-se a noção de que os estilos de vida e as práticas de consumo eram os aspectos que geravam maior pressão sobre os recursos do planeta. As pessoas com maiores condições materiais para o consumo seriam, então, as mais responsáveis pelos impactos ambientais, já que demandariam novos bens de consumo, fato esse que aumenta a produção e gera mais poluição. Em contrapartida, as pessoas com menos condições materiais, consumiriam muito menos e teriam menos acesso a bens de consumo. Desde então, determinados segmentos envolvidos no debate ambiental têm buscado demonstrar o impacto ambiental produzido pelo estilo de vida dos indivíduos afluentes.

Segundo os autores Myers e Kent (2004), até os anos 1980 havia uma grande disparidade entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Enquanto que nos primeiros a renda média per capita era de US\$ 10.700,00, nos segundos a renda média per capita era de US\$ 370,00. Nesse sentido, o abismo entre os países ricos e pobres era gigantesco. A partir da década de 1980 surgiu uma nova tendência: o crescimento significativo de indivíduos afluentes nos países em desenvolvimento, o que deu origem a uma explosão de novos consumidores, não mais restritos aos países desenvolvidos. Os autores definem “novos consumidores” como sendo aqueles cuja renda anual seja de no mínimo US\$ 2.500,00. No ano 2000, o poder de compra dos novos consumidores correspondeu a 6,3 trilhões de dólares, coincidindo

com o poder de compra total dos Estados Unidos (MYERS e KENT, 2003). Neste sentido, é possível classificar a população em quatro categorias: indivíduos afluentes de países mais ricos, indivíduos afluentes de países mais pobres, indivíduos pobres de países mais pobres e indivíduos pobres de países mais ricos.

Assim, proponho pensar nos indivíduos afluentes de forma global, oriundos de qualquer país do mundo. A partir da noção de afluência, não mais atrelada exclusivamente à riqueza das nações, será possível pensar na responsabilidade associada a esses indivíduos. Deriva-se desses sujeitos um grau maior de responsabilidade devido à sua afluência e potencialidade de consumo. Tal responsabilidade se justifica pelo fato de terem maior acumulação de riqueza, e, portanto, maiores condições de escolher aquilo que vão consumir. Nesse sentido, é possível imputar maior compromisso ambiental a esses indivíduos, pois a moralidade nesse caso está associada a esse poder de escolha do consumo.

Pesquisas científicas vêm evidenciando o nível em que se encontra a crise ambiental e suas consequências ao planeta. Em 2016 o NOAA - National Oceanic Atmospheric Administration, órgão de monitoração climática ligado ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos, aferiu o recorde de concentração de CO₂ na atmosfera. Pela primeira vez atingiu-se a concentração de 400 ppm (parte por milhão). Este fato se mostra bastante alarmante já que pesquisas científicas demonstraram que 350 ppm de CO₂ é a quantidade máxima que a atmosfera do planeta seria capaz de comportar para que ele continue do modo como o conhecemos (LEONARD, 2011). Até a Revolução Industrial a média de concentração de CO₂ na atmosfera terrestre permaneceu em torno de 280 ppm.

Sempre ouvimos falar do quanto precisamos reduzir as emissões de CO₂ para a manutenção do clima. O CO₂ é produzido em cada estágio da história das Coisas, da perfuração dos poços de petróleo à alimentação das fábricas e o transporte dos produtos pelo planeta. Quanto mais consumimos mais CO₂ lançamos na atmosfera. Aqui está o dilema: os níveis de CO₂ já ultrapassaram o limite previsto para uma mudança climática catastrófica como atestam renomados cientistas; por outro lado, um grande número de pessoas ainda precisa aumentar seu consumo de modo a atender às necessidades mais primárias (LEONARD, 2011, p. 188 e 189).

Leonard revela dados que demonstram as injustiças em torno da concentração

de riquezas: 1% das pessoas mais ricas do mundo possui o mesmo patrimônio que os 57% mais pobres. Os Estados Unidos, apesar de terem apenas 5% da população do planeta, são responsáveis pelo consumo de cerca de 30% de todos os recursos naturais do mundo. Segundo dados do Worldwatch Institute, 25% da população que vive nos países desenvolvidos consome 75% daqueles recursos. Problemas decorrentes da escassez de água afetam mais de 1,2 bilhão de pessoas, o que corresponde a cerca de um quinto da população do planeta.

Desde o início da década de 1970 estamos consumindo mais do que a Terra pode nos fornecer em recursos naturais². Segundo dados da Global Footprint Network, uma organização de pesquisa internacional, no ano de 2016, o dia 8 de agosto foi o dia da sobrecarga da Terra. Após esta data a demanda por recursos naturais excedeu a capacidade do meio ambiente de se regenerar no período de um ano.

Diante de tais informações, Leonard defende que é preciso, portanto, reduzir a demanda de recursos naturais, através da diminuição do consumo, aumentando a eficiência e produtividade dos produtos fabricados atualmente, além de ampliar os programas de reutilização e reciclagem.

Um método interessante para esclarecer as consequências ambientais do consumo é a avaliação do ciclo de vida dos produtos. Toda mercadoria que adquirimos não “nasce” a partir do momento da compra, tampouco no momento da sua produção, ela tem uma história de vida anterior que se inicia geralmente na extração de suas matérias-primas. A fabricação é uma etapa posterior, onde, na maioria das vezes, várias matérias-primas serão combinadas de modo a constituir um novo produto. Nesta fase geralmente são necessários o uso de outros produtos que por sua vez tiveram também uma história anterior ao momento da produção. As mercadorias adquiridas são então usufruídas pelo consumidor final até o momento do seu descarte. Algumas empresas têm adotado a iniciativa de tornar o ciclo de vida dos seus produtos circular, ou seja, que após o descarte ele seja reutilizado e tenha um novo ciclo de vida.

² <http://www.overshootday.org>

Para auxiliar na compreensão da avaliação do ciclo de vida, vamos utilizar como exemplo um produto bastante comum no nosso dia-a-dia, o papel. A história de uma simples folha de papel começa aproximadamente sete anos antes do seu uso. Ela começa na plantação de mudas de eucalipto para extração da madeira. Após sete anos a árvore está pronta para o corte. A madeira do eucalipto é descascada, picada e então transportada a uma fábrica onde serão extraídas as fibras (lignina). Posteriormente, às fibras serão adicionadas substâncias químicas para o processo de branqueamento. Em seguida a polpa passa por processos de secagem e prensagem até se chegar à forma de papel. A partir de então o papel é embalado e transportado aos comércios, onde serão vendidos. A história do papel ainda não acaba aqui. Depois de comercializados são transportados novamente aos locais de uso. Após utilizados podem servir como rascunho ou serem descartados. Alguns terão novo ciclo de vida com a reciclagem, enquanto outros encerram o ciclo de vida decompostos nos locais de descarte, aterros sanitários ou lixões.

Ao se avaliar o ciclo de vida dos produtos, ficamos com a impressão de que os reciclados são mais “ecológicos” do que os não recicláveis. Esta seria uma solução para o problema do lixo e uma forma de reduzir o impacto ambiental dos produtos. Contudo, Leonard alerta:

Reciclar é uma saída fácil: não põe em xeque questões que envolvem os atuais sistemas de produção e consumo, nem a manutenção de um modelo econômico obcecado por crescimento, nem a distribuição desigual dos recursos do planeta. Claramente, separar garrafas e papéis numa sacola azul não modificará - ou sequer desafiará - os imensos impactos negativos gerados pela forma como extraímos, fazemos, distribuímos e usamos as Coisas. Reciclar nos faz sentir úteis, mas o risco é que a generalização dessa atitude acabe alimentando os mesmos padrões de produção e consumo que devastam a Terra (LEONARD, 2011, p. 233 e 234).

Assim como a reciclagem, as “tecnossoluções” podem ser interpretadas como uma falsa solução. Seus defensores sustentam que a produção será tão eficiente que haverá uma redução significativa dos impactos por unidade de produção. Mas Leonard adverte: “o progresso é anulado pelo fato de que há mais crescimento absoluto: mais gente extraíndo, usando e descartando Coisas. Portanto, a totalidade do impacto ambiental adverso continua a aumentar, apesar da implantação de

tecnologias mais eficazes” (LEONARD, 2011, p. 15).

Além do desenvolvimento de tecnologias mais eficientes, têm se pesquisado também formas de reduzir os danos ambientais através de inovações tecnológicas. Um exemplo são as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de se desenvolver métodos tecnológicos para o sequestro de carbono na atmosfera. Tais pesquisas parecem absurdas sabendo que as florestas fazem isto naturalmente, além de trazerem outros benefícios. As árvores desempenham diversas funções em nosso planeta. Além da capacidade de transformar o dióxido de carbono em oxigênio, processo denominado sequestro de carbono, elas também contribuem, por exemplo, para a infiltração da água no solo, coletam e filtram água doce, tendo papel fundamental no ciclo hidrológico do planeta.

Ainda que o aprimoramento das tecnologias e a invenção de tecnologias verdes sejam importantes, não reside só neste aspecto a solução para o conjunto de problemas relacionados aos danos ambientais. Segundo Leonard, o impacto produzido coletivamente pela humanidade no planeta é resultado da combinação entre o quantitativo populacional, os tipos de tecnologias utilizadas e a quantidade de consumo. Esta afirmação pode ser expressa pela seguinte equação: $I=PAT$, onde I= impacto; P= população; A=afluência ou consumo; e T=tecnologia usada. Através desta equação é possível demonstrar que iniciativas que visam apenas a redução da população ou aperfeiçoamento de tecnologias podem não ser suficientes, pois o crescimento do consumo aumentaria o impacto. Já em um cenário com redução do consumo, ainda que haja algum aumento populacional, o índice de impacto poderá ser reduzido.

Annie Leonard propõe que ao se analisar o processo histórico de transformação dos modos de produção, pode-se destacar dois momentos de virada neste percurso: a mudança da tração animal como fonte de energia para o motor a vapor a partir dos séculos XIX e a substituição de componentes naturais por elementos petroquímicos sintéticos no início do século XX. A substituição da força animal pelas máquinas a vapor, ocorrido a partir da Revolução Industrial, teve como consequência uma expansão da capacidade produtiva e também das necessidades de recursos naturais. A segunda mudança se deu a partir do desenvolvimento

científico, na qual se criaram novos compostos químicos aumentando a quantidade e toxicidade dos recursos utilizados.

Leonard afirma que após a Revolução Industrial, os avanços tecnológicos e o aumento progressivo da produtividade fizeram com que as nações industrializadas tivessem que escolher entre dois caminhos: manter o mesmo nível de produção e diminuir a jornada de trabalho, ou manter a jornada e produzir mais. Os Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, optaram pela segundo caminho. Possivelmente pautados pela ideia de que a economia precisa estar em constante expansão para que se produza riqueza. Já os países da Europa se inclinaram para a primeira opção, priorizando o trabalhador, sua saúde e bem-estar.

A autora critica a visão hegemônica entre os economistas na qual a prosperidade de um país é medida pela capacidade de crescimento de sua economia. Tal visão ignora os aspectos ambientais desta equação. Assim ela levanta um problema: “O que acontece quando um subsistema (no caso, o econômico) segue crescendo dentro de outro com tamanho fixo? Ele bate no teto. A economia em expansão vai de encontro aos limites da capacidade planetária de sustentar a vida” (LEONARD, 2011, p. 13).

A ideia de crescimento econômico pressupõe uma expansão das atividades da indústria, comércio, serviço e consumo. Do ponto de vista ambiental, crescimento econômico representa expansão das atividades de extração de recursos naturais, de produção e de geração de lixo. “Uma grande parte do problema é que o sistema econômico dominante valoriza o crescimento como um objetivo em si mesmo” (LEONARD, 2011, p. 17). Por isso se usa o PIB como medida de desenvolvimento de um país. Contudo, o PIB apenas considera o valor de bens e serviços produzidos a cada ano, não contabilizando custos ecológicos e sociais, estes são entendidos como externalidades do ponto vista econômico. Ainda que o PIB de um país cresça isto não significa bem-estar e qualidade de vida para sua população. Assim, cabe questionar a validade do PIB enquanto uma medida eficaz para o desenvolvimento de um país.

Segundo Leonard, a quantidade de CO₂ emitido hoje para a atmosfera já é quase seis vezes superior à quantidade que precisa ser reduzida até 2050. Em 2008, foi publicado o relatório “*The Economics of Ecosystems and Biodiversity*”, que

apresentou uma estimativa do prejuízo econômico resultante do desmatamento. Segundo o estudo, este custo é maior que o prejuízo provocado pela crise de 2008. O mais grave é que o desmatamento não é um fato isolado, mas contínuo. A perda de biodiversidade gera um custo anual entre 2 e 5 trilhões de dólares.

2.3 A FALÁCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste subcapítulo pretendo apresentar como se originou o discurso em defesa da “sustentabilidade ambiental”, que benefícios esta ideia poderia proporcionar e o que está por trás desta ideologia.

No século XX, surgiram as primeiras iniciativas de remediar os danos ambientais provocados pela crescente industrialização do mundo. Nesse contexto, foi realizada a Conferência de Estocolmo em 1972 e, anos mais tarde, a Rio 92. Foi neste período que o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi criado e disseminado. Contudo, notou-se que a sociedade de consumo consolidou ainda mais suas características, e o consumismo continuou avançando. O Desenvolvimento Sustentável tem sido apontado por alguns autores como mais uma forma de justificar o crescimento econômico, ao invés de ser uma real solução para os problemas ambientais (MENDONÇA, 2015; VASCONCELLOS, 2007).

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu no início da década de 1970. Tal conceito emergiu em um contexto onde o debate crescimento econômico X meio ambiente encontrava-se em ebulição. Um dos motivos para a efervescência de tal discussão foi a publicação do relatório “Limites para o crescimento” em 1972. Sob encomenda do Clube de Roma, o estudo apontava a iminência de um colapso ambiental decorrente do alto nível de produção, consumo e crescimento populacional, que inviabilizaria a capacidade do meio ambiente em recompor seus recursos naturais. Como solução propunha uma redução no desenvolvimento econômico com crescimento zero.

O relatório produziu um impacto significativo no debate ambiental, impulsionando e servindo de base para as discussões realizadas em ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo em 1972.

Em 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) pela Assembleia Geral da ONU, presidida pela primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. O documento resultante deste encontro, publicado em 1987, "Nosso Futuro Comum" definiu Desenvolvimento Sustentável como: "(...) o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades."³. Esta definição estabelecida pelo relatório da ONU serviu como parâmetro norteador para políticas e práticas relativos ao desenvolvimento sustentável. A partir de então, o conceito de sustentabilidade foi se estabelecendo como um novo modelo de desenvolvimento. O foco principal centrou-se nas questões ambientais, mas constitui-se também entre seus objetivos englobar questões econômicas, sociais, políticas e éticas.

Conforme já mencionado, inicialmente o discurso ambiental era pautado na ideia de que o crescimento populacional dos países emergentes seria o principal fator para os problemas ambientais. Com o tempo, os países em desenvolvimento aliados a ONGs ambientalistas, conseguiram pressionar os países industrializados para que assumissem a responsabilidade pelos impactos ambientais provocados através de seu modo de produção. Ainda que tal conquista representasse um importante avanço na luta ambiental, continuou deixando de tocar na questão dos níveis de consumo. O foco do discurso hegemônico voltou-se para questões técnicas e tecnológicas do modo de produção, ignorando a discussão em torno do estilo de vida e do padrão de consumo das sociedades afluentes.

Dentro deste fundamento, de que a solução residia em avanços tecnológicos, os impactos ambientais se inseriram na lógica de mercado, passando a ser vistos como prejuízo e o investimento em práticas ecologicamente corretas foram incorporadas por serem formas de se economizar recursos, sendo criados, inclusive, instrumentos de autoregulação como a ISO 14.000, Protocolo verde⁴ e o mercado de crédito de carbono.

³ <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>

⁴ Carta de intenções assinada por bancos brasileiros com o objetivo de privilegiar financiamento a ações que tenham responsabilidade ambiental.

O relatório Brundtland atribuiu a pobreza como causa para muitos problemas ambientais, por isso chegou a propor o aumento do consumo e da industrialização dos países em desenvolvimento. Acelerar o crescimento econômico através de processos compatíveis com a proteção ambiental seria uma forma de diminuir a desigualdade social e de reduzir os impactos ambientais. “Dessa forma, o relatório da ONU enfatiza claramente a chamada ‘poluição da pobreza’, omitindo ou aliviando a ‘poluição da riqueza’” (PORTILHO, 2010, p. 49).

Este discurso, que privilegiava os interesses econômicos das nações industrializadas, só começou a ser revisto a partir da Rio 92, evento que representou o ápice das discussões ambientalistas. A partir de então começou-se a ampliar e propor reflexões mais críticas em relação às questões ambientais. Os países em desenvolvimento buscavam responsabilizar o estilo de vida das sociedades afluentes como a maior causa para a crise ambiental. Ainda que os países ricos tivessem continuado insistindo nos argumentos voltados para o crescimento demográfico e do design tecnológico, as discussões e os documentos produzidos na conferência indicaram a relevância dos estilos de vida no debate em torno da crise ambiental.

Entrou na pauta de discussão as questões em torno do modelo de desenvolvimento, ficando evidente que era necessário equilibrá-lo com a preservação ambiental. É neste contexto que se dissemina a defesa do modelo de desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável firmou-se e legitimou-se com a Rio 92. Diante dos inúmeros conflitos de interesse que giravam em torno das discussões ambientais, o desenvolvimento sustentável contribuiu para unir aqueles que tinham visões opostas. Foi uma aliança entre aqueles que desejavam garantir o crescimento econômico e aqueles que se preocupavam com a conservação ambiental. E esta ideia passou a ser vendida como a solução para a crise ambiental.

Segundo Vasconcellos, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como uma tentativa do próprio sistema capitalista de alterar as “regras do jogo”, por isso seria outorgado inclusive por entidades como FMI - fundo monetário internacional e o Banco Mundial.

Vasconcellos apresenta uma interpretação para esta conciliação de interesses

viabilizada na construção ideológica do desenvolvimento sustentável. Segundo o autor, com o fim da guerra fria e a queda da união soviética, ocorre um deslocamento entre os segmentos de esquerda pelo mundo. A questão ambiental entra em cena. Esta “nova esquerda” ao mesmo tempo em que se descompromete de alguns princípios marxistas, notadamente em relação ao papel do Estado, incorpora a luta ecológica em seu projeto de ação. E assim, passa a propor um modelo de desenvolvimento que incorporasse tal viés.

Nesse contexto, grande parte da esquerda revolucionária ao adotar, no cenário internacional, a luta por uma utopia reformista do desenvolvimento mundial, sem continuar confrontando diretamente a burguesia capitalista internacional, acabou por estabelecer uma aliança tácita com o poder econômico transnacional (VASCONCELLOS, 2007, p. 110).

Esta aliança entre segmentos da esquerda e órgãos financeiros internacionais vai aos poucos conduzindo a uma institucionalização de programas dirigidos por entidades não governamentais. Estes projetos passam a ser financiados por bancos internacionais e muitas vezes pelos próprios Estados.

A cooptação de setores sociais ideologizados, formadores de opinião, ligados a partidos políticos de esquerda e, antes, potencialmente revolucionários tem, como consequência, a legitimação de uma ideologia do Estado mínimo ou esse Estado "eficiente", denominação que hoje o próprio Banco Mundial assume, perante a sociedade internacional e a própria intelectualidade de esquerda (VASCONCELLOS, 2007, p. 111).

Desse modo, ocorreu um deslocamento da nova esquerda para o terceiro setor. A busca por uma atuação mais direta na solução de crises acabou resultando numa redução do papel do Estado nas políticas sociais.

A associação de desenvolvimento sustentável com ecologia e ambientalismo resultou numa centralização quase exclusiva para as questões ambientais, deslocando-as dos processos produtivos que as geraram. O referencial trabalho/produção ficou em segundo plano. E o papel do modo de organização dos processos produtivos, dos modelos de desenvolvimento e dos padrões de vida foi minimizado na idealização do conceito de desenvolvimento sustentável.

O discurso do desenvolvimento sustentável esvazia conteúdos ideológicos historicamente consolidados, caso da luta de classes e da relação capital-trabalho. Esvazia, também, o papel do Estado na condução soberana das políticas públicas. Esvazia a contradição da relação desenvolvimento econômico-desenvolvimento produtivo, do modo como hoje se pratica pelos países capitalistas centrais, naquilo que pode ser um mito: a capacidade do desenvolvimento econômico se transferir ao mundo subdesenvolvido globalmente (Furtado, 1974 apud VASCONCELLOS, 2007, p. 103).

O desenvolvimento sustentável tem se mostrado um campo excessivamente interdisciplinar composto por diversas teorias e linhas de pensamento. Tal ambiente confuso tem tornado sua aplicação difícil de ser implementada. Mesmo assim, com o tempo a ideia de desenvolvimento sustentável se disseminou e tornou-se acolhido pela população, pelos governos e também por grande parte da comunidade acadêmica e científica. A apropriação deste conceito tem levado inclusive a um constrangimento daqueles que se posicionam criticamente, pois colocar-se contra esta política seria como colocar-se contra o bem-estar da vida no planeta. “Desviou-se o foco essencial da discussão, em que se retira do debate midiático o modelo de desenvolvimento como questão de fundo, ao considerá-lo como fato consumado (VASCONCELLOS, 2007, p. 134).

Assim, a discussão em torno do modelo de desenvolvimento, do modo de produção, acumulação e consumo foi negligenciada. O desenvolvimento sustentável pode ser entendido como uma solução dentro da lógica do capital. Nesse sentido, ainda que possa produzir alguns benefícios ambientais, não abre espaço para se denunciar as injustiças causadas pelo sistema capitalista, perpetuando os valores antropocêntricos e uma conduta instrumentalizadora com o meio ambiente e animais não-humanos.

2.4 ANTROPOCENTRISMO

A visão antropocêntrica do mundo está presente desde muito cedo na história da humanidade. As religiões e os filósofos clássicos contribuíram para justificar e legitimar a perspectiva de que o mundo foi criado para o homem, onde o meio ambiente e os outros animais existem para servi-lo. “A natureza não fez nada em vão,

disse Aristóteles, e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados” (THOMAS, 1988, p. 21-22).

No período moderno, valorizava-se o domínio do homem sobre o mundo natural. A maior parte dos cientistas desse período fundamentava o uso de animais e a exploração da natureza não só como algo necessário para o avanço da ciência, mas também como o propósito da própria natureza. Apoiava-se ainda nos argumentos cristãos: Deus teria criado a natureza para servir ao homem. E o homem que a explora não faz mais do que seu dever enquanto fiel a Deus.

O antropocentrismo durante muito tempo foi uma visão tão relevante e disseminada que se chegou a acreditar não só que a Terra existia para o homem, como também, que a Terra seria o centro do universo. A descoberta do sistema solar e de que a Terra orbita em torno do sol, e não o contrário, contribuiu para se começar a desconstruir essa ideia de centralidade do homem.

Com o desenvolvimento da ciência descobriu-se que o universo é infinito e que a Terra é apenas um dos muitos planetas que o compõem. Evidências, como a teoria da evolução das espécies de Darwin, comprovaram ainda que a natureza e os animais não existem para servir ao homem. Assim, a ciência provou que o antropocentrismo não é uma verdade irrefutável, que ele é sim, uma premissa.

O desmatamento se justificou moralmente durante muito tempo pelo valor que se atribuía ao meio ambiente. Segundo Thomas (1988), a selva quase sempre foi associada a algo hostil, bárbaro, rude, incivilizado. Seria, portanto, lar de animais e não de humanos. A cidade, por outro lado, era vista como sinal de progresso, de sofisticação. Por isso a tendência de deslocamento da floresta para o campo, e do campo para as cidades. As transformações da paisagem natural através da exploração agrícola “não eram apenas economicamente desejáveis; constituíam imperativos morais” (THOMAS, 1988, p. 302).

Aos poucos, a paisagem natural foi se tornando homogênea e ordenada pela ação humana. “A prática de plantar cereais ou vegetais em linhas retas não era apenas um modo eficiente de aproveitar espaços escassos; também representava um meio agradável de impor a ordem humana ao mundo natural desordenado”

(THOMAS, 1988, p. 304).

Pode-se notar, portanto, que a ideia de beleza estava bastante associada à questão da produtividade. Tanto mais bela seria uma paisagem rural quanto mais produtiva fosse sua colheita. A natureza intacta por ser improdutiva e por não ter interferência humana era encarada como feia.

A partir do século XVIII, no entanto, emerge na Inglaterra um sentimento de admiração pela natureza, provavelmente como uma reação à urbanização e industrialização excessiva do período moderno e também, possivelmente, por influência do romantismo. Thomas salienta, contudo, que os motivos principais das ações de reflorestamento estão ligados a questões econômicas. Era necessário utilizar a madeira para a produção. Na alta Idade Média, defendeu-se também a conservação das florestas para que os habitats dos animais de caça fossem preservados. Nota-se, assim, que os argumentos pela preservação ambiental quase sempre estiveram ligados a uma visão instrumentalizadora do meio ambiente. Além das razões econômicas, foi comum também a defesa da preservação de matas por questões estéticas, na qual as árvores tinham importante relevância no cenário arquitetônico.

Como foi dito, a construção de uma moralidade centrada na perspectiva antropocêntrica se fundamentou tanto na bíblia quanto na filosofia clássica. Mas conforme Thomas analisa, o que tem motivado uma exploração predatória do meio ambiente não são os valores morais dos indivíduos, mas sim o valor comercial dos recursos naturais.

Na década de 1680, o dissidente inglês Thomas Tryon também comparava as exigências moderadas que os índios norte-americanos faziam à natureza com a apropriação implacavelmente manipulatória dos invasores europeus. Mas ele reconhecia que foram os novos incentivos comerciais que fizeram a diferença: foi menos a substituição do animismo pagão pelo cristianismo que a pressão do comércio internacional de peles o que levou à caça predatória e a uma destruição sem precedentes da vida selvagem canadense. Como notaria Karl Marx, não foi sua religião, mas o surgimento da propriedade privada e da economia monetária, o que conduziu os cristãos a explorar o mundo natural de uma forma que os judeus nunca fizeram; foi aquilo que ele chamou 'a grande influência civilizadora do capital' que, finalmente, pôs fim à 'deificação da natureza' (THOMAS, 1988, p. 29).

Segundo o filósofo Peter Singer (2002), na perspectiva da tradição ocidental hegemônica, o meio ambiente não possui valor intrínseco. Sendo assim, a destruição da natureza e dos animais não se constitui como pecado. Tal ação apenas seria moralmente condenável caso provocasse algum dano aos seres humanos.

Ainda que seja predominante, a concepção antropocêntrica não se encontra desacompanhada no universo de perspectivas morais. Diversos pensadores e filósofos vêm propondo concepções mais inclusivas, nas quais os animais não-humanos e até o meio ambiente passaram a ser compreendidos como objetos de consideração moral. No último capítulo deste trabalho será analisada uma dessas perspectivas, a teoria dos funcionamentos.

Singer pondera, contudo, que a tradição de viés antropocêntrico não necessariamente impõe uma conduta de destruição ambiental. A partir do entendimento de que o bem-estar humano depende do cuidado com o meio ambiente, esta ética centrada no homem pode valorizar a preservação da natureza. O modelo de desenvolvimento sustentável é um exemplo de perspectiva antropocêntrica que incorporou a preocupação ambiental.

Como vimos, os estilos de vida e o comportamento consumista estão amparados em uma concepção de mundo antropocêntrica. Ainda que os consumidores sejam vítimas de uma tal alienação que os limita a entender as relações entre consumo e meio ambiente, o antropocentrismo se encontra subjacente em toda a nossa forma de vida. Ele está presente, por exemplo, em uma parte importante de nosso cotidiano: nas refeições, quando nos alimentamos de animais não-humanos ou de alimentos produzidos através da agricultura empresarial, que desmata para plantar e envenena o solo e as águas com agrotóxicos para produzir em larga escala.

Mesmo amparadas em uma perspectiva antropocêntrica, algumas alternativas e propostas de remediação ambiental, através do consumo, começaram a ser sugeridas. No próximo capítulo apresentarei algumas dessas propostas. Também discutirei as possibilidades e limitações da compreensão do consumo enquanto espaço de ação política.

3 AMBIENTALIZAÇÃO DO CONSUMO

Conforme vimos no primeiro capítulo, associado à expansão da Sociedade de Consumo e ao desenvolvimento da Revolução Industrial acompanhou-se uma crescente degradação ambiental. Mesmo assim, o foco da discussão ambientalista apenas voltou-se para os impactos do consumo a partir da Rio 92. Desde então, a ideia de que os estilos de vida tinham também seu papel na crise ambiental ganhou relevo. Fátima Portilho (2010) afirma que se passou a pleitear uma corresponsabilidade entre os diversos agentes envolvidos na degradação ambiental, fossem individuais ou coletivos.

Ações relacionadas às práticas de consumo passaram a figurar no cenário de lutas sociais e na busca por uma sociedade sustentável. Passou-se a defender no debate ambiental que as escolhas individuais também produzem impactos e são igualmente responsáveis pelos danos ambientais. Assim, diversas correntes no discurso ambientalista, advogando que o consumismo leva a escassez dos recursos naturais, passaram a transmitir algumas propostas de estratégias e novas relações como o consumo.

Encontra-se na literatura diferentes termos para designar o engajamento de indivíduos no campo do consumo ou a adoção de práticas de consumo que reflitam os valores e posicionamentos políticos de seus adeptos. Termos como consumo ético, responsável, consciente, apresentam significações que se mesclam e se confundem entre si. A seguir vamos discutir os conceitos de “consumo verde” e de “consumo sustentável”, conforme analisado por Portilho (2010). Tais propostas aparentemente semelhantes, parecem divergir quanto aos impactos que podem resultar.

3.1 CONSUMO VERDE

Conforme foi apresentado no capítulo anterior, o deslocamento discursivo da problemática ambiental ocorrido a partir da Rio 92, introduziu o estilo de vida e os padrões de consumo no foco das preocupações ambientais.

Assim, com as discussões sobre consumo entrando em cena, o debate ambiental passou a priorizar outras demandas. Neste contexto, consumo verde enquanto conceito ganhou espaço. Segundo Portilho (2010), três fatores foram fundamentais para sua emergência: o surgimento do ambientalismo público, a partir dos anos 1970; a introdução de políticas ambientais no segmento empresarial, a partir de 1980; e, a partir da década de 1990, o destaque aos aspectos ambientais do estilo de vida e padrões de consumo. Assim, passou-se a atribuir papel de responsabilidade aos consumidores.

O conceito de consumidor verde busca transmitir a ideia de que tais consumidores valorizam não só os aspectos de qualidade e preço mas também o aspecto ambiental. Escolhem produtos que produzem baixo ou nenhum impacto ambiental. Assim, o consumidor verde pode ser entendido como um indivíduo que através das suas escolhas de compra busca exercer pressão sobre o sistema de produção, forçando as empresas a alterarem os seus métodos produtivos de modo a atenderem exigências ambientais e sociais.

Com base nestas informações, podemos interpretar que a defesa por um consumo verde se fundamenta em pelo menos três pressupostos: 1) os consumidores detêm acesso às informações necessárias sobre os métodos produtivos e sobre os impactos negativos da produção industrial; 2) Munidos destas informações, os indivíduos consumidores têm a obrigação de optar por adquirir produtos ecológicos; 3) o mercado, atento aos interesses dos clientes, deve oferecer produtos ecológicos.

Proponho a seguir uma análise de cada um dos pressupostos apontados acima. Com relação à primeira afirmação, é possível indagar se estaria o consumidor devidamente esclarecido quanto aos impactos dos produtos que adquire. Se o detentor de tais informações são os próprios fabricantes, é possível confiar que tais informações sejam de fato divulgadas? Ainda que existam informações disponíveis, os consumidores não estariam sujeitos à manipulação e ludibriação por parte das empresas? Há de fato possibilidade dos consumidores se conscientizarem quanto aos impactos ambientais do consumo e teriam eles real liberdade de escolha?

Tal responsabilização parece injusta pois os consumidores teriam que ter acesso a uma quantidade muito grande de informação. No processo de escolha de

compras eles deveriam saber quais empresas usam métodos produtivos ambientalmente corretos, e ainda quais métodos são corretos e quais não são. Além disso, a partir desta perspectiva, ignora-se as estratégias de manipulação das empresas, tais como o marketing e a obsolescência programada.

Desse modo, constata-se um conjunto de assimetrias entre as grandes corporações e sua arquitetura mercantil (escritórios de advocacia, empresas de cobranças e relações públicas) de um lado e o consumidor final de outro, destituído de tempo e de recursos para fazer face ao poderio das empresas (SILVA; ARAÚJO; SANTOS, 2012, p. 101).

Quanto ao segundo ponto, infere-se a partir do conceito de consumo verde que a consciência ambiental dependeria do nível de informação a que os consumidores estão submetidos. Isto é, se estiverem bem informados sobre os impactos ambientais de determinados produtos supõem-se que adotarão um tipo de comportamento “pró-meio ambiente”. Contudo, segundo Portilho, verificou-se que não seria necessariamente a falta de informação que levaria a uma prática negligente com a questão ambiental.

Amaury Freitas (2011) pondera se o fato dos consumidores terem acesso a informações sobre o processo produtivo seria suficiente para levá-los a adotar novos hábitos de consumo. “O cidadão comum, dotado de tais informações, estaria tecnicamente tão habilitado quanto o Estado para desempenhar mais esta atividade de regulação que lhe foi “terceirizada”?” (FREITAS, 2011, p. 101).

Para Portilho a proposta de consumo verde é bastante problemática pois as mudanças individuais só teriam potencial de transformar o mercado caso a preocupação ética com o meio ambiente fosse amplamente disseminada na sociedade. “Porém, como as preocupações ambientais não são universais, nem consensuais, nem amplamente partilhadas, esta solução acaba ficando às custas justamente daqueles que mais se preocupam com o meio ambiente” (PORTILHO, 2010, p. 130).

Com relação ao terceiro ponto, passou-se a preconizar que a resposta para a crise ambiental estaria no desenvolvimento de novas tecnologias e *designs*. Termos como modernização ecológica, design ecoeficiente ou ecologia industrial, passaram a

figurar no discurso ambientalista. Esta perspectiva parece nos tentar convencer de que é possível reverter a crise ambiental sob a lógica do capital.

O consumo verde, portanto, tende a indicar que a crise ambiental pode ser resolvida com avanços tecnológicos deixando de problematizar as questões da produção, distribuição e da cultura do consumo. O consumo verde poderia acarretar também na elitização de produtos, que somente poderiam ser adquiridos por uma pequena parcela da sociedade.

Logo ficou claro que consumo verde não daria conta de resolver a complexidade dos aspectos ambientais produzidos pela industrialização e pela sociedade de consumo. Ele se foca prioritariamente nas questões técnicas da produção e na transferência de produtos impactantes para não impactantes e não na cultura do consumo em si. Por isso promove uma transferência da responsabilidade das empresas e do Estado para o consumidor.

Segundo Freitas, ao se delegar aos consumidores o controle sobre o mercado, deixou-se em segundo plano a discussão em torno da desigualdade de acesso aos bens de consumo e sobre a necessidade se repensar os padrões de consumo. Assim, a discussão sobre a necessidade de se reduzir o consumo e sobre as implicações éticas do consumismo sequer foi insinuada.

O consumo verde enquanto estratégia, parece muito limitado, pois coloca muito peso em apenas um segmento do sistema: os consumidores. A ideia por trás deste conceito é que os consumidores seriam capazes de resolver as falhas do mercado, o que seria uma espécie de autorregulação do mercado. Assim, tanto o governo quanto as empresas estimulariam a responsabilidade individual dos consumidores, o que possivelmente acarretaria numa redução de suas próprias responsabilidades ambientais. Contudo, segundo Portilho ainda não se sabe se o consumidor verde tem a capacidade de influenciar as empresas de modo a alterarem seus métodos produtivos e adotarem políticas ambientais.

Assim, o poder de influência do consumidor verde começou a ser questionado, já que a sua escolha se limitou a optar por marcas ecológicas em detrimento das poluentes, e não por reduzir ou abolir o consumo. "A possibilidade de escolha, desta forma, acabou se resumindo na escolha entre diferentes marcas e não entre

consumismo e não-consumismo" (PORTILHO, 2010, p. 116). Ao ignorar as implicações do consumismo, o consumidor verde pode indiretamente provocar um impacto ambiental tão alto quanto outros consumidores. Ainda que escolham empresas com uma preocupação ambiental, se consumirem em grande quantidade ainda estarão exercendo grande pressão sob os recursos naturais da Terra.

Paradoxalmente, enquanto os paradigmas vigentes nas sociedades industrializadas de consumo eram apontados como a causa primeira da problemática ambiental, o consumo verde, ao contrário de promover um enfrentamento, atenderia à continuidade dos privilégios das sociedades afluentes, dando continuidade à sacralização da Sociedade de Consumo e favorecendo a expansão do capitalismo predatório. Isso tudo leva a crer que bastariam algumas, comparativamente, pequenas mudanças e tudo estaria bem (PORTILHO, 2010, p. 119).

As incoerências do consumo verde fizeram com que esta estratégia começasse a ser criticada, dando lugar à concepção de consumo sustentável. A partir de então o cerne da discussão deixou de girar em torno da tecnologia empregada (qualidade) mas no nível do consumo (quantidade).

3.2 CONSUMO SUSTENTÁVEL

O termo “consumo sustentável”, conforme Portilho declara, parece ter surgido como consequência das críticas a ideia de “consumo verde”. “Meio ambiente deixou de ser relacionado apenas a uma questão de *como* usamos os recursos (os padrões), para incluir também uma preocupação com o *quanto* usamos (os níveis), tornando-se uma questão de acesso, distribuição e justiça” (PORTILHO, 2010, p. 133).

Assim, enquanto proposta, inicialmente o consumo sustentável orientaria novas políticas públicas no campo do consumo, passando-se a considerar o impacto da desigualdade na distribuição dos recursos naturais. Não se limitaria, portanto, a ações individuais ou ao desenvolvimento de novos produtos e serviços. Neste sentido questões sobre desigualdade de acesso e justiça distributiva entrariam em pauta nas discussões ambientais. No consumo sustentável não bastaria uma mudança no comportamento individual do consumidor, embora ele ainda tivesse um papel importante.

A proposta pelo consumo sustentável pretendia valorizar as ações coletivas e as mudanças e inovações políticas e institucionais. Assim, as políticas públicas teriam um papel central neste novo projeto.

Contudo, ainda que em teoria o consumo sustentável buscasse se diferenciar do consumo verde, Portilho afirma que as estratégias políticas pelo consumo sustentável acabaram por privilegiar os aspectos econômicos e tecnológicos, da mesma forma que a proposta pelo consumo verde. Como exemplo, Portilho cita o emprego de técnicas e recursos da economia, engenharia, design, além de ações centradas em campanhas informativas aos consumidores.

Assim, o consumo sustentável na prática acabou advogando por mudanças nos padrões e não nos níveis de consumo. O foco das políticas ambientais voltaram-se mais ao enfrentamento dos efeitos danosos do consumismo, com o objetivo de corrigir o sistema, do que na sua contestação e transformação, ou seja, privilegiando as consequências ao invés das causas.

O discurso internacional sobre consumo sustentável acabou priorizando uma redução relativa no consumo de determinadas matérias-primas e de energia e não uma mudança nos processos de produção, distribuição e consumo. Assim, a redução na quantidade de matéria-prima utilizada na produção de alguns bens de consumo duráveis não é traduzida em redução real e global do uso dessas matérias-primas. (...) Sem dar maiores atenções à desigualdade do nível de consumo (...) a maioria das propostas buscou estratégias que permitem que o nível de consumo continue o mesmo (PORTILHO, 2010, p. 145-146).

A respeito dos impactos ambientais da desigualdade social, Portilho menciona uma pesquisa realizada por Seroa da Mota (2002) onde ele buscou investigar se uma mudança na distribuição de renda alteraria os níveis de impacto ambiental. O pesquisador analisou dois cenários, o primeiro seria o cenário progressivo, onde haveria uma transferência de riqueza dos ricos para os pobres e o segundo cenário seria o regressivo, como uma situação oposta, transferência dos pobres para os ricos. O autor concluiu que no segundo cenário, ou seja, no de maior concentração de renda (na transferência regressiva) haveria um crescimento da degradação ambiental.

Já no primeiro cenário, de maior distribuição de renda, haveria uma diminuição na destruição ambiental.

Portilho conclui então que “ao contrário de transferir a responsabilidade exclusivamente para os consumidores individuais, ou se limitar a ajustes econômicos e mudanças tecnológicas de produtos e serviços, o debate sobre os padrões de consumo precisa ser ampliado para incluir o processo de formulação e implementação de políticas públicas” (PORTILHO, 2010, p. 156). Ela ressalta que a atuação do Estado tem priorizado a regulação nas atividades de produção enquanto que tem havido poucas políticas públicas de promoção do consumo sustentável.

Mas como o governo poderia interferir nos hábitos de consumo? Embora seja uma prática vista com certa desconfiança, principalmente em países de inspiração liberal, Portilho afirma que as práticas de regulação econômica no âmbito do consumo já são realizadas comumente, para se buscar o controle da inflação, por exemplo, ou do desemprego e do comércio internacional.

Portilho em sua argumentação parece concluir que o discurso em torno do consumo sustentável pouco o tem diferenciado do discurso pelo consumo verde.

No entanto, Goodman e Goodman (2001) distinguem uma segunda versão do consumo sustentável, chamada por eles de ‘progressista’ e relacionada a uma outra forma de teorização sobre a sociedade capitalista. Mais do que a ‘totalidade das relações de troca’, esta segunda premissa considera que a racionalidade instrumental da economia capitalista não é universal nem regular. Formas alternativas de organização social podem coexistir e mesmo desenvolver-se paralelamente à economia capitalista. Ou seja, a economia capitalista é estruturalmente ‘casada’ com outros sistemas, com suas lógicas operacionais ou racionalidades próprias, formadas por várias relações sociais, identidades, interesses e valores que não estão, necessariamente, ancorados no mesmo sistema. Esta perspectiva é comumente encontrada em várias proposições sobre consumo sustentável que não limitam seus projetos e imaginários sociais pela camisa-de-força dos critérios capitalistas de comportamento racional e lucratividade. Neste sentido, consumo sustentável pode ser concebido como um projeto alternativo, que pode coexistir com a economia capitalista e, até mesmo, se expandir além da mesma e da versão universalista e reducionista que enfatiza apenas mudanças tecnológicas e comportamentais. Em resumo, a noção de consumo sustentável pode englobar grupos sociais e organizações formais que não seguem os mesmo preceitos racionais e que buscam refletir sobre a racionalidade, os valores e objetivos das relações sociais e da relação sociedade-natureza. As práticas de consumo sustentável, ligadas a formas organizacionais e éticas inteiramente diferentes, poderiam coexistir ou mesmo resistir ao modelo capitalista. Neste sentido, consumo sustentável envolveria o crescimento de

novas redes e relações entre produtores e consumidores que compartilham valores semelhantes (PORTILHO, 2010, p. 159-160).

2.3 CONSUMO E CIDADANIA

Segundo Fátima Portilho, os estudos relativos à Sociedade de Consumo têm trabalhado com três abordagens distintas.

A primeira perspectiva, associada aos autores marxistas, compreende a Sociedade de Consumo inserida no contexto capitalista e orientada pelo lucro na qual ela seria dependente da expansão do capitalismo industrial. Neste sentido, ela perpetuaria a divisão de classe, a produção em larga escala e exploração da força de trabalho. O consumo aqui é compreendido como o oposto da produção.

Nesta perspectiva, desenvolvida pela Escola de Frankfurt, o consumidor é compreendido como alienado, passivo, vítima de manipulação ideológica. Segundo esta teoria, são as empresas que influenciam e determinam o consumo. Os consumidores não possuem poder já que o seu consumo não seria determinado por suas próprias escolhas, mas pelo interesse das indústrias. Como a atividade de consumo é a esfera possível de atuação em questões públicas, os cidadãos são encarados como consumidores. “Em lugar do cidadão forma-se um consumidor, que aceita ser chamado de cliente e usuário e aceita ser cobrado por uma espécie de ‘obrigação moral e cívica de consumir’” (PORTILHO, 2010, p. 184).

A segunda abordagem, conforme Portilho esclarece, vê o consumidor em um sentido oposto à visão marxista, ou seja, como um ator social capaz de exercer sua liberdade de escolha. A Sociedade de Consumo é encarada como uma sociedade racional e profícua, construída por consumidores. Nesta perspectiva, associada aos teóricos da Economia Clássica e estudos de marketing, o consumidor não é percebido como um sujeito alienado, mas sim engajado. Apesar de serem abordagens radicalmente opostas, ambas se referem à sociedade capitalista moderna.

Em uma visão oposta àquela desenvolvida pela Escola de Frankfurt, esta perspectiva vê o consumo “como uma atividade com suas próprias práticas, ritmos, significados e determinações” (PORTILHO, 2010, p. 178).

Para Portilho, esta perspectiva também é problemática pois encara os consumidores como indivíduos autônomos, livres, capazes de realizar escolhas racionais, sem se influenciarem pelas relações de poder.

A terceira abordagem é também a mais recente, inserida no contexto do “hipercapitalismo” ou capitalismo pós-industrial, na qual não se comercializa apenas bens materiais, mas principalmente, “bens intangíveis”. Esta perspectiva ligada aos Estudos Culturais e às teorias pós-modernas, “vê a Sociedade de Consumo como uma sociedade simbólica e de sinais e significados, enfatizando a construção e fortalecimento das identidades individuais e sociais através da aquisição e uso de bens” (PORTILHO, 2010, p. 104).

Diante desta pluralidade de visões, o consumidor pode ser compreendido tanto como vítima, ou seja, um sujeito alienado e manipulado, quanto como um agente soberano, racional, que detém poder de escolha e de transformação. Já a terceira abordagem utiliza em seu discurso conceitos de identidade, cidadania, ativismo, subjetividade.

Assim, Portilho afirma que os estudos do consumo têm interpretado a evolução da Sociedade de Consumo como geradora de duas consequências opostas, seja produzindo a ruína do político seja originando novas formas de atuação política.

Ao buscar analisar o potencial do exercício da cidadania e da participação política a partir de ações individuais e privadas, Portilho avalia se o consumidor poderia ser entendido como o “novo ator social” e se há uma relação entre o âmbito privado do consumidor e o domínio público do cidadão.

Diante do surgimento da discussão que relaciona consumo e meio ambiente, o consumidor passou a ser percebido como o novo ator social. Esta visão, que dialoga com a segunda abordagem apresentada anteriormente, responsabiliza o consumidor trazendo-o para o centro do debate ambiental. Diante desta perspectiva, ele seria capaz de promover mudanças nos métodos produtivos, já que através de suas escolhas de compra transformaria o sistema de produção.

Contudo, esta teoria tem sido contestada “pois favoreceria a apropriação privada dos bens naturais e o surgimento de mercados ‘verdes’ elitizados” (PORTILHO, 2010, p. 34). Conforme vimos anteriormente o discurso pelo consumo

verde incorporou esta visão, em que o consumidor é excessivamente responsabilizado pela crise ambiental. Com a inclusão do consumidor como corresponsável e o deslocamento da discussão ambiental da produção para o consumo, os consumidores passaram a ser percebidos como um dos mais responsáveis dentre todos os atores envolvidos neste processo. Esta visão despolitizaria a questão ambiental pois além de elitizar o consumo, a ação política estaria restrita ao âmbito privado.

Contudo, Portilho pondera ser possível haver novos meios de participação política.

Assim, o deslocamento das atenções e estratégias políticas para o campo do consumo pode trazer a possibilidade de 'ambientalização' e politização da esfera individual e cotidiana, aumentando a participação dos cidadãos comuns na questão ambiental e produzindo novas formas de fazer política e de existir enquanto sujeito político. Nesse sentido, teríamos a possibilidade de uma força política agregadora e emancipatória (PORTILHO, 2010, p. 34).

Quanto à possibilidade de haver uma relação entre o campo privado do consumidor e a esfera pública do cidadão, a visão de que o consumidor seria o novo ator social "parece se contrapor ao conceito de cidadania e o cidadão tem sido reduzido à condição de consumidor, já que consumir torna-se sinônimo de participar da esfera pública" (PORTILHO, 2010, p. 35). Contudo, o consumo pode ser entendido também como uma nova forma de atuação política. Tendo em vista a decadência da política tradicional, a descrença nas ações do Estado, dos partidos políticos e dos sindicatos, o consumo surge como um caminho de ação possível a todos os cidadãos. "Cabe perguntar se será possível combinar a luta política com as novas formas de exercício da cidadania a partir das lutas dos consumidores, promovendo uma nova força emancipatória" (PORTILHO, 2010, p. 35).

Retomando a análise proposta no primeiro capítulo, a revolução cultural que precedeu a revolução do consumo deu origem à individualidade romântica, consolidando o ideal da liberdade individual de escolha. Bauman (2000 apud PORTILHO, 2010), alerta que estas transformações, ao enfatizarem a liberdade e o individualismo, fizeram com que os consumidores tendessem a serem motivados por

causas autocentradas, ignorando as consequências para o meio ambiente e para outras populações. Por isso, segundo Portilho, é preciso ser cauteloso ao reduzir cidadania a ações de consumo, pois seu campo de atuação se torna limitado à esfera privada e individual dos consumidores.

Até mesmos os discursos dos políticos profissionais têm sido deslocados dos espaços públicos - próprios dos comícios - para os ambientes privados, de onde os assistimos (pelas telas da TV, computador, etc.). As polêmicas doutrinárias têm sido substituídas pelo dialógico confronto de imagens. Ao passo que a clássica forma de persuasão ideológica tem sido constantemente substituída pelas numerosas pesquisas de marketing. Diante disso, mesmo que estejamos sendo interpelados como cidadãos, somos diariamente provocados e convocados a exercer nossa cidadania como consumidores (SANTOS, 2010, p. 8).

Reforçando a análise de Portilho, Canclini (1996) apud Portilho (2010) avalia que o significado dos termos *Consumidores* e *Cidadãos* tem se modificado em função das transformações econômicas e culturais em torno das conformações de identidade. O consumo passou a incorporar questões da cidadania. Essas mudanças podem ser interpretadas como uma forma de despolitização dos cidadãos, mas podem também ser entendidas como uma ampliação das possibilidades de atuação da cidadania agregando o direito à apropriação de bens de consumo a outros direitos como de habitação, saúde, educação. O consumo de determinados bens vem conformando características de identidade individual, diferenciação e pertencimento.

O exercício da cidadania também tem se transformado por causa dos novos hábitos de consumo. Ao mesmo tempo em que há uma diminuição na participação política e uma desconfiança nas instituições públicas, outras formas de participação se fortalecem ou são até inventadas.

Portilho acredita ser desnecessária “a discussão sobre o consumidor ser ou não o ‘o ator social’ capaz de mudar a sociedade em direção a uma mais sustentável, uma vez que tal ‘ator singular portador da história’ não existe. Caberia, contudo, a análise dos limites e das possibilidades de que os consumidores possam constituir novos projetos, novas utopias e novas formas de luta política, embora se dedicando a uma tarefa mais modesta do que a superação do capitalismo ou da Sociedade de Consumo” (PORTILHO, 2010, p. 168).

Ainda que o campo do consumo esteja envolto em uma dicotomia e o consumidor sofra pressões opostas, “a atividade de consumo e o próprio papel do consumidor podem oferecer importantes possibilidades de constituição de sujeitos sociais ativos e de retorno do cidadão” (PORTILHO, 2010, p. 105).

Tal debate a respeito da dicotomia cidadão X consumidor ou público X privado pode levar a uma redefinição do conceito de cidadania. Sem descartar a vida privada como lugar possível de se realizar ações políticas, pode-se “pensar os direitos como linguagem política que articula práticas individuais e coletivas num espaço comum de pertencimento” (Telles, 1990 apud PORTILHO, 2005, p. 6).

Portilho propõe uma perspectiva em que o consumidor pode ser entendido como um ator social crítico. Ela busca desmistificar a ideia do consumidor como indivíduo inexoravelmente alienado e, no sentido oposto, como sendo guiados exclusivamente por seus valores e ideologias. Nem alienados, nem completamente autônomos, Portilho afirma ser possível haver consumidores-cidadãos.

Os consumidores, ao contrário do que é correntemente percebido, não são atores sociais privilegiados na mudança da sociedade em direção à sustentabilidade. Também não são vítimas passivas e manipuladas das forças dominantes de produção. Mas, se considerarmos que a mudança social não se dá apenas de forma radical e grandiosa, poderemos considerar o campo do consumo como uma necessária extensão das novas práticas políticas que surgem no centro da modernidade contemporânea (PORTILHO, 2010, p. 169).

Os consumidores-cidadãos estão inseridos numa nova lógica de pertencimento e de se relacionar no âmbito do que é público. Seu comportamento em relação ao consumo é tanto mais político quanto mais diálogo houver sobre aspectos ambientais com seus grupos de relação ou redes sociais.

Para a autora, as questões relacionadas a consumo e meio ambiente podem ser discutidas tanto nos espaços públicos quanto no privado. “A estratégia política do consumo sustentável poderia funcionar como uma maneira de trazer problemas coletivos para a vida pessoal, aproximando as esferas privada e pública” (PORTILHO, 2010, p. 10).

Segundo Canclini (1996) apud Portilho (2010) a globalização e as novas formas de comunicação reforçaram a possibilidade do espaço privado ser um lugar de atuação política, o qual vem encontrando novas dinâmicas e formas de se expressar.

Neste sentido, pode-se pensar no papel da internet como meio de potencializar ações conjuntas de consumo político. Como exemplo pode-se citar os grupos de compra coletiva, comuns em redes sociais. Grupos como o “comida da gente”⁵, vem ganhando força não só pelo apelo econômico, mas também por embutir no consumo certos valores como a importância de se aproximar o consumidor do produtor, de se conhecer os métodos de produção, de fortalecer a comunidade, etc. Esses meios também potencializam ações de boicotes comuns em grupos de defesa dos direitos animais onde se divulgam empresas que realizam experimentos em animais, por exemplo.

Para Portilho ainda que o consumidor tenha um poder de influência e de mudança social limitado, é um ator capaz de praticar ações de politização e ambientalização, demandas caracteristicamente públicas, na esfera privada. Tais ações se constituem em novas formas de atuação política, fortalecendo, assim, seu papel enquanto cidadão.

Dialogando com esta perspectiva do consumidor-cidadão, irei analisar no próximo capítulo duas práticas de consumo político onde seus adeptos buscam não apenas construir uma relação mais de maior equilíbrio com o meio ambiente mas também constituir uma forma de resistência à cultura do consumo.

Diferente da forma como se construiu a defesa pelo consumo verde e consumo sustentável, as ações que vou apresentar parecem ter surgido de forma autônoma e espontânea pelos próprios consumidores. O consumo verde e sustentável pode ser entendido como uma construção retórica empreendida pelas empresas e pelos governos, num direcionamento de “cima para baixo”, se pudermos pensar num tipo de hierarquia de poder que há entre os elementos Estado, empresas e consumidores.

⁵ Rede de compras coletivas, na qual o grupo de consumidores negociam diretamente com os produtores. <http://www.comidadagente.org/>

Dessa forma, como vimos, colocou-se um peso maior da responsabilidade pela recuperação ambiental nos consumidores.

As práticas abordadas neste trabalho, ao contrário, surgiram voluntariamente pelos consumidores a partir de um processo de auto-atribuição de responsabilidade. E a medida que estas práticas ganham espaço, elas buscam se expandir num sentido de “baixo para cima”.

4 PRÁTICAS DE CONSUMO POLÍTICO

No primeiro capítulo argumentamos que o consumismo amparado por uma visão de mundo antropocêntrica é um dos principais responsáveis pela degradação ambiental que enfrentamos atualmente. Diante desta conjuntura, tem-se observado o surgimento de inúmeras iniciativas que buscam estabelecer uma nova relação com o consumo e, por conseguinte, com o meio ambiente.

O consumo, ou melhor dizendo, o consumismo tem provocado diversas repercussões negativas tanto do ponto de vista ecológico quanto social. Provavelmente por estarem conscientes destes impactos e perceberem a dimensão ética intrínseca em nossos hábitos de consumo, muitas pessoas têm buscado adotar novos comportamentos.

Neste capítulo irei analisar duas destas novas formas de se relacionar com consumo, o veganismo e a permacultura. A opção por analisar estes dois fenômenos se justifica pelo fato de ambos estarem relacionados com uma proposta de vida em que haja uma redução dos impactos ambientais. A permacultura claramente se propõe a considerar a preservação do meio ambiente como parâmetro na construção de uma forma de vida humana. Já no veganismo, a questão ambiental, a princípio, não possui um papel tão relevante enquanto justificativa dentre seus adeptos. Estes são motivados principalmente pela causa animal. Contudo, ainda assim, optei por analisar o veganismo por ser uma prática que efetivamente contribui para reduzir os danos ambientais da atualidade. Mesmo que a maioria dos veganos não tenham consciência ou não se importem com a questão ambiental, ainda assim o veganismo representa uma alternativa compatível com o bem estar ambiental.

Conforme será apresentado, o veganismo tem se tornado cada vez mais um nicho de mercado, o que pode levá-lo a se inserir dentro de uma lógica de consumo. Mesmo assim, cabe ressaltar que o veganismo compõe uma prática de vida compatível com a preservação ambiental, dado que o consumo de alimentos de origem animal tem um impacto superior no meio ambiente. Nesse sentido, justifica-se utilizar o veganismo como análise de estudo, mesmo que seus adeptos não tenham um discurso ambiental bem fundamentado, porque enquanto fenômeno, o veganismo

tem um impacto positivo na preservação do meio ambiente. Independente da motivação e da consciência que tenha levado um indivíduo a aderir ao veganismo, ele concretamente está beneficiando o meio ambiente, por ser uma forma de vida muito mais compatível com a conservação ambiental (ERB, 2016).

No capítulo anterior busquei apresentar as implicações da politização e ambientalização do consumo. Se por um lado devemos ter cuidados ao atribuir responsabilidade ao consumidor pelos danos ambientais já que seu poder de influenciar o mercado é limitado, por outro pode-se pensar no consumidor enquanto um importante ator social que busca conferir sentido a suas ações no campo privado com o objetivo de atingir conquistas coletivas. Assim, o consumo pode ser interpretado como uma nova forma de atuação política.

Pode-se afirmar que o consumo político é um dispositivo encontrados por indivíduos que desejam exercer sua cidadania através de novos meios de participação política. Estes indivíduos acreditam que suas escolhas pessoais podem ter consequências públicas.

A percepção de que determinadas práticas e escolhas relacionadas ao consumo são uma forma de exercer a cidadania e de participação no domínio público é o que consideramos como consumo político. Diferente das categorias de consumo verde e sustentável, o consumo político advém de uma auto-atribuição de responsabilidade por parte dos consumidores. Pode ser entendido como parte de uma mudança global, em que há um deslocamento da atuação através da política tradicional e das instituições civis para uma atuação mais espontânea e menos hierarquizada, centrada em preocupações individuais. Tal deslocamento está relacionado com a perda da confiança nas instituições da política tradicional, como partidos, sindicatos, eleições, movimentos sociais institucionalizados, principalmente entre as gerações mais novas. Desse modo novos sujeitos políticos têm surgido e ação política tem se expandido para a vida diária e para a esfera privada (BARBOSA et al., 2014).

Atitudes normalmente vistas como triviais e cotidianas são ressignificadas e entendidas como ações intencionais com potencial de influenciar mudanças de comportamentos na esfera governamental, corporativa ou em outros consumidores.

Por isso, pessoas que acreditam que suas ações individuais podem influenciar grandes mudanças no mundo adotam posturas como: separação de lixo, racionalização de energia, água e outros bens no ambiente doméstico; boicote ou *buycotts*⁶ de determinadas marcas; entre outros. Estes consumidores acreditam que através de suas escolhas podem transformar objetivamente as práticas de mercado.

O consumo politizado (ou político, ou engajado) representa a ação de indivíduos ou de grupos de indivíduos que fazem escolhas entre produtores ou fabricantes e seus produtos com o objetivo de alterar (ou ao menos tentar alterar), de maneira objetiva, as práticas de mercado. Suas escolhas são baseadas em atitudes e valores que levam em conta a justiça, a ética ou outras razões não-econômicas (NUNES, 2010, p. 16).

Desse modo, pode-se sintetizar o conceito de consumo político como sendo um novo repertório de ação política, tal como o voto, participação de passeatas, sindicalização etc.

O consumo político se caracteriza por ser uma forma de ação política a partir da esfera particular; por representar uma crença numa nova forma de se fazer política; e por ser a expressão da concepção ética e ideológica colocada em prática através de uma ação individual com impacto social.

4.1 VEGANISMO

Para analisar o veganismo enquanto prática de consumo político, realizei uma revisão da literatura em pesquisas que investigaram o campo do veganismo. Cabe mencionar quatro dissertações de mestrado que se tornaram minhas principais referências para analisar o consumidor vegano. A maioria delas são pesquisas do campo da antropologia e sociologia. A primeira, de autoria de Diêgo Breno Vilela (2013), consiste numa pesquisa de caráter etnográfico com um grupo de ativistas veganos da cidade de Natal (RN). A segunda, realizada por Taiane Linhares (2011), consiste numa pesquisa que utilizou o método da etnografia virtual, na qual foi

⁶ Termo que busca designar uma oposição à prática de boicote. O *buycott* consiste na compra intencional de um determinado produto, marca ou serviço com o objetivo de apoiá-los. Assim como o boicote, é motivado por razões políticas ou éticas, por isso compõe uma das formas de consumo político.

estudado o comportamento de indivíduos veganos nas redes sociais com a finalidade de compreender os valores e práticas que permeiam este movimento. O presente estudo foi baseado também na pesquisa desenvolvida por Ernesto Luiz Nunes (2010) em que se combinou métodos qualitativos e quantitativos para investigar o perfil dos vegetarianos residentes na Região Metropolitana de São Paulo. O quarto trabalho, também de caráter etnográfico e de autoria de Mayra Ferrigno (2012), consiste numa pesquisa que buscou compreender a dinâmica do ativismo vegano no Brasil.

4.1.1 O que é veganismo?

Veganos são indivíduos que escolhem não consumir tudo aquilo que tenha envolvido exploração e sofrimento aos animais, seja produtos ou serviços. Eles são anti-especistas, ou seja, se opõem à hierarquização e discriminação baseada no critério da espécie. Portanto, não concordam com a exploração e dominação dos animais não-humanos. Assim, pode-se afirmar que a adoção do veganismo é uma opção que abarca necessariamente uma preocupação com o direito dos animais.

A partir desse posicionamento moral, os veganos se recusam a consumir qualquer produto de origem animal. O veganismo, diferente do vegetarianismo, vai muito além de uma dieta alimentar. Ele abrange inúmeros outros aspectos no modo de vida dos seus membros. Os veganos são adeptos a uma dieta estritamente vegetariana, ou seja, não incluem qualquer ingrediente de origem animal em sua alimentação, nem mesmo leite, ovos, mel, gelatina, colágeno, corante carmim cochinha. Além disso, rejeitam outros tipos de artigos que tenham sido fabricados com itens de origem animal, como objetos de lã e couro, por exemplo, e produtos cujo processo de fabricação tenha implicado na exploração e maus tratos de animais. Dentre estes artigos pode-se citar: produtos de limpeza, cosméticos e medicamentos, que são rejeitados porque envolvem a experimentação animal para sua produção. Além de boicotarem marcas que realizam testes em animais, recusam também aquelas que patrocinam eventos ou outras formas de entretenimento que envolvem animais, como rodeios, vaquejadas, circos, zoológicos etc. O boicote e o *buycott* são

práticas fundamentais no cotidiano dos adeptos do veganismo já que é a partir dessas ações que se põe em prática e se concretizam os seus valores éticos.

O vegetarianismo enquanto prática alimentar por respeito aos animais existe há milênios. Pitágoras (século VI a.C.), por exemplo, é um dos vegetarianos mais célebres. Defendia o vegetarianismo e era contra qualquer tipo de maus tratos aos animais porque acreditava na transmigração da alma de um animal para outro⁷. Contudo, a palavra *vegan* e seu conceito conforme o conhecemos hoje foram criados em 1944 por membros dissidentes do grupo *The Vegetarian Society* na Inglaterra (FERRIGNO, 2012). O termo *vegan* é uma junção das três primeiras e duas últimas letras da palavra *vegetarian*. A *Vegan Society* foi fundada por Donald Watson, líder da dissidência, que no mesmo ano de fundação publicou a primeira edição do periódico *Vegan News Magazine of the non-dairy vegetarian* em que justifica a cisão em função da discordância a respeito do consumo de laticínios. A produção e o consumo de leite era e é aceita por muitos vegetarianos, já que ela não necessariamente estaria ligada ao abate de animais. No entanto, Watson argumentava que mesmo não envolvendo o abate propriamente dito, haveria práticas cruéis na criação de vacas para produção de leite. No mesmo periódico Donald aborda também a produção e o consumo de ovos, prática que, segundo ele, também envolveria abuso e exploração de animais. Assim, podemos perceber que o veganismo, desde sua origem, mantém a maior parte dos elementos que hoje o sustentam enquanto movimento. Ou seja, um posicionamento contra a exploração e em prol do abolicionismo animal⁸.

A partir de sua ideologia e códigos morais, os indivíduos adeptos do veganismo assumem um ativismo que se expressa no seu próprio modo de vida. Adotar o veganismo é uma forma de construir um novo viver e novos hábitos coerentes com suas crenças éticas. Ao mesmo tempo realizam uma ação política que visa a mudanças estruturais na sociedade, principalmente na relação homem/meio ambiente.

⁷ <https://www.anda.jor.br/2014/09/alem-matematica-pitagoras-defesa-animais-nao-humanos/>

⁸ Termo utilizado em analogia à abolição da escravidão humana, buscando relacionar as formas de opressão a que foram submetidos os escravos humanos e, a que ainda são, os animais não-humanos. O abolicionismo visa, portanto, a libertação animal.

O veganismo é a expressão de um projeto reflexivo de sujeitos que tentam dar sentido aos rumos atuais da modernidade, tendo como enfoque uma análise das condições vivenciais, éticas, sociais e ambientais que marcam, na atualidade, a relação entre sociedade e natureza. (TRIGUEIRO, 2013, p. 250)

Linhares (2011) afirma que os veganos, além de promoverem um ativismo através de manifestações e campanhas pelos animais, assumem uma luta política que se expressa diariamente e radicalmente em sua rotina, através do consumo. Muito mais do que pôr em prática uma dieta alimentar, o veganismo é a expressão de um posicionamento ético-político.

4.1.2 Motivações e influências

Nunes (2010), em sua pesquisa sobre o vegetarianismo na região metropolitana de São Paulo fez um levantamento do perfil dos vegetarianos daquela região. Embora a pesquisa não tenha se restringido a indivíduos veganos, já que ela abarcava todas as formas de vegetarianismo, creio que ela possa fornecer pistas sobre os valores e motivações que permeiam os indivíduos veganos no Brasil.

Dentre os 230 vegetarianos entrevistados por Nunes (2010), 62% deles justificam como principal motivação a adoção do vegetarianismo “pelos animais”, seja por compaixão, respeito, por se posicionarem contrários aos maus tratos e à exploração sofrida por eles, ou por acreditarem no direito à vida dos animais não-humanos. 14% afirmam serem adeptos por questão de saúde. 7% apresentaram motivações de ordem ética (sem especificação) e 4% por uma questão ecológica.

Já na pesquisa realizada por Vilela (2013), a questão ética pelos animais foi citada por todos os sujeitos de pesquisa como motivação. Alguns acrescentaram a esta justificativa uma questão religiosa/espiritual. Vale ressaltar, no entanto, que a pesquisa de Vilela se restringiu apenas a indivíduos veganos, o que por si só já explicaria a diferença de resultados. Mas é importante destacar também que a pesquisa de Vilela possuía caráter qualitativo e não quantitativo, por isso consiste numa amostragem bastante reduzida na qual foram entrevistados 11 veganos da cidade de Natal (RN). Tais sujeitos, ao comentarem sobre os motivos que os levaram

a optar pelo veganismo, apresentaram uma “retórica vegana” que inclui termos e conceitos quase sempre compartilhados entre todos eles. Mencionaram questões a respeito da exploração animal, direito à liberdade, direito à vida, escravidão, sofrimento, conceito moral de não-violência (oriundo do hinduísmo), ética animal, senciência, entre outros.

Vilela (2013), também menciona a importância do acesso à vídeos na internet sobre o tema animal como influência para que os sujeitos decidissem adotar tanto o ovo-lacto-vegetarianismo quanto o veganismo. Filmes como Terráqueos, A carne é fraca e uma palestra do ativista Gary Yourofsky foram decisivos para convencê-los da importância do veganismo.

Na pesquisa de Nunes (2010), 40% dos respondentes informaram que a influência para adotar o vegetarianismo veio do contato com materiais (livros, vídeos, sites etc.) que abordam o tema do sofrimento animal. 17% informaram que tomar conhecimento dos benefícios do vegetarianismo, através dos mesmos materiais (livros, vídeos, sites etc.) foi o principal fator que os influenciaram. 16% responderam que a influência surgiu pelo contato com um amigo vegetariano. 7% pelo contato com um parente vegetariano. 4%, contato com um colega de escola ou faculdade e 2%, a partir do contato com um colega de trabalho. 5% afirmaram não ter sofrido influência externa alguma, pois a decisão teria surgido pela própria conscientização sobre o tema, resposta que pareceu um pouco questionável pelo autor.

Na pesquisa empreendida por Vilela (2013), foi identificado que todo os sujeitos antes de adotarem o veganismo tornaram-se ovo-lacto-vegetarianos. Os entrevistados acreditavam que esta seria uma forma de não contribuírem diretamente com a morte dos animais.

Algo que se destacou na pesquisa de Vilela (2013), foi a ênfase colocada por alguns sujeitos de não terem aderido ao veganismo por uma questão de saúde, fato que pode ser motivador para alguns vegetarianos. Os entrevistados ressaltaram que sua motivação se justifica pelo seu posicionamento ético em relação aos animais enquanto que a escolha movida por uma questão de saúde envolveria uma perspectiva antropocêntrica. Vilela transcreve a fala de um entrevistado sobre o assunto:

“Pra mim ser vegano não é porque ‘ahm quero emagrecer’, não é por saúde, até porque eu como muita besteira também, é por respeito aos animais, por ética, e por ver que a minha vida não depende da perda de vida de outros animais, eu não preciso tá matando hoje em dia pra tá sobrevivendo (LEONARDO (06/02/2013)” (VILELA, 2013, p. 77)

Falas semelhantes foram encontradas na pesquisa de Nunes. O autor transcreve algumas frases onde os sujeitos expõem seus motivos para adotarem o vegetarianismo, reforçando a escolha ética na adoção deste hábito:

“Porque a minha opção pelo vegetarianismo não é para o benefício da minha saúde. É porque não concordo que os animais existam para nos servir, e por esse motivo não me alimento deles (M.T.; F; 27; São Bernardo do Campo; lactovegetariana)” (NUNES, 2010, p. 61).

“Porque ainda que possa afetar em algum aspecto de minha saúde, o vegetarianismo traduz uma consciência com respeito à vida.” (B.A.; F; 22; Santo André; ovolactovegetariana)” (NUNES, 2010, p. 62).

“Porque minha opção é política e não por saúde... aliás, não acredito nos vegetarianos que visam à saúde (C.V.; F; 48 anos; São Paulo; lactovegetariana)” (NUNES, 2010, p. 62).

Pode-se perceber que os valores e a visão de mundo próprios destes indivíduos são o principal motor para adotarem mudanças tão radicais em sua forma de vida. “Esse tipo de posicionamento ético projeta para o cerne desse movimento uma responsabilidade para com o ato de consumo, sendo o mesmo reconhecido enquanto parte importante da construção de um *modus vivendi* vegano” (TRIGUEIRO, 2013, p. 238).

Segundo Vilela (2013), seus entrevistados expressaram uma necessidade de manter o autocontrole ao se depararem com alimentos ou produtos não-veganos em seu dia-a-dia e com o assédio diário a que estão submetidos pela cultura carnista⁹.

⁹ Termo cunhado pela autora Melanie Joy, utilizado em contraposição ao vegetarianismo ou veganismo. Busca apontar o sistema de valores invisíveis por trás daqueles que consomem carne. “O carnismo é o sistema de crenças que nos condiciona a comer certos animais. Muitas vezes definimos as pessoas que comem carne como carnívoras. (...) Mas tanto ‘carnívoro’ como ‘onívoro’ são termos que descrevem a

Assim, o veganos realizam constantemente o exercício de reiterar e lembrar as crueldades e sofrimentos dos quais os animais são vítimas. Isto explica por exemplo a adoção de termos como “comida sem crueldade” para designar a alimentação vegana. A sensação de manter a “consciência tranquila” parece os confortar e os ajudar a persistir no veganismo.

Aspecto semelhante foi observado na pesquisa de Linhares ao verificar a tentativa de se libertar das “tentações”, construindo uma forma de vida em que o prazer de um ato coincida com necessidade de realizá-lo. Linhares relata a discussão, na qual os veganos questionaram o uso do verbo “poder” em algumas reportagens sobre veganismo. Nas matérias listavam-se itens que eles poderiam ou não consumir. O grupo observado por Linhares criticava esta forma de se caracterizar o veganismo já que se poderia depreender que eles estariam obrigados a agir de tal forma, quando na verdade a rejeição por determinados produtos faz parte de uma escolha de vida. “É quase unânime entre os participantes a recusa à ideia de que estariam abdicando do próprio prazer em nome da causa (...). Os veganos apenas reconfigurariam suas fontes de gozo, em lugar de viver uma vida de privações e sofrimentos” (LINHARES, 2011, p. 127).

Desta maneira, aquela pergunta constante - ‘você não sente falta de comer carne?’ - a qual muitos veganos estão acostumados a ser inqueridos, deixa de fazer sentido, porque, no limite, não há como sentir falta daquilo que não se percebe mais enquanto comida (VILELA, 2013, p. 65).

4.1.3 Fundamentação teórica

Segundo Linhares (2011), o conceito de especismo e senciência são frequentemente usado pelos veganos na argumentação utilizada para justificar suas posturas. A senciência, isto é, a capacidade de sentir dor e prazer, torna-se a justificativa para uma postura ética com os animais sencientes. Todos os seres sencientes devem ser objetos de igual consideração ética. O especismo é a conduta

constituição biológica do indivíduo, não um opção filosófica. Em grande parte do mundo de hoje as pessoas comem carne não porque precisem, mas porque optaram por comê-la, e as opções derivam sempre das crenças.” (JOY, 2014, p. 32)

que se busca evitar, pois consiste na discriminação de animais com base nas suas espécies, hierarquizando os animais. Geralmente os seres humanos são considerados superiores às outras espécies. Uma conduta especista também se exemplifica na rejeição ao consumo alimentar de cachorros e gatos e na aceitação do consumo de vacas, porcos e galinhas, por exemplo.

Segundo Linhares (2011), o uso do conceito de senciência como recurso discursivo obriga o interlocutor a se colocar no lugar dos animais não-humanos. Se eles sofrem como nós, porque causar-lhes sofrimento?

Tais perspectivas derivam principalmente dos estudos empreendidos por três filósofos, que têm sido as principais referências teóricas no movimento de defesa dos animais: Peter Singer, Tom Regan e Gary Francione. Os três filósofos foram citados nos quatro trabalhos sobre veganismo que fundamentaram esta pesquisa.

Tanto Singer, quanto Regan e Francione subsidiam o discurso dos veganos. Os três consideram os animais não-humanos seres sencientes, ou seja, dotados da capacidade de sofrer ou sentir prazer ou felicidade. Todos refletem, cada qual a sua maneira, sobre o problema do especismo, a discriminação contra seres não humanos, pelo fato de não pertencerem à nossa espécie (NUNES, 2010, p. 80-81).

4.1.4 Divergências

Linhares (2011), demonstra que o veganismo possui alguns princípios fundamentais, como não consumo de produtos que provoquem sofrimento em animais, contudo não existem fórmulas, padrão, ou uma linha de atuação claramente definida. O veganismo parece se consolidar nas discussões e nas reflexões entre seus membros. Mas o que fica claro é que há espaço para determinadas decisões de cunho pessoal. Alguns membros por exemplo advogam boicotar empresas que, embora tenham alguma linha de produtos vegetariano, sua principal fonte de lucro seja de produtos de origem animal, como é o caso da Sadia, Perdigão etc. Já outros indivíduos optam por adquirir tais produtos como uma forma de incentivo a que tais empresas fabriquem mais produtos de origem vegetal.

Vilela (2013), em sua pesquisa, identificou o mesmo dilema relatado por Linhares. Não existe um consenso entre os veganos sobre o consumo de alimentos produzidos por empresas que não sejam veganas, embora possam ter alguma linha de produto vegano. Alguns acreditam ser importante consumir tais produtos como uma forma de *buycott*, isto é, como um incentivo à que a empresa invista nesse tipo de produto. Outros acreditam ser uma incoerência. A fala de um dos interlocutores de Vilela demonstra essa divisão:

Então, eu vejo por dois lados essa questão. Quando a gente vai em um restaurante, e consome um produto vegetariano em um restaurante 'carnista', por um lado a gente tá dando dinheiro para uma instituição que promove a exploração dos animais. Por outro lado a gente tá estimulando que se criem mais opções, que irão gerar praticidade, que pra mim é um dos carros chefes. Acho que não podemos caminhar sem o consumo consciente (WALTER, 10/02/2013). (VILELA, 2013, p. 79-80)

4.1.5 Importância das relações

Consumir produtos adequados aos “padrões” veganos nem sempre é tarefa fácil, não só pelas poucas opções existentes no Brasil especialmente dirigidos a esse segmento, como pela dificuldade de compreender as informações divulgadas pelos fabricantes. Não há ainda uma rotulagem que especifique se o produto contém ou não ingredientes de origem animal. O uso de determinados termos muito específicos nas embalagens pode confundir os consumidores, por não entenderem o que significam. Também pode ser difícil e trabalhoso descobrir quais marcas realizam ou não experimentos em animais. Este é um dos motivos pelos quais os veganos valorizam a interação em redes sociais, sites, blogs, fóruns. A troca de informações é fundamental no ativismo vegano, ainda que a expressão deste ativismo possa ocorrer de forma individualizada e silenciosa.

Segundo Linhares (2011), a internet é um meio muito importante entre os adeptos do veganismo, pois a troca de informação entre eles é um processo fundamental para a concretização do seu modo de vida. Através da internet e das comunidades virtuais, os indivíduos trocam informações sobre marcas que realizam experimentos em animais, sobre origem e significado dos enigmáticos ingredientes

listados em produtos industriais, trocam receitas, além de ser um espaço onde discutem os dilemas e dificuldades enfrentadas nos seus cotidianos.

Segundo Vilela (2013), o vegano deve estar sempre muito informado tanto sobre o processo produtivo das empresas quanto sobre o significado dos elementos indicados nos rótulos de alimentos. Assim, percebe-se uma grande cumplicidade entre os veganos nas trocas de informações. Há sempre uma preocupação de informar notícias sobre ingredientes, empresas veganas ou não, que testam ou não, novas receitas entre outros. Por isso, atualmente, o ativismo dos veganos também se faz presente nas redes sociais, seja compartilhando informações novas, ou respondendo dúvidas de novos adeptos ou oferecendo outros tipos de apoio, as vezes até emocional. Por isso existem tantos fóruns de debate sobre veganismo nas redes sociais.

Além disso, o contato com grupos veganos também consiste numa importante forma de ter apoio e de buscar influência e estímulo para quem está iniciando ou inclinado a adotar o veganismo. Este contato também constitui um importante espaço de envolvimento e mobilização quando surge a necessidade de construir uma ação política coletiva. O grupo pode articular-se e ter um papel político relevante para exercer pressão contra determinadas empresas ou práticas, por exemplo.

Nunes afirma que ativismo vegetariano é mais forte na internet, através da troca de experiências, da divulgação de campanhas, do convite para ativismos tradicionais, compartilhamento de vídeos e de ações.

Diferente de outros movimentos sociais e de outras formas de ativismo, o virtual para os veganos exerce papel fundamental na forma como se organizam e como difundem suas ideias. É no ambiente virtual que se encontram, trocam impressões sobre o movimento, divulgam as posições sobre a causa que defendem e organizam as formas de atuação, tanto as *on line* quanto as *off line* (NUNES, 2010, p. 98).

O espaço de discussão e reflexão tão comum no convívio entre veganos parece contribuir para a consolidação de uma postura ética. A constante discussão e reflexão sobre o “viver” vegano parece fazer parte da rotina e da própria forma de vida dos veganos.

Assim, pode-se dizer que as mudanças de hábitos individuais, embora pareçam ser invisíveis, têm um espaço onde são legitimadas e disseminadas: a microesfera das relações e redes sociais. É no momento do compartilhamento das experiências que surge a reflexão sobre comportamentos e ética. Neste espaço é possível transmitir novos valores e construir ações coletivas. “O desafio passa a ser, então, a comunicação de mensagens entre essas microesferas privadas e uma esfera pública mais ampla” (CASTAÑEDA, 2012, p. 148).

4.1.6 Auto-atribuição de responsabilidade

A partir de sua ideologia e códigos morais, os indivíduos adeptos do veganismo assumem um ativismo que se expressa no seu próprio modo de vida. Adotar o veganismo é uma forma de construir um novo viver e novos hábitos coerentes com suas crenças éticas e ao mesmo tempo realizar uma ação política que visa a mudanças estruturais na sociedade, principalmente na relação homem/meio ambiente. “Levando a política para o cotidiano, os veganos se preocupam em viver diariamente aquilo que consideram a visão da “sociedade ideal” (LINHARES, 2011, p. 14).

Para estar em concordância com seus valores e buscando viver conforme seus ideais, os veganos assumem uma nova postura de vida, onde se diferenciam radicalmente da maioria da sociedade. Este processo de auto-atribuição de responsabilidade está relacionado também com a crença de que as ações pessoais podem ter repercussões coletivas e transformar a sociedade.

Vilela (2013), avalia que a auto-atribuição de responsabilidade assim como a prática de consumo político gera duas consequências. Por um lado, há uma racionalização do consumo, na qual o consumidor assume maior autonomia e autoridade, na medida em que ele tem acesso e passa a adquirir uma série de informações e conhecimentos antes limitados a um seleto grupo de especialistas. Por outro, há uma culpabilização do consumidor, já que ele passa a assumir uma corresponsabilidade pelos impactos decorrentes do consumo.

Conforme Vilela argumenta, esta noção de auto-atribuição de responsabilidade é incorporada no ativismo vegano de tal forma que a responsabilidade pela exploração animal não recai unicamente na indústria da carne, mas sim em todos os atores sociais que optam por consumir estes produtos. Ou seja, tanto os que produzem, e portanto os que matam, quanto os que consomem são igualmente responsabilizados pelos maus tratos cometidos aos animais.

Para esclarecer esse processo de responsabilização individual, tem-se como exemplo duas campanhas publicitárias realizadas por grupos ativistas veganos.

Figura 1 - Seu garfo



Fonte: www.veddas.org.br/

Figura 2 - Eles param de matar se você parar de comer!



Fonte: www.gaiaveg.org

Vilela ressalta o uso dos termos “seu” e “você” nestas campanhas. Pela forma como os textos estão construídos, o consumidor está colocado como principal responsável pelo destino dos animais. O consumidor é quem decide se serão escravizados, explorados ou mortos.

O pronome pessoal 'você', aparece o tempo inteiro indicando que o poder de mudança ou permanência está posto nas mãos das próprias pessoas, cabendo a elas a escolha e o poder de transformação (VILELA, 2013, p. 106).

4.1.7 Consumo político e ativismo vegano

Segundo Ferrigno (2012), o boicote, principal forma de ação vegana, se justifica a partir de duas orientações. Por um lado ele é necessário para alcançar uma coerência com crenças e valores pessoais. Por outro, funciona como um instrumento de luta contra as empresas que exploram animais pois parte-se do pressuposto de que a abstenção do consumo poderia repercutir economicamente em tais empresas, levando-as a mudar seus produtos. Assim, se constitui ao mesmo tempo numa ação intencional com a finalidade de aperfeiçoar as práticas do mercado e num dever moral, já que ao consumir tais produtos os veganos estariam indo contra seus valores e sua perspectiva ética.

Neste sentido, Ferrigno afirma que a partir de uma visão alargada de política, em que o estabelecimento de novos hábitos podem ser percebidos como ações de transformação na sociedade, o veganismo pode ser entendido como um ato político. Vilela (2016) também concorda que o veganismo pode ser um exemplo de prática de consumo político, já que ele envolve um remodelamento dos hábitos de consumo.

Vilela focou seu trabalho em um grupo de veganos que desenvolvia, para além das suas práticas veganas no dia a dia, um ativismo mais participativo em defesa dos animais e em prol do veganismo. Mas uma de suas interlocutoras apresentou uma perspectiva um pouco diferente a respeito do que significava ser vegana e ativista. Para ela era possível realizar um ativismo do cotidiano:

todos os dias optar em alimentos que não colaboram com as coisas a qual eu não acho legal. Pra mim, isso é um ativismo, e, até, um dos ativismos mais válidos, como o boicote de produtos..., é um ativismo silencioso, mas eu acho que é muito válido e as vezes mais eficaz. ...acho que eu intervenho as vezes muito mais nessas minhas escolhas do dia a dia, do que saindo na rua, apontando o dedo na cara, dizendo que você é uma exploradora de animais...' (NATÁLIA, 08/02/2013). (VILELA, 2013, p. 91)

Esta opinião da entrevistada de Vilela corrobora a argumentação de Fátima Portilho a respeito da possibilidade do consumidor poder exercer ações políticas através das suas práticas de consumo. Os cidadãos vêm buscando formas alternativas de se colocar politicamente sem necessariamente se limitar às ações políticas tradicionais.

(...) o enfoque do consumo político não aborda apenas consumidores engajados em movimentos sociais institucionalizados, mas enfatiza também, e principalmente, aqueles atores sociais 'não organizados' e difusamente politizados que se situam entre o anonimato e a vontade de exercer um papel político, entre as preocupações cotidianas da esfera privada e a vontade de participar de uma esfera pública mais ampla (PORTILHO et al., 2011, p. 102).

Ainda que o consumo possa se constituir numa ação política legítima, Ferrigno questiona a eficácia do boicote como forma de transformação das práticas de mercado. Segundo a autora, ele não deve ser a única forma de ação, mas uma entre outras estratégias políticas.

Numa perspectiva semelhante, Vilela afirma que a mudança de práticas de consumo a partir de uma perspectiva ética trouxe algumas conquistas para o movimento de defesa animal. No entanto, para o autor as conquistas apenas se concretizam na medida em que as ações em prol do abolicionismo animal deixam a esfera privada para a esfera pública. Esta visão se manifesta também na opinião dos ativistas veganos participantes de sua pesquisa, os quais acreditam que para alcançar mudanças significativas na sociedade não basta se restringir a mudanças individuais e silenciosas. “Se o ativismo vegano imputa tanto a culpa quanto a possibilidade de transformação nas mãos do consumidor, talvez seja essa própria atitude parte da estratégia e da retórica ativista que tem na sensibilização e na auto-atribuição de responsabilidade um elemento chave” (VILELA, 2016, p. 16).

O ativismo vegano assume o papel de informar e educar o público quanto ao respeito aos animais. Parece se construir através de diversos caminhos, enquanto alguns privilegiam o “ativismo silencioso” do cotidiano, outros optam por ir além, levando o veganismo para espaços públicos.

Nunes (2010), afirma que uma das estratégias de sensibilização utilizadas pelo ativismo consiste em mostrar que o consumidor é também responsável pelo que acontece com a exploração e sofrimento dos animais utilizados na indústria da carne.

O ativismo vegano tem mobilizado ações contra rodeios, por exemplo, tendo conquistado sua proibição nas cidades de São Paulo, Osasco, Carapicuíba, Guarulhos e Jundiaí. Nunes também afirma que esse ativismo foi fundamental para a proibição de animais em circos nas cidades de Atibaia, Cotia, Diadema, Guarulhos, Jundiaí, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e a capital, São Paulo.

Em sua pesquisa, pode-se perceber que os indivíduos veganos buscam de fato outras formas de atuação para além da esfera privada. Segundo seu levantamento, 83% dos vegetarianos da região metropolitana de São Paulo que responderam ao questionário informaram ter participado de alguma ação de divulgação do vegetarianismo. 19% afirmaram participar frequentemente de campanhas de divulgação. Dentre estes, 92% subscreveram abaixo-assinados em defesa dos animais; 67% assistiram palestras sobre vegetarianismo ou direito dos animais; 38% participaram de passeatas; 37% realizaram panfletagens; 27% afirmaram ter divulgado o vegetarianismo e o direito dos animais na internet, através da criação de site/blog/comunidade em rede social ou atuando em grupos de discussão; 24% informaram ter oferecido palestra ou escrito artigo e poemas sobre o tema e 6% informaram participar de organização ativista.

Além disso, dentre o total de respondentes, 73% afirmaram que divulgam o vegetarianismo sempre que têm a oportunidade de fazê-lo e 53% indicam sua opção pelo vegetarianismo sempre ou quase sempre que estejam acompanhados de alguém que consuma carne ou produtos de origem animal.

Assim, pode-se notar que a maioria dos vegetarianos têm uma atuação que vai além das suas escolhas de consumo.

A partir da rejeição das normas morais hegemônicas baseadas no especismo, em que se considera os seres humanos superiores aos outros animais, os veganos vêm construindo uma nova forma de se relacionar com os animais não-humanos e

com o meio ambiente, buscando mudanças coletivas a partir de uma atuação, ainda que não exclusiva, principalmente individual. Dessa forma, na visão de Linhares, os veganos demonstram que o sujeito moral pode efetuar suas próprias escolhas pois não é refém da sociedade.

O veganismo, a partir de uma concepção que me fora apresentada algumas vezes, não é considerado o fim, mas o início de muitas mudanças sociais e pessoais. Ao lutar por igualdade e liberdade, percebe-se que o veganismo é apenas uma das atitudes vistas como necessárias para uma mudança mais ampla, ambiental e social. Assim, o veganismo aparece como uma nova proposta civilizacional, abrangendo a relação humana com o mundo natural (FERRIGNO, 2012, p. 123).

É através da mudança na forma de vida que o vegano expressa suas concepções éticas e o desejo de transformar a sociedade. Assim, o consumo se torna o centro da ação prioritária dos indivíduos veganos.

4.2 PERMACULTURA E ECOVILAS

A investigação da permacultura e ecovilas como forma de politização do consumo foi baseada em uma revisão de literatura. Como principal referência contei com os trabalhos escritos por Bill Mollison (1981 e 2002). Suas obras constam como a fonte mais importante, já que Mollison foi um dos criadores da permacultura. A pouca oferta de literatura sobre o assunto limitou a realização deste estudo de caso. Mesmo assim, algumas pesquisas tornaram-se referências importantes na tentativa de compreender as interfaces entre o consumo e a permacultura. Cabe destacar três pesquisas. A primeira, o artigo de Abdala e Mocellin (2010), no qual se buscou analisar o consumo sustentável realizado em ecovilas. Nesta pesquisa, de caráter qualitativo, investigou-se duas ecovilas situadas no sul do Brasil. Na segunda pesquisa, empreendida por Salazar (2013), buscou-se analisar as características do movimento de ecovilas, a partir da análise de setenta e sete páginas de ecovilas na internet, e se estes podem ser entendidos como um caminho para a transformação social e um futuro sustentável. A terceira investigação, realizada por Diniz (2016), partiu do campo da Psicologia Ambiental, para analisar a permacultura enquanto

modo de vida contra-hegemônico baseado em princípios éticos, argumentando-se que ela se constituiria num estilo de vida sustentável.

4.2.1 Permacultura

Criada pelos australianos Bill Mollison e David Holmgren, o termo que consiste numa aglutinação das palavras *permanent* e *agriculture*, foi inicialmente concebido para desenvolver técnicas de agricultura sustentável. Com o tempo, passou a incorporar noções de bioconstrução, geração de energia, manejo da água, princípios éticos, entre outros. Por isso, atualmente é traduzida como "cultura permanente", já que assim pode assumir uma significação mais abrangente que envolve uma transdisciplinariedade nos campos da arquitetura, agronomia, ecologia, filosofia, economia, etc.

Bill Mollison formou-se em biogeografia e psicologia social e foi docente na pós-graduação de Ciências Ambientais na Universidade da Tasmânia. Em 1972 começou a desenvolver o conceito de Permacultura junto com um de seus alunos, David Holmgren. Em 1978 lançaram o livro "*Permaculture One: a perennial agriculture for human settlements*" como uma proposta de práticas para uma agricultura sustentável. No ano seguinte, Bill Mollison lançou o livro "*Permaculture two: practical design and further theory in permanent agriculture*", em que expandiu o *design* permacultural para outros aspectos, abordando, por exemplo, o *design* de paisagem e projetos de habitações. Em 1988, com o conceito de permacultura mais consolidado, publicou "*Permaculture: a designers manual*", livro em que refinou e expandiu o escopo de atuação da permacultura, desenvolvendo inclusive princípios éticos que fundamentariam a permacultura. O "*designer's manual*" é o livro mais completo sobre o assunto, servindo inclusive como um guia de aplicação das propostas e técnicas da permacultura. Neste livro, Mollison aborda também aspectos de caráter filosóficos e ideológicos, trazendo discussões sobre sua visão de uma sociedade ideal. Segundo Mollison, muito além de ser um livro sobre técnicas de *design* permacultural, trata de valores e ética e, acima de tudo, da nossa responsabilidade em cuidar da Terra.

A permacultura pode ser definida como uma metodologia para o desenvolvimento de *designs* inteligentes a partir da observação da natureza, possibilitando a aplicação de técnicas que facilitem a vida e o trabalho humano. Através da observação e emulação de sistemas naturais propõem-se criar sistemas de *design* em ambientes humanos sustentáveis. A ideia central é trabalhar com a natureza e não contra ela, otimizando os processos naturais.

Ela busca unir conhecimentos e tecnologias preexistentes oriundos de diversas áreas de conhecimento, tais como arquitetura, agroecologia (agronomia ecológica), valorizando também os conhecimentos ancestrais (dos povos autóctones) para criar uma relação colaborativa com a natureza. As técnicas desenvolvidas apontam para quatro objetivos fundamentais: produção alimentar; oferta, utilização e tratamento de água; geração de energia; e construção de habitações.

Atualmente, a permacultura ampliou seu escopo de atuação para sete áreas importantes visando garantir o bem-estar da humanidade em períodos de baixa disponibilidade energética. A figura a seguir representa o que é conhecido como a flor da permacultura, na qual se apresenta todos os campos abarcados pelo sistema permacultural.

Figura 1 - Flor da permacultura



Fonte: www.permacultureprinciples.com – traduzido por juricardi (2008)

A permacultura é mais do que apenas um sistema eficiente de manejo de florestas e agricultura, ela propõe também uma sistematização do ponto de vista econômico, educacional e social. Ela questiona a atual lógica de produção e os hábitos de consumo, por isso inclui no seu campo de atuação questões sociais e econômicas.

Na pesquisa empreendida por Abdala e Mocellin foram entrevistados moradores de ecovilas. Aquiles, um dos moradores, explica que a permacultura nos reaproxima da natureza e de seus ciclos, algo que a industrialização e a sociedade de consumo nos fez ignorar.

Permaculture has this sustainability dimension. It takes us to a logic which we interfere less and have more in return. There is a speed in nature and I have to wait. I plant the seed and I have to wait for it to sprout, to grow, to mature, and then to harvest. And my relation to the supermarket is different. In nature I have to invest energy, and it is very interesting because I invest energy and wait. I go there again, invest and wait. It works on cycles of expansion and contraction, action and rest, until comes the moment when I can have the fruit, I can harvest it, and in the supermarket is different. I go there, I get my money, I go to the supermarket, I get the mature banana, go home and eat. We live a speed illusion when we enter this process, because nature does not work like that. Nature is cyclic (ABDALA; MOCELLIN, 2010, p. 8).

4.2.2 Princípios éticos

A permacultura se baseia em três princípios éticos norteadores:

- Cuidado com a terra (solos, florestas e água) - dar condições para que todos os sistemas de vida sobrevivam e se reproduzam.
- Cuidado com as pessoas (de si mesmo, parentes e comunidade) - dar condições para que as pessoas tenham acesso aos recursos necessários para sua sobrevivência.
- Partilha justa (estabelecer limites para população e consumo) - controlar nosso consumo e redistribuir o excedente com a finalidade de atender os dois princípios anteriores.

Os princípios éticos da permacultura são interdependentes e, segundo Diniz, baseados em valores ecocêntricos, em que se atribui valor intrínseco aos elementos que compõem os ecossistemas. Por ser uma perspectiva ecossistêmica, apresenta uma visão que, ao mesmo tempo, zela pelo bem-estar humano e todas as formas de vida.

Segundo Mollison (2002), o cuidado com a Terra é o princípio ético fundamental, no qual os outros dois seriam apenas desdobramentos, e determinante para a sobrevivência da espécie humana. Quando se amplia a ideia de sobrevivência autocentrada na espécie humana para os sistemas naturais, pode-se perceber, por exemplo, que quando uma espécie de planta ou animal é extinta devido à ação humana, perde-se uma oportunidade de sobrevivência.

Para pôr em prática o segundo princípio ético (cuidar das pessoas), o autor sugere observar uma regra da natureza, as espécies cooperativas e associativas constroem comunidades mais saudáveis e sustentáveis. Pode-se ter essa observação da natureza como uma lição para valorizarmos a troca, a interdependência, o comunitarismo ao invés da competição. Dessa forma, pode-se expandir o princípio de cuidado com as pessoas para o cuidado com as espécies, porque toda a forma de vida tem uma origem comum, formando uma grande família.

A partir dos seus princípios éticos pode-se notar que a permacultura busca incorporar as noções de responsabilidade e comprometimento por meio da progressiva redução do consumo. Posiciona-se contrária à acumulação de riquezas e a favor da distribuição equitativa dos excedentes. Defende a construção de relações cooperativas em lugar de competitivas. Por isso, a cooperação e solidariedade são valores fundamentais para a permacultura. Mollison se opõe, por exemplo, ao sistema de patentes, que por causa da competitividade empresarial mantém valiosas informações sob sigilo.

A questão da acumulação de riqueza é um ponto central na visão de Mollison. Na sua interpretação dos problemas que nossa sociedade enfrenta atualmente, o dinheiro, em si, não é algo necessariamente ruim, mas sim, a sua acumulação e a exploração de outros para obtê-lo. Ele afirma em sua publicação "Introdução à Permacultura": *"there are plenty of resources in the world for everybody. There is land, food, everything. The fact that some of the people are trying to accumulate these resources is the reason for the problems we have today"* (MOLLISON, 1981, p.147).

Constitui-se num dos objetivos da permacultura suprimir o poder centralizado e promover o fortalecimento das comunidades humanas. A produção deve ser, tanto quanto possível, próxima do local onde se consome. Há um estímulo para que cada um busque produzir seu próprio alimento, por exemplo, ou que sejam adquiridos de produtores locais. Esta atitude contribui para o fortalecimento das economias locais, dos pequenos produtores e reduz impactos ambientais gerados pelas produções em larga escala. Neste sentido, defende uma mudança da lógica de consumo para a lógica da produção, ou seja, um deslocamento da sociedade de consumidores para a

sociedade de produtores, no sentido de que cada indivíduo seja produtor de seus próprios alimentos e bens.

Segundo Mollison, já existem diversas evidências de que estamos perante um desastre ecológico, por isso ele advoga haver uma dimensão moral na acumulação de riquezas. “To accumulate wealth, power, or land beyond one’s needs in a limited world is to be truly immoral, be it as an individual, an institution, or a nation-state” (MOLLISON, 2002, p. 1).

Diniz argumenta que a permacultura se constitui num estilo de vida que se opõe voluntariamente à cultura do consumo e ao modo de vida dominante na cultura ocidental. Para a autora, “seus princípios e sua ética podem orientar a formação de sujeitos ecológicos e fornecer as bases para transformações cotidianas que possam levar ao questionamento dos padrões de consumo impostos e possam ter impacto nos modos de vidas contemporâneos” (DINIZ, 2016, p. 115).

A permacultura enquanto uma metodologia de *design* foi planejada para tornar a vida humana sustentável. Neste sentido, ela parece possuir um caráter antropocêntrico e instrumentalizador da natureza. Mollison reconhece esta instrumentalização, mas ainda assim, defende que ela está baseada numa ética “ecocêntrica”, ou seja, centrada na natureza e não unicamente no ser humano. Assim, a conservação da vida selvagem compõe um dos seus objetivos. Mas o autor adverte que não será possível atingir este objetivo enquanto não formos capazes de suprir nossas necessidades atuais e de controlar nossa ganância. Só então será possível reduzir os espaços utilizados para agricultura e pecuária e permitir que os sistemas naturais floresçam.

Avançando na discussão sobre o antropocentrismo, Mollison alega que mesmo aqueles cuja concepção ética esteja voltada exclusivamente para os interesses humanos deveriam ter uma preocupação ambiental, já que nossa sobrevivência, enquanto espécie, depende da conservação das outras espécies existentes. Ainda que a preservação da natureza não seja um fim em si mesmo, ela se constitui como um meio para alcançar a preservação da vida humana.

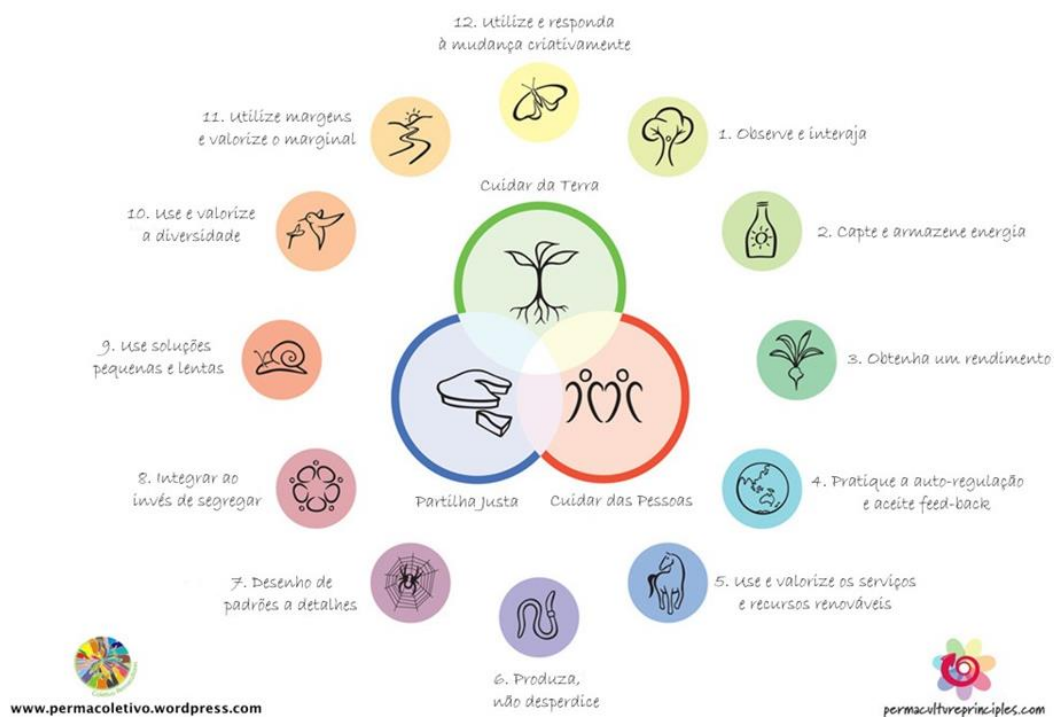
4.2.3 Princípios de design

O termo *design* é muito usado na permacultura porque ele é capaz de sintetizar os conceitos de planejamento, desenho e projeto. “*Design is the keyword of this book: design in landscape, social, and conceptual systems; and design in space and time*” (MOLLISON, 2002, p. 9). Além dos princípios éticos, Mollison e Holmgren desenvolveram alguns princípios de *design*. “Estes buscam regular o modo como o permacultor deve agir diante da utilização dos recursos naturais, de maneira a aproveitar suas potencialidades com eficiência e de forma sustentável” (BARROS, 2008, p. 71). São princípios gerais válidos para qualquer *design* permacultural, podendo ser aplicados até mesmo em diferentes climas, locais e escala. Têm o objetivo de otimizar energia, tempo, dinheiro e trabalho.

Segundo Mollison (2002), a permacultura como *design* de sistemas nada apresenta de novo, apenas rearranja coisas que sempre existiram de diferentes formas para que seja possível conservar energia ou gerar mais do que é consumida.

Os princípios de *design* têm variado de acordo com cada autor. Porém, o conjunto de princípios desenvolvido por David Holmgren tem sido bastante utilizado e parece consistir numa boa síntese dos conceitos da permacultura. Como meu objetivo neste trabalho não é estender e aprofundar os aspectos técnicos propostos pela permacultura, irei apenas listar os princípios tais quais apresentados por Holmgren: (1) observe e interaja; (2) capte e armazene energia; (3) obtenha rendimentos; (4) pratique a autorregulação e aceite *feedback*; (5) use e valorize os serviços e recursos renováveis; (6) não produza desperdício; (7) *design* partindo de padrões para chegar aos detalhes; (8) integrar ao invés de segregar; (9) use soluções pequenas e lentas; (10) use e valorize a diversidade; (11) use as bordas e valorize os elementos marginais; e (12) use criativamente e responda às mudanças.

Figura 2 - Princípios éticos e de design



Fonte: www.permacoletivo.wordpress.com

A principal característica da permacultura é a exigência de que a energia de um sistema seja fornecida pelo próprio sistema. A agricultura empresarial, por exemplo, é totalmente dependente de fontes externas de energia, aumentando a demanda por petróleo e gerando poluição. Sua alternativa na permacultura seria o cultivo através de agroflorestas. Segundo Mollison (2002), além de mais produtivas, são capazes de fornecer a si mesmas a energia e os nutrientes necessários em sua produção, sendo independente de fontes externas de energia.

É comum interpretar que a dimensão da permacultura tem sido reduzida apenas às técnicas de agricultura. Contudo, o que Mollison afirma é que, os mesmos métodos de *design* que integram os elementos de um sistema agrícola permacultural, se aplicados a outras dimensões sociais podem alcançar resultados similares.

4.2.4 Ecovilas

Ecovilas e outras comunidades intencionais têm proporcionado espaços nos quais é possível experimentar as aplicações da permacultura e conectá-las a instrumentos trazidos de outros campos de conhecimentos. Essas pequenas comunidades buscam ser auto-sustentáveis e gerar baixo impacto ambiental.

A ecocasa é um elemento fundamental para construção de assentamentos mais sustentáveis. A descentralização de nossas necessidades é a solução para atingirmos mais facilmente este objetivo. A Ecovila é uma extensão da ecocasa - um planejamento de ocupação de uma área onde irão morar várias famílias com o mínimo de impacto possível e com convivência social e trabalhos comunitários. A idéia é, de acordo com os princípios [da] permacultura, criar vilas autossuficientes, gerando trabalho, conforto, vida social, saúde, educação, e com o mínimo impacto ambiental (<http://novo.ipemabrazil.org.br/sobre/permacultura>).

As primeiras comunidades intencionais que deram origem ao que hoje denominamos de ecovilas, surgiram a partir da década de 1960. Neste período, o *American Way of Life* se disseminava entre as elites de todo o mundo enaltecendo e estimulando o consumo de bens materiais e a acumulação de riqueza. Paralelamente, começou a surgir mundo afora o movimento da contracultura, onde se contestava tal modo de vida. Este movimento libertário questionava os hábitos da sociedade ocidental, sua organização política e sua estrutura produtiva e social. Almejava uma nova organização da sociedade fundamentada em valores e comportamentos que espelhassem uma relação de respeito e harmonia com o meio ambiente e com as próprias pessoas. Experiências começaram a ser realizadas buscando-se uma aproximação com a natureza “como forma de retorno à essência do homem, da qual havia sido afastado pela distância imposta pela artificialidade tecnológica, urbana e industrial” (BELLEZE et al, 2017, p. 229).

Essa forma de contestação do estilo de vida hegemônico se expressava através do desapego e de novas formas de se vestir, alimentar, morar etc. Buscava-se uma forma de vida comunitária, fortalecendo-se as relações humanas e com o meio ambiente. De certo modo, buscavam um retorno a uma vida mais simples e autônoma, e um retorno a antigas tradições culturais.

Porém, a tarefa demandava engajamento, comprometimento, ações concretas. Foi assim que, para por em prática esses ideais, e re-criar vínculos e projetos comuns, que um grande número de pessoas começou a deixar os espaços urbanos para agrupar-se naquilo que ficou conhecido como comunidades alternativas (SANTOS Jr, 2006, p. 4).

Segundo Santos Jr., as ecovilas tais como as conhecemos hoje são herdeiras deste movimento da contracultura. O termo “ecovila” foi criado na década de 1980 pelo movimento ativista alemão antinuclear, mas ele se disseminou internacionalmente a partir de 1991 com a divulgação do relatório “Ecovilas e Comunidades Sustentáveis”, encomendado pela organização *Gaia Trust*. São herdeiras também do debate que se intensificou nesse período a respeito do esgotamento dos recursos naturais. “(...) tendo se expandido para além dos horizontes “alternativos”, têm, paulatinamente, se tornado experiências comunitárias mais institucionalizadas, abertas a um diálogo (possível) com a sociedade hegemônica” (SANTOS Jr, 2006, p. 8). Em 1995, foi realizada uma Conferência sobre as ecovilas e comunidades sustentáveis na Fundação Findhorn, na Escócia. Durante a conferência criou-se a *Global Eco-Village Network* - GEN (Rede Global de Ecovilas), com a proposta de divulgar e expandir as ecovilas pelo mundo. Também a partir da conferência, a experiência da ecovila passou a ser utilizada pelo Programa de Desenvolvimento de Comunidades Sustentáveis da ONU (BARROS, 2008), sendo considerada por esta entidade uma das 100 melhores práticas de sustentabilidade.

Atualmente, segundo Salazar (2013), tanto as ecovilas quanto a permacultura estão presentes em todos os continentes, embora de forma incipiente. Ambas propostas podem ser compreendidas como parte de um movimento antiglobalização. Enquanto o lado mais visível do movimento antiglobalização utilize como estratégias de contestação protestos e boicotes contra corporações e o modelo econômico vigente, as ecovilas e seus membros buscam uma abordagem diferente. Salazar afirma que a contestação à sociedade de consumo e à globalização por estes indivíduos se dá através da transformação de seu próprio modo de vida e da construção de pequenas comunidades autosustentáveis. Estes indivíduos acreditam que as ecovilas podem ser o modelo de forma de vida para todos os seres humanos.

Segundo a Global Ecovillage Network, ecovilas são comunidades intencionais, rurais ou urbanas conscientemente concebidas através de processos participativos contemplando todas as quatro dimensões da sustentabilidade (social, cultural, ecológica e econômica) com a finalidade de recuperar o ambiente natural e social.

São constituídas por pessoas que desejam uma forma de vida harmônica consigo mesmas, com outras pessoas e com a natureza. Assim, se organizam como um assentamento humano sustentável e de baixo impacto ambiental. Segundo Barros (2008), as ecovilas podem ser tanto urbanas quanto rurais. Têm em comum uma preocupação e cuidado com a natureza e com os seres humanos. Nas ecovilas, o cooperativismo é bastante valorizado.

Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, as ecovilas propõem estruturas físicas e tecnológicas comprometidas com a capacidade de suporte e de resiliência dos ecossistemas, com o uso não excessivo de recursos, dentro de uma permanente visão de reciclagem e respeito à biodiversidade (SANTOS Jr, 2006, p. 10-11).

As ecovilas valorizam e estimulam a produção local de alimentos orgânicos, uso de energias renováveis, recuperação ambiental, reaproveitamento de dejetos e práticas permaculturais. Assim, o respeito à natureza é um valor inerente ao conceito de ecovila.

Através da análise de setenta e sete *sites* de ecovilas, Salazar identificou existirem diversas formas de participação nas comunidades, seja como voluntário, aluno, cliente, visitante, sócio, residente, locatário, entre outros. Diante destas inúmeras formas de participação, os principais motivos que levam estes indivíduos a envolver-se com ecovilas são, em primeiro lugar, a busca por viver em harmonia com a natureza (58% dos sites citaram esta motivação). O segundo motivo, mencionado por 57% dos sites é a busca por um estilo de vida sustentável; e o terceiro, a busca por qualidade de vida, motivo mencionado por 48% dos sites pesquisados. Entre os outros motivos apresentados, encontra-se: a busca por desenvolvimento pessoal (28%); vida em comunidade (25%); futuro melhor para as novas gerações (20%); busca espiritual (19%); mudar o sistema (7%); salvar o planeta (5%); e viver fora do sistema (2%).

Segundo Salazar (2013), através de sua pesquisa foi possível concluir que o motivo que tem levado à expansão das ecovilas está não apenas na busca por uma melhor qualidade de vida, mas principalmente, por uma concepção ética que entende a natureza como possuidora de valores intrínsecos e portanto independentes de sua utilidade aos seres humanos.

Hoje, nas tantas ecovilas espalhadas por diversos países, as experiências bem sucedidas se proliferam, não como meras aplicações de procedimentos exógenos, mas pelo sentido vivencial e territorializado com que são praticadas. Em sua grande maioria, são pessoas que decidiram colocar à prova seus ideais e concretamente buscam soluções simples para as questões mais básicas do viver humano na Terra: trabalhar, se alimentar, vestir, morar, educar os filhos, estabelecer relações e vínculos mútuos, bem tratar seus dejetos, buscar significados vivos para o inaudito. Se comprometem, dia a dia, com a construção de um mundo diferente (SANTOS Jr, 2006, p. 13-14).

Nas duas comunidades estudadas por Abdala e Mocellin, os autores observaram que os 5 R da sustentabilidade (reduzir, reutilizar, renovar, reciclar e repensar) estão totalmente integrados nos seus hábitos de consumo e nas suas formas de vida. Cabe ressaltar que o último princípio dos 5 R (repensar) parece estar relacionado ao impacto das escolhas conscientes de consumo no mundo. De acordo com os moradores das ecovilas pesquisadas isto implica numa mudança de percepção do valor atribuído a um produto baseado exclusivamente na sua utilidade e, assim, rejeitando produtos e serviços que são fornecidos por empresas que não possuem uma política ambiental e priorizando produtos locais. A dimensão “repensar” tem um papel interessante de redefinir o conceito de necessidade, obrigando-nos a restabelecer reais prioridades de vida.

4.2.5 Consumo

A permacultura busca incorporar as noções de responsabilidade e comprometimento em nossa prática de consumo. Como foi dito, advoga pela redução do consumo e se posiciona de forma contrária à acumulação de riquezas e concentração de renda. Defende a criação de métodos em que todos que necessitem tenham acesso a recursos sem a intervenção de intermediários que deturpem essa

lógica, tal como acontece no comércio. Por isso, a cooperação e solidariedade são valores fundamentais para a permacultura.

A concepção política da Permacultura é crescente desde o surgimento da consciência de uma eminente crise ecológica gerando a visão de um futuro próximo onde pessoas e comunidades tentam libertar-se de um sistema decadente, usando as terras no entorno de suas casas para prover suas necessidades básicas. Os ativistas permacultores geram espaços de máxima produtividade e de mínimo desperdício. Trabalham para assentar bases para o surgimento gradual de cooperativas, comunidades ou vilas auto-suficientes como modelos para uma sociedade planetária alternativa. Quanto mais produtivas as áreas dos assentamentos humanos, mais factível será a proteção das florestas e outras áreas silvestres tão necessárias à saúde do Planeta Terra (<https://permacoletivo.wordpress.com/permacultura/>).

Os entrevistados de Abdala e Mocellin compartilham a ideia de que há uma responsabilidade individual quanto ao futuro do planeta. Acreditam que as escolhas pessoais podem fazer diferença e que nossa forma de vida atual ultrapassou os limites aceitáveis de uma existência materialista. Leandro da ecovila Arca Verde entrevistado por Abdala e Mocellin resumiu seu engajamento político e social através da transformação da lógica de consumo da seguinte forma:

We believe that the change happens from bottom up. If people start changing consumption habits we create a shift in demand, a shift in the market. People say “the market demands the perfect fruit”, like it was a superior entity, however, we are the market. All we consume is an investment in what we are buying, not just an individual act. Ask yourself what is the social, economical and ecological impact of what you are consuming. With that notion in mind we buy organic food, for example, and this money, this energy, goes to the organically agriculture that has a different consciousness, that has different habits, that buys in the local market. This way we redirect the economic flows. If we buy a highly industrialized product from a multinational it goes to the big cities, the big industries and the money never comes back to us (ABDALA; MOCELLIN, 2010, p. 11).

Assim como foi identificado entre os adeptos do veganismo, a partir desta fala, pode-se perceber um sentimento de auto-atribuição de responsabilidade individual frente às práticas de consumo. Essa visão é corroborada por Mollison ao argumentar que a adoção de práticas e alocação de recursos financeiros fundamentadas na ética e a determinação de agir de acordo com valores pessoais são atitudes que podem ocorrer independente de grandes mudanças políticas e podem ter significativos

efeitos pessoais de longo prazo. Ou seja, as pessoas podem agir de forma independente de políticas públicas. Segundo o autor, quando um número grande o suficiente de pessoas mudam seus hábitos, então o sistema político pode mudar também. Por esta razão, ele argumenta que a mudança deve começar no indivíduo e depois partir para o âmbito público.

Mollison (2002), argumenta que a medida que o movimento do consumo ético amadurece, a abordagem negativa, através de boicotes, evolui para uma abordagem positiva, através do *buycott*, investindo e apoiando empresas que reduzem a poluição, lixo e uso de energia; que produzem alimentos limpos e orgânicos; que estão envolvidas em reflorestamento; que constroem casas capazes de reduzir o consumo de energia; que investem em transporte limpo; que produzem bens duráveis, úteis e necessários.

Abdala e Mocellin (2010), afirmam que o conceito de necessidade material precisa ser mais amplamente questionado. A busca por uma vida simples requer a redução da dependência do mercado através de uma reformulação das práticas de consumo. Neste sentido, os autores observam uma inter-relação entre a permacultura e o movimento da simplicidade voluntária¹⁰, já que a permacultura propõe uma forma de vida mais simples e menos orientada para o consumismo.

Ao assumir o pressuposto de que o consumo pode se constituir numa ação de âmbito político, será necessário afastar-se da perspectiva que estabelece uma dicotomia entre consumo, visto como pertencente à esfera privada, e cidadania vinculada à esfera pública. Como vimos, embora seja correto afirmar que há limites quanto à capacidade de mudança social provocadas pelo consumidor, não se deve descartar o consumo enquanto espaço de ação política. A permacultura ao preconizar

¹⁰ Prática de anticonsumo cujo objetivo consiste na redução intencional do consumo material. (SEEGEBARTH et al, 2016). Segundo Zamwel et al (2014), simplicidade voluntária é uma forma de vida baseada na ideologia de que se deve minimizar o consumo. Segundo os autores, o movimento da simplicidade voluntária pode ser entendido como um fenômeno social heterogêneo composto por pessoas que se opõem a um estilo de vida consumista e que procuram reduzir seu nível de consumo para aumentar sua qualidade de vida.

um remodelamento das relações entre produção e consumo pode ser entendida como, ela mesma, uma prática de ambientalização e politização do consumo.

Conforme visto, a permacultura compõe um estudo de caso sobre alternativas à nossa forma de vida. Através da conscientização do consumidor, busca-se transformar a relação entre ser humano e natureza, baseada na construção de comunidades auto-sustentáveis, ou seja, que satisfaçam nossas necessidades atuais e ao mesmo tempo aumentem o capital natural para garantir as necessidades das gerações futuras.

5 O CONSUMO E A PERSPECTIVA DOS FUNCIONAMENTOS

Busquei neste trabalho refletir se nós, consumidores, temos alguma parcela de responsabilidade sobre a crise ambiental que vivemos. Será através da mudança da nossa forma de vida, da nossa relação com o consumo e da adoção de práticas de consumo político, o caminho para atingirmos o florescimento do meio ambiente? Se isto for verdade, a aproximação com reflexões e concepções éticas poderá nos indicar o percurso para esta nova relação com o consumo e com o meio ambiente?

No capítulo anterior apresentei dois casos em que indivíduos transformaram seus hábitos de consumo com a finalidade de obter transformações sociais. Esses indivíduos parecem ter partido de concepções éticas bastante sólidas motivando-os a mudar sua forma de vida.

Diante do que foi apresentado nas análises do capítulo anterior, é possível afirmar que tais práticas buscam uma forma de vida que esteja em consonância com uma conduta ambientalmente ética. Contudo, pode-se questionar: existem algumas limitações ou inconsistências do ponto de vista ético em tais práticas? Caso existam, a partir de que parâmetros poderíamos propor mudanças de tais práticas de modo a alcançar uma concepção ética mais abrangente?

Neste capítulo pretendo tecer breves considerações sobre os casos apresentados anteriormente, buscando analisá-los do ponto de vista ético. Em seguida, apresentarei uma perspectiva ética mais inclusiva a qual, acredito, contribuiria para conferir maior coerência moral às práticas do veganismo e da permacultura.

5.1 A ÉTICA E O CONSUMO POLÍTICO

Tendo em vista os aspectos ambientais do consumo, tema abordado no primeiro capítulo, pode-se refletir, evitar ou reduzir o consumo constitui uma ação moral? Já o seu oposto, consumir demasiadamente ou estimular e promover o consumo de bens materiais constitui uma ação imoral?

Para Portilho (2009) as escolhas de consumo estão sempre enraizadas em experiências concretas de pertencimento a uma determinada comunidade moral, ou seja, um grupo de indivíduos que partilham a mesma base normativa, onde algumas escolhas são consideradas moralmente corretas e superiores a outras. Desta forma, o consumo seria um comportamento permeado por regras e valores morais. O que comprar, onde comprar, quanto pagar e economizar são, portanto, decisões morais que produzem e expressam cultura (VIEIRA, 2014, p. 112).

O consumo político na maioria das vezes é motivado por questões éticas. Ainda que não se acredite que o consumo político tenha a capacidade de transformar as práticas do mercado, a partir de uma perspectiva ética um indivíduo deveria sentir-se compelido a mudar seus hábitos de consumo? Se a rejeição ao consumo consistir numa ação moral, para manter-se coerente com seus valores, um indivíduo deveria mudar sua relação com o consumo?

Diante dos casos estudados, percebemos que os adeptos do veganismo e da permacultura, ao mesmo tempo em que acreditam que estão interferindo politicamente na coletividade, adotaram tais práticas para se tornarem coerentes com seus ideais.

Contudo, cabe a pergunta: estas práticas estão de fato condizentes com uma conduta moralmente embasada ou apresentam incoerências éticas? As concepções morais que as fundamentam são abrangentes e inclusivas o suficiente para atender uma proposta de vida que garanta o florescimento do meio ambiente?

Retomando o caso do veganismo, os indivíduos que o adotam buscam construir uma forma de vida coerente com seus valores e, ao mesmo tempo, mudar as práticas do mercado. O que está subjacente na escolha por esta forma de vida é a consolidação de uma concepção ética baseada na ideia de que a hierarquização dos animais, ou seja, o especismo constitui uma ação imoral. A partir deste pano de fundo ético, os veganos optam por consumir de forma coerente com tais concepções e buscam através de sua prática de consumo tornar o mercado mais virtuoso. Contudo, Diêgo Breno Vilela (2013) percebeu em sua pesquisa divergências a respeito da abrangência e dos limites da perspectiva ética que fundamenta o veganismo. Muitos adeptos apresentaram críticas ao próprio veganismo, conscientes de que ele é

incapaz de resolver grandes problemas estruturais e que muitas concessões ainda são feitas. A respeito disto, uma das interlocutoras na pesquisa de Vilela afirma:

Também não acho que o vegetarianismo seja a forma mais ética de alimentação. Por exemplo, a gente continua participando de toda estrutura de injustiça né, a gente toma iogurte de soja da batavo, que é uma indústria que vende laticínio, enquanto que tem algumas escolhas que me parecem mais éticas, tipo, o frugivorismo, participa menos de uma situação de exploração... eu acho que tudo é uma procura para se desvencilhar dessa situação dessa exploração (ANTÔNIA, 10/02/2013). (VILELA, 2013, p. 83)

Nesta fala, a interlocutora demonstra que é impossível rejeitar todas as formas de exploração através dos hábitos de consumo e percebe no veganismo uma forma de minimizar os danos.

Tal colocação nos leva a questionar a abrangência do veganismo. Segundo Taiane Linhares (2011), costuma-se atribuir ao veganismo a preferência para a atuação em prol dos animais não-humanos, o que muitas vezes resulta numa omissão quanto às formas de exploração e sofrimento às quais muitos seres humanos também são vítimas. Assim, os veganos costumam ser acusados de atuar apenas pela causa animal e ignorar as questões que afligem os seres humanos. Para rebater tal visão, alguns veganos observados na pesquisa de Linhares costumam resumir sua postura através da expressão “libertação animal, humana e não-humana”, reafirmando o fato de que os seres humanos são também animais e seres vulneráveis a sofrimentos devendo ser também objetos de consideração moral. Como observa um dos sujeitos da pesquisa de Linhares:

A coisa mais básica na qual se fundamenta o veganismo é a oposição ao especismo. Isso implica em não valorizar o sofrimento de determinada espécie em detrimento de outra. Tanto o sofrimento do homem, quanto o sofrimento de qualquer outro animal capaz de experimentar dor é condenável. (Renato). (LINHARES, 2011, p.81)

Certos veganos têm buscado se associar a movimentos sociais cujo objetivo é combater as formas de exploração e discriminação de seres humanos, lutando contra o racismo, o sexismo, a homofobia entre outras. Embora a maioria dos veganos pareça reconhecer que a luta contra o especismo implica também na luta contra

opressões a seres humanos marginalizados, a defesa por um veganismo que atue em torno de todas estas causas não é unanimidade.

Linhares (2011), em sua pesquisa, expõe divergências de opinião sobre se a forma de vida vegana deve incluir também as questões tipicamente humanas no seu campo de preocupação, abarcando outras lutas e questões na sua atuação política e nos seus hábitos de consumo.

A autora apresenta como exemplo a fala de alguns indivíduos. Gustavo, um dos membros da comunidade pesquisada afirma: “O veganismo está perdendo sua unidade e especificidade, se é que um dia chegou a ter, e está se perdendo num oceano de interesses particulares que nada ou pouco tem a ver com a questão dos animais” (LINHARES, 2011, p. 89).

Guilherme, concordando com Gustavo afirma:

Por mais que haja relação entre libertação humana e libertação animal, veganismo diz respeito à última. Às vezes me parece que boa parte do pessoal vê o veganismo como síntese de todas as causas libertárias. Essas pessoas têm que perceber que essa associação de ideias se dá na cabeça delas, e parar de estender isso aos outros (LINHARES, 2011, p. 91).

Conforme Linhares apontou há muita divergência quanto a este assunto. Eric, outro participante observado pela autora se opôs às opiniões expressadas anteriormente, afirmando:

É impossível ter um veganismo isolado de outros movimentos devido a uma questão de coerência: o veganismo tanto é uma das conclusões lógicas de diversas idéias quanto pressupõe diversas outras idéias. A solidariedade vegana com outras lutas de libertação animal humana ou não-humana é uma coisa óbvia e indissociável. Agora, quais desses movimentos deveriam ser apoiados ou não é uma questão com milhares de respostas diferentes (LINHARES, 2011, p. 89).

Tendo em vista esta divergência pode-se afirmar que há espaço para diferentes formas de atuação dentro do veganismo. Percebe-se que não existe necessariamente uma uniformidade entre as formas de ação e que há valores e opiniões divergentes entre os veganos. “A indeterminação dos limites da noção de

libertação animal no veganismo abre a possibilidade de uma “estilização” da ética vegana” (LINHARES, 2011, p. 91).

Uma possível interpretação para tais discordâncias seria a dificuldade prática de atender a tantas demandas. Alguns veganos optam por uma linha de ação, privilegiando a luta contra a exploração animal. Acentuando, desse modo, uma inconsistência entre o posicionamento ético e uma forma de vida coerente com tal perspectiva. Contudo, cabe questionar se uma forma de vida totalmente coerente com esta concepção moral é realmente viável. Como ser fiel a estes valores sem romper completamente os laços com a forma de vida na qual estes indivíduos estão culturalmente habituados? É possível, por exemplo, ser vegano em um ambiente urbano? Ou ainda, é possível ser vegano em um mundo capitalista? A respeito desta dificuldade de abarcar todos os aspectos sobre os quais o veganismo se posiciona eticamente, Vilela conclui: “uma vez que não é possível ser vegano o tempo inteiro, o veganismo, é, antes de tudo um tentar ser, algo que se está o tempo inteiro tentando ser posto em prática” (VILELA, 2013, p. 83).

Outro aspecto em que podemos observar uma inconsistência com a concepção ética que fundamenta o veganismo está relacionado com a crescente expansão de uma “indústria” de produtos veganos. O veganismo está virando moda e a popularização deste estilo de vida tem sido acompanhada de uma crescente expansão comercial direcionada aos veganos. Novos produtos, serviços e empresas têm surgido com o objetivo de atender as demandas deste novo nicho de mercado.

Este processo, ao mesmo tempo que é demandado e importante para facilitar o dia-a-dia dos veganos, é problemático por dois motivos. Primeiro porque tem conferido ao movimento uma característica de luxo, o que provoca uma elitização do movimento. Ofertas de produtos exclusivos, artesanais, sofisticados têm conferido ao veganismo um caráter de luxo. Assim tem-se observado a propagação de um consumo vegano como um consumo de elite. É possível observar uma crescente elitização e *gourmetização* do veganismo, que passa a se direcionar principalmente a pessoas com alto poder aquisitivo. Assim, tem-se a impressão de que só podem aderir ao veganismo aqueles que têm condições financeiras de arcar com os produtos comercializados especificamente para este segmento. Este processo, portanto, tem

restringido o acesso ao veganismo de acordo com a classe social. Além de socialmente injusta, a nova característica elitista que vem sendo associada ao veganismo é equivocada porque a vinculação do veganismo com produtos caros ou *gourmet* está relacionada a um oportunismo de mercado e não propriamente a reais exigências deste estilo de vida. Adotar o veganismo em si não deveria ser financeiramente custoso, já que os produtos de origem vegetal geralmente são mais baratos do que os produtos de origem animal.

O segundo problema relacionado à “industrialização” do veganismo consiste na incoerência deste próprio processo. O veganismo enquanto uma prática que visa se posicionar contra a exploração animal não pode estar dissociado das preocupações com impactos ambientais. Como conciliar uma forma de vida que busca ser ambientalmente ética com o aumento da produção e a expansão da comercialização de produtos, ainda que fabricados de modo coerente com os valores veganos?

O veganismo, ao limitar sua atuação na luta pelo abolicionismo animal, pode acarretar numa rejeição a questões de cunho exclusivamente ambientais. Ainda que a possibilidade de dissociação entre as lutas animal e ambiental seja questionável, pode-se dizer que o veganismo tem privilegiado hábitos de consumo que se opõem à exploração animal, mas acaba muitas vezes ignorando, nas escolhas de consumo, aspectos que levem em consideração unicamente os impactos ambientais dos produtos. Por exemplo, o consumo de artigos fabricados com derivados de petróleo, tais como plástico, está relacionado a significativas consequências ambientais. Contudo, sua produção não provocou diretamente o sofrimento de animais tais como a produção de carne animal, de leite ou de ovo. Ainda que esta afirmação possa ser questionada, já que qualquer interferência no meio ambiente produz indiretamente perturbações e, portanto, sofrimento a animais que convivem nestes locais, não é comum a associação das atividades relacionadas ao petróleo com questões de sofrimento aos animais. Neste sentido o uso de materiais plásticos, e os demais derivados do petróleo, torna-se “autorizado” e moralmente aceito em uma perspectiva de vida vegana.

Conforme foi apontado no capítulo anterior, há uma porcentagem pequena de veganos que são motivados por causas ambientais. Contudo o veganismo não tem

como estar dissociado da questão ambiental. Como buscar a libertação animal em um meio ambiente degradado? A postura do vegano que não se preocupa com questões ambientais é uma incoerência para o próprio movimento.

O fato do veganismo ter como foco de consideração moral os seres sencientes pode aproximá-lo de uma perspectiva em que o meio ambiente seja compreendido de forma instrumentalizada. Embora seja compreensível a dificuldade de adotar no cotidiano um estilo de vida que atenda a muitas demandas, acredito que esta perspectiva enfraquece o movimento do veganismo. Fundamentando-se numa abordagem mais inclusiva e abrangente, entendo ser possível conferir maior coerência e integridade ao veganismo. Por isso, apresento na parte final deste capítulo a teoria dos funcionamentos, perspectiva ética que poderia fornecer maior consistência filosófica ao movimento vegano.

Mudando agora o foco desta análise, passarei a refletir sobre o caso da permacultura. Em um sentido oposto ao veganismo, a permacultura parece priorizar a questão ambiental em detrimento da questão animal. Embora, como foi dito anteriormente, seja difícil dissociar as duas questões, pode-se afirmar que a permacultura não se preocupa prioritariamente com a abolição animal e, portanto, com o não sofrimento dos animais, mas sim em proporcionar melhores condições ambientais para garantir a sustentabilidade da vida na Terra.

Conforme vimos no capítulo anterior, a permacultura foi concebida com um propósito não-antropocêntrico. Ela possui uma visão sistêmica de mundo e neste sentido, entende que é preciso garantir um meio ambiente saudável para proporcionar a sobrevivência de todas as formas de vida. Bill Mollison (2002) busca defender que, embora as técnicas e o próprio objetivo da permacultura visam garantir condições sustentáveis para a vida humana, devem estar embasadas em valores ecocêntricos. Por outro lado, Mollison não descarta a possibilidade de que pessoas com concepções antropocêntricas possam adotar a permacultura, já que mesmo estas deverão ter uma preocupação com a conservação ambiental.

Consideration of these rules of necessitous and conservative use may lead us, step by step, to the basic realisation of our interconnectedness with nature; that we depend on good health in all systems for our survival. Thus,

we widen the self-interested idea of human survival (on the basis of past famine and environmental disaster) to include the idea of 'the survival of natural systems', and can see, for example, that when we lose plant and animal species due to our actions, we lose many survival opportunities. Our fates are intertwined. This process, or something like it, is common to every group of people who evolve a general earthcare (MOLLISON, 2002, p. 3).

A visão sistêmica introduzida por Mollison aponta que a manutenção da vida humana depende da preservação de um grande sistema que a engloba. Deste modo Mollison justifica a preocupação com a conservação ambiental. Pode-se perceber uma tentativa por parte de Mollison de fugir da perspectiva antropocêntrica e advogar pela ecocêntrica. Contudo, há uma incoerência nas suas afirmações. Ao mesmo tempo em que defende uma perspectiva baseada na natureza, ele a coloca como um meio de proporcionar a sobrevivência da espécie humana.

Percebe-se também que suas técnicas têm sido voltadas principalmente para atender a vida humana. Pode-se afirmar isto ao se observar uma instrumentalização de determinados animais e do próprio meio ambiente. Ainda que a maioria dos permacultores defenda uma alimentação vegetariana, é comum o uso de galinhas, por exemplo, não apenas para produção de ovos mas também porque contribuem para o trabalho do agricultor. Ao ciscarem e revolverem o solo, elas facilitam a preparação para o cultivo. É comum também a utilização de esterco de galinhas e de bois nas plantações. Assim, há um uso da "força de trabalho" destes animais para atender interesses específicos dos seres humanos. Neste sentido, a permacultura não se apresenta de forma coerente com uma perspectiva ecocêntrica, tal como Mollison procura associar.

Mollison buscou referências na perspectiva aborígene para fundamentar uma concepção ética da permacultura.

For every scientific statement articulated on energy, the Aboriginal tribespeople of Australia have an equivalent statement on life. Life, they say, is a totality neither created nor destroyed. It can be imagined as an egg from which all tribes (life forms) issue and to which all return. The ideal way in which to spend one's time is in the perfection of the expression of life, to lead the most evolved life possible, and to assist in and celebrate the existence of life forms other than humans, for all come from the same egg (MOLLISON, 2002, p. 2).

Assim, Mollison busca conferir valor intrínseco à vida, respaldando sua visão ecocêntrica. *“I believe that unless we adopt sophisticated aboriginal belief systems and learn respect for all life, then we lose our own, not only as lifetime but also as any future opportunity to evolve our potential”* (MOLLISON, 2002, p. 2).

Conforme veremos adiante, a perspectiva ecocêntrica pode gerar algumas inconsistências ao apresentar a vida como um fim em si mesmo e, portanto, objeto de consideração moral. Acredito que a permacultura pode se beneficiar ao deixar de atribuir valor à vida e passar a compreender os sistemas funcionais como foco de sua concepção moral.

A permacultura apresenta algumas semelhanças com a perspectiva dos funcionamentos. Ambas estabelecem concepções sistêmicas. Tal como a permacultura, a teoria dos funcionamentos propõe uma observação dos sistemas naturais. Contudo, elas se diferenciam no critério de inclusão moral. Enquanto a permacultura se baseia no valor à vida, a teoria dos funcionamentos se baseia nos sistemas funcionais, que será abordado a seguir.

A partir de algumas ideias colocadas por Mollison podemos inferir que as duas propostas são compatíveis. Contudo, Mollison não explora nem aprofunda sua perspectiva ética, apresentando assim diversas inconsistências. Isto é compreensível porque o objetivo de sua proposta não é construir uma teoria filosófica. Mas acredito que a permacultura poderia se tornar uma prática ainda mais rica e íntegra, contando com um embasamento filosófico mais sólido, fundamentado na perspectiva dos funcionamentos.

Tanto o veganismo quanto a permacultura constituem ações baseadas em perspectivas éticas, mas apresentam algumas incoerências entre seus valores e suas condutas. Além disso, tais concepções éticas, ainda que busquem ser mais inclusivas, apresentaram algumas limitações. Seria possível então indicar um caminho para um consumo ético fundamentado numa perspectiva moral mais abrangente?

5.2 TEORIA DOS FUNCIONAMENTOS

A teoria dos funcionamentos foi desenvolvida pela Professora Maria Clara Dias como uma proposta de concepção ética mais inclusiva. A partir da teoria dos funcionamentos, o meio ambiente, foco de estudo deste trabalho, poderá ser compreendido como objeto da consideração moral, de tal modo que o discurso sobre a moralidade "não dependa da referência a uma ontologia metafísica ou a uma cosmovisão transcendente" (DIAS, 2015, p. 8).

A teoria dos funcionamentos se difere de todas as outras teorias éticas desenvolvidas até então. Cabe uma breve explanação a respeito da divergência quanto ao concernido moral entre a perspectiva dos funcionamentos e outras correntes relevantes.

Na perspectiva kantiana, por exemplo, o foco da moralidade está voltado para seres racionais e sua capacidade de autodeterminação, assumindo uma concepção estritamente antropocêntrica. O problema com esta delimitação é que ela exclui do seu campo de consideração uma grande quantidade de seres com os quais estamos habituados a manter uma conduta moral. Mesmo apresentando viés antropocêntrico, a moralidade centrada na racionalidade acaba por excluir da nossa consideração moral não só a maioria dos seres não-humanos que habitam nosso planeta, como também diversos indivíduos da espécie humana, tais como os bebês, deficientes mentais, idosos.

Por isso, esta perspectiva mostrou-se bastante excludente. Na busca por uma característica mais abrangente em que seja possível abarcar mais indivíduos no campo de consideração moral, surge como alternativa a corrente utilitarista.

Fundada pelo filósofo Jeremy Bentham, a teoria utilitarista entende que a moralidade está ancorada no bem-estar, ou seja, para ela, o objetivo da ética consiste em buscar o prazer e evitar o sofrimento. Assim, se distingue das teorias éticas desenvolvidas até então e traz um componente revolucionário: a racionalidade deixa de ser critério para a inclusão moral. Com o deslocamento de foco para o bem-estar basta que um ser seja vulnerável à dor e ao prazer para que seja considerado um

concernido moral. Por ser mais inclusivo, o utilitarismo representou um enorme avanço do ponto de vista da justiça.

Vale ressaltar que na teoria utilitarista, interessa abordar as vertentes utilitaristas desenvolvidas por Jeremy Bentham e por Peter Singer pois John Stuart Mill, outro notório filósofo utilitarista, divergia de Bentham. O aspecto qualitativo para Mill também deveria ser considerado. Ele concordava que o objetivo da moralidade deveria estar na busca pelo prazer, mas introduziu uma qualificação dos tipos de prazeres que mereciam ser privilegiados em detrimento de outros. Neste ponto, Mill incorporou alguns princípios kantianos como o da liberdade, reintroduzindo uma distinção e uma hierarquização entre os seres racionais e os não-rationais. Para ele, as satisfações de tipo superior são possibilitadas pela razão, enquanto que as de tipo inferior são aquelas que atendem às necessidades corporais.

Posteriormente, Peter Singer aproximando-se da vertente defendida por Bentham adaptou o conceito de bem-estar, desenvolvendo o utilitarismo de preferências, baseando-se na senciência como critério de inclusão moral. Desta forma, ele declaradamente passou a incluir a maior parte dos seres humanos e animais não-humanos. Singer considera que todos os seres sencientes possuem interesses básicos, como, por exemplo, o de ter uma vida em liberdade e sem sofrimento. Assim, nosso compromisso moral se daria com todos os seres sencientes.

A doutrina utilitarista, embora mais inclusiva que a kantiana, ainda possui limitações. Nela, qualquer ser ou elemento não senciente estaria fora da consideração moral, inclusive o meio ambiente. Segundo Maria Clara Dias, ainda que a moralidade seja uma criação humana, "isso não impede que estendamos os valores e princípios que a caracterizam a todos os seres com os quais mantemos relações e com cuja prosperidade relacionamos nosso ideal de uma vida plena" (DIAS, 2015, p. 26).

Com o objetivo de superar as limitações impostas por estas teorias éticas, Dias propõe uma nova perspectiva onde o foco da moralidade esteja centrado não mais nos seres racionais, tampouco nos seres sencientes, mas sim nos sistemas funcionais. Se existem funcionamentos básicos indispensáveis à realização de qualquer entidade, então garantir a integridade de tais funcionamentos será o objetivo desta teoria ética.

Pela forma como são caracterizados os concernidos morais, esta perspectiva rompe com as hierarquias tradicionalmente impostas entre seres racionais e não-racionais, humanos e não-humanos, sencientes e não-sencientes.

A autora afirma que a partir desta forma de identificação do foco de consideração moral será possível não somente expandir o discurso moral, tornando-o mais inclusivo e aproximando-o da busca por uma universalidade, como também se constituirá numa forma mais adequada de atender as demandas e especificidades de cada ser.

Para esclarecer o que são sistemas funcionais, Dias propõe o exercício de descrever o que caracteriza uma entidade. Pensemos no exemplo de um copo, como poderíamos defini-lo? Seria através da afirmação: objeto cilíndrico de vidro? Ainda que esta descrição possa servir para especificar algum tipo de copo, ela não é propriamente uma definição capaz de abranger todos os aspectos envolvidos na caracterização deste objeto. Afinal, um copo pode ser cilíndrico, quadrado ou ainda de algum outro formato. Também pode ser composto de vidro, de plástico, de papel. A afirmação que mais se aproxima da definição de um copo talvez seja aquela que o caracteriza como um objeto para beber líquidos. Assim, o modo que utilizamos para definir esta entidade não se baseou numa descrição material, mas sim funcional. Dias argumenta então que qualquer entidade é melhor identificada através das suas características funcionais.

Esta forma de definição pode ser considerada adequada para caracterizar qualquer ser vivo, seja ele humano ou não, e também seres inanimados, como o copo. O objetivo da moralidade será então garantir o florescimento dos diversos sistemas funcionais, ou seja, o que se busca é a realização plena do projeto de vida de cada sistema funcional. Deste modo, a interferência na forma de vida dos animais não-humanos, por exemplo, poderá ser interpretada como um erro moral, pois podemos estar impedindo que estes realizem seus funcionamentos básicos.

Assim, na teoria dos funcionamentos são tidos como objetos de consideração moral: os seres humanos, animais não-humanos, o meio ambiente, obras de arte e outros objetos inanimados. Segundo Maria Clara Dias, o “foco de nossa concepção de justiça [são] os funcionamentos básicos de cada sistema funcional existente”

(DIAS, 2015, pg. 26). “Se pudermos identificar um sistema funcional, seja ele humano, animal ou não, teremos o compromisso moral de não impedir seu bom desempenho, ou ainda, de promover seu florescimento” (op. cit., p. 31).

Na teoria dos funcionamentos, diferente da perspectiva kantiana e da utilitarista, é atribuído ao meio ambiente valor intrínseco. A concepção utilitarista, mesmo tendo um critério de inclusão moral mais ampliado que a kantiana, concede ao meio ambiente valor meramente instrumental.

Peter Singer discute em seu livro *Ética Prática* a possibilidade de se entender o meio ambiente como concernido moral. Ele questiona quais valores devem nos pautar para considerar os interesses de criaturas não-sencientes. Como poderíamos saber o que é bom ou mau para os outros seres vivos e por que deveríamos nos importar com isso? Para Singer não há argumentos plausíveis para se colocar no mesmo patamar de igualdade seres sencientes e não-sencientes. O recorte da senciência lhe parece fazer mais sentido do que um recorte que demarque seres vivos de seres inanimados.

Se o utilitarismo não dá conta de abarcar todas as formas de vida e outras entidades não-sencientes como, por exemplo, o meio ambiente, a visão ecocêntrica tem buscado incluir todos os entes que geralmente são excluídos de nossa comunidade moral. A concepção ecocêntrica trazida pela ecologia profunda¹¹ busca apresentar uma visão não-antropocêntrica na qual o meio ambiente pode ser compreendido como um fim em si mesmo, rejeitando qualquer tipo de hierarquia entre os seres e entre a natureza.

(...) o conceito de ecossistema apresentado pela perspectiva ecocêntrica permite a superação da concepção amparada exclusivamente no homem, ampliando a noção de comunidade a uma unidade complexa com caráter de sistema. Em meio ao sistema complexo, todas as partes passam a ocupar papel preponderante para o bom funcionamento do mesmo. Desse modo, não somente a ação humana merece destaque, mas fatores abióticos (ar, água, minerais e energia) e bióticos (plantas, vegetais em geral, os animais e os microorganismos) passam a compor esse ambiente, o ecossistema (OLIVEIRA, 2015, p. 218).

11 Teoria ética, desenvolvida pelo filósofo Arne Naess, que defende o “igualitarismo biosférico”. De acordo com esta perspectiva todos os seres vivos são iguais e possuem valor independente de sua utilidade para os outros.

A perspectiva ecocêntrica parece atingir um fim semelhante àquele buscado pela teoria dos funcionamentos, contudo se distingue em um ponto fundamental. Diferente da teoria dos funcionamentos, o ecocentrismo está fundamentado na vida enquanto um valor e um fim em si mesmo, no entanto, isto pode gerar diversas implicações e conflitos morais. Se a vida for entendida como um valor em si mesmo, já não poderíamos, por exemplo, defender ações como o aborto, a eutanásia, ou outras ações que implicam na morte de seres vivos.

Fabio Oliveira (2015) afirma ser importante entender os problemas ambientais de maneira integrada não os abordando de modo simplista e fragmentado. É preciso, portanto, entender o caráter sistêmico do meio ambiente. Segundo o autor, a visão ecocêntrica dá um primeiro passo na direção de uma visão sistêmica do mundo natural, mas a teoria dos funcionamentos vai além.

Já apresentamos o critério de individuação proposto pela teoria dos funcionamentos e seu objetivo. Cabe agora elucidar a justificativa para a inclusão moral do meio ambiente no nosso campo de concernidos morais. Para tanto, Dias recorre ao conceito de mente estendida, afirmando ser possível utilizarmos elementos externos ao nosso corpo físico como integrantes do nosso processo cognitivo. Como exemplo a autora cita o modo como utilizamos uma agenda. Em alguns casos não será possível confiar apenas em nossa memória para recordarmos de algum compromisso. Neste sentido, a agenda, mesmo não fazendo parte do nosso corpo, funciona como um instrumento que complementa nossa memória e, portanto, integra nosso processo cognitivo. Assim, podemos considerar que determinados elementos externos, ainda que sejam objetos inanimados, podem ser componentes constitutivos de um determinado sistema funcional. No exemplo mencionado, a agenda exerce uma função fundamental para o bom desempenho de um sistema funcional que consiste numa pessoa cuja memória já não é confiável. A agenda, portanto, pode ser considerada um sistema acoplado àquele sistema funcional.

Imaginemos que o *Senhor X* é um indivíduo cego que utiliza uma vara para calcular sua distância dos outros objetos e, com isso, garantir sua integridade física frente a possíveis embates. Qualquer um de nós que retirasse sua vara estaria causando-lhe dano e comprometendo parte de seus funcionamentos. A vara e o *Senhor X* formam um sistema funcional único e romper esta

conexão significa causar dano ao sistema. Outros claros exemplos deste tipo podem ser ilustrados pelos blocos de apontamentos de um estudante, o óculos de um míope ou o pedaço de pano que um bebê utiliza para dormir. Todos estes objetos podem estar de tal forma acoplados ao nosso sistema cognitivo e/ou afetivo que passam a formar parte do que somos. Isto é ainda mais evidente quando pensamos na nossa linguagem, nos livros, músicas e imagens que registramos no mundo. Um dano a qualquer entidade deste tipo é um dano a nossa própria forma de realização (DIAS, 2015, p. 61).

Dias ressalta que nem todos os objetos que exercem alguma função útil à um sistema funcional compõe um sistema acoplado.

Alguns objetos são, portanto, capazes de integrar o nosso processo cognitivo e se tornar parte de nossas mentes, mas receber o *status* privilegiado de uma entidade com valor moral dependerá certamente do modo como cada objeto se relaciona a um sistema funcional que valoramos. Quando um objeto é parte constitutiva de nós mesmos enquanto sistema funcional, protegê-lo, preservá-lo e respeitá-lo moralmente é uma condição do nosso próprio florescimento (DIAS, 2015, p. 62).

Importante ressaltar que ainda que a teoria dos funcionamentos permita incluir certos objetos em nosso campo de consideração moral enquanto sistemas acoplados, isso não significa dizer que ela abre espaço para o consumismo. Os casos em que se atribui valor intrínseco a certos objetos são aqueles em que se pode considerá-los constitutivos do ser. Objetos supérfluos não estariam enquadrados nesta categoria. A escolha pela inclusão de um objeto inanimado está relacionado com o fato daquele objeto tocar diretamente determinado indivíduo ao qual está acoplado e que de alguma forma é responsável pelo pleno funcionamento e até pelo equilíbrio psicológico daquele sujeito. O consumismo que se busca criticar é aquele que se dá na relação quase adicta de apropriação de coisas que são absolutamente descartáveis e dispensáveis para a realização plena de qualquer sistema funcional.

Para Maria Clara Dias, o critério para inclusão do meio ambiente, ou o que justificaria uma conduta na qual se busca a preservação ambiental, não seria o valor instrumental que ele possui frente a nós, seres humanos, ou seja, de podermos vinculá-lo diretamente a fins especificamente humanos. Para ela, a justificativa para inclusão do meio ambiente consiste no reconhecimento da riqueza e complexidade dos diversos sistemas que o compõe. Desta forma, nós, seres humanos, lhe

atribuímos um valor intrínseco e, na medida em que já não nos percebemos como indivíduos encerrados nos limites de nosso próprio corpo, passamos a adotar partes deste grande sistema como constitutivas de nossa própria identidade.

Como foi dito, o utilitarismo, assim como a maioria das correntes éticas, não atribui ao meio ambiente o *status* de concernido moral. Contudo, não estaria equivocado inferir que proteger o meio ambiente seja uma ação moralmente justificada para a maioria destas correntes, mesmo naquelas cuja perspectiva seja estritamente antropocêntrica, como na concepção de moralidade defendida por Kant. Proteger a natureza é fundamental para garantir o bem-estar e a sobrevivência da humanidade. Ao se universalizar uma atitude negligente com a natureza, estamos interferindo na liberdade de outras pessoas e, ao mesmo tempo, em sua dignidade, já que a maior parte da humanidade não sobreviveria em um ambiente degradado. Neste caso, ainda que o meio ambiente seja considerado um fim em si mesmo, protegê-lo pode ser percebido como uma ação moral.

Na teoria utilitarista, busca-se satisfazer o interesse da maioria como forma de dirimir conflitos que incidem sobre os interesses individuais. Portanto, o respeito ao meio ambiente é necessário para garantir o bem-estar da humanidade, constituindo uma ação moralmente legítima.

A partir da concepção utilitarista desenvolvida por Peter Singer, podemos nos questionar se na prática haverá diferenças fundamentais entre a perspectiva dos funcionamentos e o utilitarismo, no que diz respeito à forma de preconizar condutas quanto ao meio ambiente. Para tentar responder a este questionamento cabe inicialmente pensar numa comparação entre a argumentação filosófica desenvolvida pelas duas teorias em um exemplo específico.

Se considerarmos o caso da Floresta da Tijuca, nossa preocupação com a sua preservação se dará por ela abrigar diversos seres sencientes que dependem de sua manutenção ou porque atribuímos valor intrínseco à floresta em si? Segundo Maria Clara Dias, o valor atribuído não será instrumental quando nossa justificação para a preservação ambiental se amparar no desejo de que aqueles sistemas floresçam plenamente.

Do ponto de vista do utilitarismo esse valor será instrumental porque o valor

atribuído a algo não-senciente é dado pelo tipo de benefício que aquilo pode nos trazer. Sendo assim, a preservação da floresta é necessária apenas para garantir o bem estar das espécies sencientes que a habitam. Já para a perspectiva dos funcionamentos, os concernidos morais não são apenas as espécies de animais que dependem da floresta, mas a própria floresta em si porque ela também é um sistema funcional. Neste caso, o valor é inerente àquele sistema. Assim, do ponto de vista teórico, a forma como as duas correntes valoram o meio ambiente é absolutamente diferente.

Mas, e do ponto de vista prático? A partir de diferentes concepções éticas haverá diferença significativa na nossa conduta com o meio ambiente? Porque a atribuição de valor a esta entidade de forma meramente instrumentalizada não seria uma valoração suficiente? Que vantagem existirá em considerar o meio ambiente um concernido moral? Para tentar responder a estes questionamentos podemos nos amparar em algumas pesquisas que buscam comparar o comportamento dos consumidores em relação aos valores que os norteiam (DE GROOT; STEG, 2008; HANSLA et al., 2008; BECK; PEREIRA, 2012). Estas pesquisas têm apontado para o fato de que indivíduos com concepções fortemente antropocêntricas estão menos dispostos a adotar posturas ambientais do que indivíduos com concepções ecocêntricas. Os indivíduos cujos valores morais estão alinhados ao ecocentrismo atribuem valor intrínseco à natureza, ou seja, a compreende como um fim em si mesmo. E a defesa da sua preservação decorre da crença nesse valor intrínseco, ao contrário do que ocorre com o antropocentrismo, no qual, a motivação pela preservação ambiental está relacionada à manutenção de sua própria qualidade de vida.

Os indivíduos que demonstram preocupação com a natureza por razões antropocêntricas (proteção da natureza para “meu” bem-estar) têm menos atitudes realmente preocupadas com a preservação da natureza do que aqueles com valores ecocêntricos (preservação da natureza pelo bem-estar “dela própria, das plantas e animais”). As pessoas que baseiam suas crenças em valores egoístas e com características do antropocentrismo se preocupam e tendem a se comportar em prol do meio ambiente quando se sentem ameaçadas pelas consequências adversas para as coisas que valorizam, por exemplo, ameaça à sua própria saúde (egoísta), riscos aos seres humanos (social-altruístas) ou animais e plantas (biosférica) (Hansla et al., 2008). Estes

indivíduos sentem que o meio ambiente deva ser protegido para que seja mantida ou melhorada a sua própria qualidade de vida, revelando que estes valores refletem os interesses pessoais. Segundo Stern (2000), as pessoas com orientação de valores egoístas consideram os custos e benefícios de seus comportamentos ambientalmente significativos somente para si mesmos (BECK; PEREIRA, 2012, p. 58).

Repensando o fenômeno do veganismo à luz da perspectiva dos funcionamentos, a senciência passa a ser apenas mais um funcionamento a ser considerado básico para alguns sistemas funcionais. A inclusão no âmbito da moralidade não estaria, portanto, associada à senciência, mas ao reconhecimento de uma entidade, como um sistema funcional, com características próprias e demandas específicas para o seu bom funcionamento. Assim, torna-se possível preencher certas lacunas, que poderiam aprimorar a prática do veganismo. Nesse sentido, os animais não-humanos permaneceriam sendo compreendidos como concernidos morais, seres para com os quais teríamos a obrigação de manter uma conduta ética. Dado que qualquer interferência, exploração e dano à sua forma de vida representaria uma interferência na realização dos seus funcionamentos básicos, estamos compelidos moralmente não apenas a não causar-lhes danos, através do seu uso como fonte de alimento, por exemplo, mas também a não interferir na sua forma de vida. Além do compromisso moral com os animais não-humanos, a teoria dos funcionamentos nos obriga a manter igualmente um compromisso com o meio ambiente, não por ser necessário à sobrevivência dos animais humanos e não-humanos, mas por ser, o próprio meio ambiente, um sistema funcional. Nossa responsabilidade moral se estende também a todos os seres humanos, sejam eles racionais ou não, sencientes ou não. Assim o campo de lutas e compromissos morais no veganismo se tornaria mais abrangente, incluindo sistemas funcionais atualmente explorados e oprimidos.

Repensar o veganismo à luz da perspectiva dos funcionamentos implica, portanto, em repensar e reestruturar sua forma de vida e suas práticas de consumo. Há aqui uma nova questão: será possível haver bens de consumo produzidos nesta nova lógica moral? O que podemos concluir é que novas formas de produção teriam de ser reformuladas para atender tais compromissos morais. O consumo de

supérfluos e de boa parte dos produtos e serviços que estamos habituados a consumir atualmente já não fariam mais sentido neste novo cenário.

Cabe também reexaminar a permacultura a partir do ponto de vista da teoria dos funcionamentos. Como foi apresentado, Bill Mollison parece indicar que a permacultura está ancorada no valor à vida enquanto critério para inclusão moral. Contudo, este critério pode gerar diversas incoerências e restrições em sua aplicação. Como seria possível justificar a instrumentalização de animais e do meio ambiente em uma perspectiva cuja vida seja o foco da moralidade?

A perspectiva dos funcionamentos pode ser apresentada como uma teoria filosófica que eliminaria estas incoerências. Quando passamos a compreender o meio ambiente e os animais não-humanos como sistemas funcionais, ambos passam a estar incluídos em nosso campo de consideração moral. A partir de então torna-se necessário rever algumas práticas preconizadas pela permacultura a fim de garantir a coerência com esta perspectiva. Não haveria mais motivos para o uso de animais como parte do sistema permacultural, por exemplo, porque isto seria um prejuízo ao seu bom funcionamento. Tampouco seria justificável um manejo do meio ambiente com o objetivo único de atender interesses à vida humana.

Assim, a perspectiva dos funcionamentos é uma teoria moral que pode contribuir para o aperfeiçoamento desses dois fenômenos.

Desse modo tentei demonstrar a importância de se buscar uma concepção ética mais inclusiva e que possa fundamentar nossa forma de vida permitindo não apenas uma relação cooperativa com o meio ambiente, mas também o seu florescimento.

(...) o enfoque nos funcionamentos amplia nossa forma de compreender o mundo do qual fazemos parte, exigindo de nós uma conduta moral mais atenta às variáveis que compõem os diferentes sistemas funcionais do ecossistema. Sendo assim, tal perspectiva aponta para um remodelamento do conceito de justiça ambiental atualmente endossado por diversas instâncias políticas que, sob a bandeira da sustentabilidade e da economia verde, permanecem alocadas em um pensamento tradicional que impede que nossa comunidade moral seja ampliada para além do paradigma antropocêntrico vigente. A perspectiva dos funcionamentos tampouco apela para uma visão transcendental que procura justificar o modo pelo qual a comunidade moral merece ser ampliada. Ao contrário, procura oferecer razões aliadas à produção de um conhecimento constante do nosso tempo, disposta a reconstruir e ampliar a comunidade moral ao longo da história que estamos ajudando a construir (OLIVEIRA, 2015, p. 223 - 224).

Com este trabalho busquei refletir se a solução dos problemas ambientais envolve uma tomada de posição da população e uma mudança na sua “forma de vida”. Dispondo de uma concepção ética mais abrangente e assumindo a possibilidade do consumo se constituir num espaço de ação política, suponho ser possível formar a base para a construção de novos estilos de vida.

A partir de uma perspectiva ética mais inclusiva, acredito ser viável pensar um comportamento baseado no respeito a todos os seres. Tendo o meio ambiente como objeto de nossa consideração moral e compreendendo as implicações e consequências que o consumismo vem produzindo em nossa sociedade, proponho idealizar uma forma de vida mais simples. Deixando de assumir como objetivo de vida a aquisição de bens de consumo, poderíamos substituir tal meta pelo empenho na construção de uma atitude harmoniosa e cooperativa com o meio ambiente.

6 CONCLUSÃO

Neste trabalho examinei as relações entre o consumismo e a degradação ambiental. Partindo do pressuposto de que o alto consumo dos indivíduos afluentes é um dos principais responsáveis pela crise ambiental da atualidade, busquei apontar que um dos caminhos para reverter este quadro consiste na mudança de estilos de vida. Propus que a partir de uma concepção ética mais inclusiva seria possível construir uma forma de vida harmônica com a natureza.

O marco histórico da gênese da crise ecológica foi o surgimento da sociedade de consumo. Segundo a teoria desenvolvida por Colin Campbell, uma revolução cultural modificou os valores morais da sociedade inglesa pré-industrial dando origem à sociedade de consumo. A ética protestante que antes condenava os hábitos hedonistas passou a admitir o apego material e a demanda pelo luxo. Os estilos de vida e as práticas cultuadas pela sociedade de consumo levaram a uma maior pressão sobre os recursos do planeta, ocasionando a atual crise ambiental.

No século XX, surgiram as primeiras iniciativas objetivando remediar os danos ambientais provocados pela crescente industrialização do mundo e a poluição dela decorrente. Nesse contexto foi realizada a Conferência de Estocolmo em 1970 e, anos mais tarde, a Rio 92. Também nesse período foi criado e disseminado o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Contudo, notou-se que a sociedade de consumo consolidou ainda mais suas características, e o consumismo continuou avançando. O Desenvolvimento Sustentável provou ser mais uma forma de justificar o crescimento econômico, ao invés de uma real solução para os problemas ambientais.

Conforme visto, nossa relação com o meio ambiente está amparada por uma concepção ética, na qual o homem é colocado como o cerne das preocupações morais. O meio ambiente é compreendido a partir de uma perspectiva instrumentalizada e qualquer discussão pela preservação ambiental, a partir do antropocentrismo, visa apenas o benefício dos seres humanos. Neste sentido, a visão antropocêntrica corrobora um estilo de vida consumista e a forma de vida que vem sendo propagada pela sociedade de consumo.

Ainda que a concepção antropocêntrica não inclua o meio ambiente na sua comunidade moral, tendo em vista as interferências da degradação ambiental na qualidade da vida humana, a defesa da preservação ambiental passou a estar cada vez mais presente no discurso hegemônico. A proposta do Desenvolvimento Sustentável é um exemplo desta tentativa de remediar a crise ambiental sem que se buscasse uma transformação dos valores morais centrados no homem.

A partir da Rio 92 começou-se a discutir os impactos ambientais do consumo. Neste sentido, o discurso ambiental incorporou a ideia de que o consumidor seria co-responsável pela crise e, conseqüentemente, por sua preservação. Assim, passaram a ser propagadas noções de consumo verde e, em seguida, de consumo sustentável.

Mas a co-responsabilização do consumidor é um tema delicado, pois, além do potencial de influência dos consumidores ser efetivamente restrito, tal postura pode levar as empresas a se eximir da sua responsabilidade. Mesmo assim, é possível compreender o consumidor como um ator social e a esfera do consumo como um espaço de atuação política. Muitos consumidores vêm nas suas ações individuais um potencial para buscar mudanças coletivas.

Assim, é possível observar o surgimento de diversas iniciativas individuais, nas quais há uma tomada de posição para mudanças de comportamento entre membros da população. Dotados de um sentimento de auto-atribuição de responsabilidades relacionadas às questões socioambientais e, por entenderem a esfera do consumo como um lugar de exercício da cidadania, estes indivíduos mudaram seus estilos de vida e sua relação com o consumo visando transformar a sociedade. Deste modo, o consumo político consiste numa forma de ação política a partir, principalmente, de ações individuais na esfera privada. É um reflexo dos valores e das concepções éticas dos agentes, sendo compreendido como uma ação privada com reflexo público. Por isto tais práticas são assumidas como um novo modo de agir politicamente. Para compreender este processo, analisei duas práticas de consumo político: o veganismo e a permacultura.

O veganismo constitui uma forma de vida em que seus adeptos rejeitam o consumo de produtos de origem animal ou que tenham provocado sofrimento a animais em sua fabricação, por se posicionarem contra o especismo. Baseados em

seus valores éticos e a partir da vontade de produzir mudanças na sociedade, os veganos adotam, no seu estilo de vida, práticas coerentes com tais concepções. O consumo político se constitui na principal forma de ação política dos veganos.

A permacultura é uma metodologia que estabelece técnicas para uma forma de vida harmônica com o meio ambiente. A partir da observação dos processos naturais, os adeptos da permacultura criam habitações, cultivo de alimentos, produção de energia, tudo minimizando ao máximo o impacto ambiental. A permacultura advoga uma forma de vida menos consumista, através da qual se possa restabelecer novas relações entre a produção e o consumo, buscando aproximar os dois eixos e portanto reduzir a demanda por produtos industrializados. Ao atribuir responsabilidade ao consumidor e advogar por uma conscientização do consumo, a permacultura pode ser entendida como uma prática de politização do consumo.

Mesmo sendo propostas fundamentadas em concepções éticas não-antropocêntricas, foi examinado que tais práticas apresentariam limitações no seu campo de consideração moral. Com objetivo de superar essas limitações e as inconsistências éticas presentes nestas práticas, apresentei uma proposta de fundamentação ética baseada na perspectiva dos funcionamentos. Esta teoria, desenvolvida pela professora Maria Clara Dias, se apresenta como uma concepção mais inclusiva, sendo possível compreender seres humanos, não-humanos, objetos inanimados e o próprio meio ambiente como concernido moral. Desse modo, torna-se possível pensar uma reestruturação da vida humana que não seja fundamentada na dominação do meio ambiente, mas sim na cooperação. A partir desta perspectiva ética, acredito ser possível fornecer maior consistência e solidez a estas práticas de consumo político.

Os indivíduos que adotam as práticas analisadas neste trabalho optaram por assumir uma forma de vida oposta àquela hegemonicamente difundida, mudando seus hábitos de consumo e conseqüentemente sua forma de vida. Viver tal qual estes indivíduos não é uma decisão nem uma tarefa fácil. Creio que devemos tê-los como norte, uma meta em busca de uma vida em que o consumo não tenha uma posição tão central. Uma vez erigido este norte, podemos nos empenhar por uma progressiva redução do consumo e pela busca de um mundo mais justo.

Diante das novas possibilidades de ação e de estilos de vida que se configuram na atualidade, devemos considerar se estamos vivendo um novo momento de mudança de paradigma, assim como ocorreu no século XVIII com a revolução cultural que precedeu a Revolução Industrial. O exame das formas de consumo político revela práticas cada vez mais comuns e difundidas na nossa sociedade. Será que está em curso uma nova revolução cultural, em que se pretende alcançar uma relação não de dominância, mas sim de colaboração com a natureza?

A partir da compreensão de que o consumo de novos bens gera uma demanda por recursos naturais, em sua maior parte não renováveis, podemos repensar nossa conduta a fim de buscar uma relação cooperativa com a natureza. Entender que todos estamos implicados e que a ação humana é a maior responsável pelos danos ambientais consiste no primeiro passo para atingir uma mudança nos nossos hábitos.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Paulo Ricardo Zilio; MOCELLIN, Gabriel de Macedo Pereyron. Ecovillages and permaculture: a reference model for sustainable consumption? In: ENCONTRO DA ANPAD., 34, 2010, Rio de Janeiro. [Anais]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARBOSA, Livia et al. Trust, participation and political consumerism among Brazilian youth. **Journal of cleaner production**, v. 63, p. 93-101, 2014.

BARROS, Bruna Rosa de. **Permacultura e desenvolvimento urbano**: diretrizes e ações para a sustentabilidade socioambiental em loteamentos de interesse social. 2008. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) - Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2008.

BELLEZE, Gabriela et al. Ecovilas brasileiras e indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE: uma análise comparativa. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 227-244, jan.-mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável**: pesquisa nacional de opinião: principais resultados. Rio de Janeiro: Overview, 2012.

CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CASTAÑEDA, Marcelo. Ambientalização e politização do consumo nas práticas de compra de orgânicos. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 147-160, 2012.

COLETIVO PERMACULTORES. **A permacultura**. [s.d.] Disponível em: <<https://permacoletivo.wordpress.com/permacultura/>>. Acesso em: 18 out 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. **Pesquisa CNI-IBOPE**: retratos da sociedade brasileira: meio ambiente. Brasília, DF: CNI, 2012.

DE GROOT, Judith I.M. e STEG, Linda. Value orientations to explain beliefs related to environmental significant behavior: How to measure egoistic, altruistic, and biospheric value orientations. **Environment and Behavior**, v. 40, n. 3, p. 330-354, 2008.

DELACOTE, Philippe; MONTAGNÉ-HUCK, Claire. Political consumerism and public policy: Good complements against market failures?. **Ecological Economics**, v. 73, p. 188-193, 2012.

DIAS, Maria Clara (org.). **A perspectiva dos funcionamentos**: por uma abordagem moral mais inclusiva. Rio de Janeiro: Pirilampo, 2015.

_____. **Ensaio sobre a moralidade**. Rio de Janeiro: Amazon, 2012.

_____. **Sobre nós**: expandindo as fronteiras da moralidade. Rio de Janeiro: Pirilampo, 2016.

DIAS, Reinaldo. **Marketing ambiental**: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, Raquel Farias. Permacultura como um estilo de vida sustentável: o olhar da psicologia ambiental. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.13, n.2, p.106-118, maio/ago. 2016.

ECHEGARAY, Fabián. Votando na prateleira: a politização do consumo na América Latina. **Opin. Publica**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 44-67, June 2012.

ERB, Karl-Heinz; LAUK, Christian; KASTNER, Thomas; MAYER, Andreas; THEURL, Michaela C.; HABERL, Helmut. Exploring the biophysical option space for feeding the world without deforestation. **Nature communications**, v. 7, 2016.

FERRIGNO, Mayra Vergotti. **Veganismo e libertação animal**: um estudo etnográfico. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2012.

FONTENELLE, I. A. Consumo ético: construção de um novo fazer político?. **Revista Psicologia Política**, v. 6, p. 12, 2006. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=16&layout=html>> Acesso em: 01 ago 2017.

FREITAS, Amaury de Barros. **Aliança entre movimentos ambientalistas e de consumidores**: o caso da “Campanha por Brasil Livre de Transgênicos”. 2011.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GLOBAL ECOVILLAGE NETWORK. **What is an Ecovillage?** Disponível em <<https://ecovillage.org/projects/what-is-an-ecovillage/>>. Acesso em: 31 ago 2017.

GONÇALVES, Marco Antônio; CESCUN, Everaldo. Ética e consumo: o consumo como estratégia ético-política. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 18, n. 3, p. 155-165, 2013.

GONÇALVES, Sergio Campos. Cultura e sociedade de consumo: um olhar em retrospecto. **Revista InRevista** - Núcleo de Produção Científica em Comunicação - UNAERP (Ribeirão Preto), v. 5, p. 18-28, 2008.

HANSLA, André et al. The relationships between awareness of consequences, environmental concern, and value orientations. **Journal of environmental psychology**, v. 28, n. 1, p. 1-9, 2008.

HENFREY, Tom. Permaculture, community, and climate change. **Communities**, n. 174, p. 28, 2017.

HOLMGREN, David. **Os fundamentos da permacultura**. Austrália: Centro de Permacultura Barking Frogs, 2007.

IPEMA. **Permacultura**. Disponível em: <<http://novo.ipemabrasil.org.br/sobre/permacultura>>. Acesso em: 18 out 2015.

JOY, Melanie. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo**: o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não. São Paulo: Cultrix, 2014.

LEONARD, Annie. **A história das coisas**: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LINHARES, Taiane. **Consumo, resistência e subjetividade**: narrativas sobre o veganismo em uma comunidade virtual. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2011.

MENDONÇA, Gilberto Moraes de. **O Brasil licenciando e andando**: as relações da política pública ambiental brasileira com a produção e a expansão capitalista do território. 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e

Desenvolvimento) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia. Rio de Janeiro, 2015.

MOLLISON, Bill. **Permaculture: a designer's manual**. Austrália: Tagari Publications, 2002.

MOLLISON, Bill. **Introduction to permaculture**. Sparr, FL: Yankee Permaculture, Barking Frogs, 1981.

MYERS, Norman; KENT, Jennifer. New consumers: the influence of affluence on the environment. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 100, n. 8, p. 4963-4968, 2003.

_____. **New consumers: the influence of affluence on the environment**. , Washington, DC: Island press, 2004.

NUNES, Ernesto Luis Marques. **Vegetarianismo além da dieta: ativismo vegano em São Paulo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes de. A perspectiva dos funcionamentos aplicada ao meio ambiente: o caso do desastre ambiental de Minamata. In: DIAS, Maria Clara (Org.). **A perspectiva dos funcionamentos: por uma abordagem moral mais inclusiva**. Rio de Janeiro: Pirlampo, 2015. p. 207-226.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e o meio ambiente**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 30 set 2017.

PORTILHO, Fátima. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cadernos EBAPE.BR** - FGV, Edição Temática, 2005.

_____. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2010.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo; RIBEIRO DE CASTRO, Inês Rugani. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 99-106, 2011.

SALAZAR, Claudio Antonio Pereira. Participación y acción colectiva en los movimientos globales de ecoaldeas y permacultura. **Revista Latinoamericana de Psicología**, v. 45, n.3, p. 401-413, 2013.

SANTOS, Leandro José dos. Consumidores e cidadãos e a lógica do pertencimento. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 117, p. 01-09, 2010.

SANTOS Jr, Severiano José dos. Ecovilas e comunidades intencionais: ética e sustentabilidade no viver contemporâneo. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., 23 a 26 de maio de 2006. [Anais...], Brasília, DF, 2006.

SEEGEBARTH, Barbara; PEYER, Mathias; BALDERJAHN, Ingo; WIEDMANN, Klaus-Peter. The sustainability roots of anti-consumption lifestyles and initial insights regarding their effects on consumers' well-being. **The Journal of Consumer Affairs**, p, 68-99, 2016.

SILVA, Maria das Graças e; ARAUJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares. Consumo consciente: o ecocapitalismo como ideologia. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 95-111, 2012.

SINGER, Peter. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TRIGUEIRO, Aline. Consumo, ética e natureza: o veganismo e as interfaces de uma política de vida. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 10, n. 1, p. 237-260, 2013.

VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. **Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável**: apontamentos para uma política de Estado. 2007. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, 2007.

VIEIRA, Izabelle Fernanda Silveira. **Sustentabilidade nas práticas de consumo da “nova classe média carioca”**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2014.

VILELA, Diêgo Breno Leal. **Ativismo vegano em Natal**: uma etnografia sobre mobilização política, alimentação ética e identidades. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal, RN, 2013.

_____. Consumo político e ativismo vegano na cidade do Natal/RN: boicotes, compra intencional, materialização de valores e dilemas da politização do consumo na vida cotidiana. In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO, 4.; ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO CONSUMO, 2., 9,10 e 11 de novembro de 2016. [**Anais**]. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2016.

ZAMWEL, Einat; SASSON-LEVY, Orna; BEN-PORAT, Guy. Voluntary simplifiers as political consumers: Individuals practicing politics through reduced consumption. **Journal of Consumer Culture**, v. 14, n. 2, p. 199–217, 2014.